

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LAURA DA SILVA COSTA

FEDERICO DE MONTEFELTRO E A CONSPIRAÇÃO PAZZI (1476–1482)

**FRANCA
2024**

LAURA DA SILVA COSTA

FEDERICO DE MONTEFELTRO E A CONSPIRAÇÃO PAZZI (1476–1482)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Política: ações e representações

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

Agência Financiadora: Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

LAURA DA SILVA COSTA

FEDERICO DE MONTEFELTRO E A CONSPIRAÇÃO PAZZI (1476–1482)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em História ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca.

Linha de pesquisa: Política: ações e representações

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Rita de Cássia Biason, UNESP – Franca

1º Examinador: _____

Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, UNESP – Assis

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Milton Lahuerta, UNESP – Araraquara

Franca, 3 de junho de 2024.

C837f Costa, Laura da Silva
Federico de Montefeltro e a Conspiração Pazzi
(1476-1482) / Laura da Silva Costa. -- Franca, 2024
130 p. : il., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca

Orientadora: Rita de Cássia Biason

1. Conspiração Pazzi. 2. Federico de Montefeltro. 3.
Medici. 4. Política Renascentista. 5. Cartas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa possui um impacto esperado no sentido de se introdução como uma somatória perante a bibliografia atual sobre a Conspiração Pazzi, ao momento que expande as argumentações sobre o papel de Federico e Montefeltro no evento. Essa dissertação busca demonstrar a inserção do personagem histórico enquanto um conspirador e seu papel dentro desta conspiração, fica evidente a abertura que há na narrativa política de Montefeltro. É relevante estudar as ações diplomáticas e a influência política exercida pelo Duque de Urbino dentro do território italiano em um contexto de disputa política, como foi a Conspiração Pazzi. Dessa forma, podemos compreender e debater as dimensões das relações de poder da renascença italiana.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has an expected impact in the sense that it adds to the current bibliography on the Pazzi Conspiracy, as it expands the arguments about the role of Federico and Montefeltro in the event. This dissertation seeks to demonstrate the insertion of the historical character as a conspirator and his role within this conspiracy, and the openness of Montefeltro's political narrative is evident. It is important to study the diplomatic actions and political influence exerted by the Duke of Urbino within Italian territory in a context of political dispute, such as the Pazzi Conspiracy. In this way, we can understand and debate the dimensions of power relations in the Italian Renaissance.

Aos meus pais, Valda e José

AGRADECIMENTOS

Durante a minha trajetória, enquanto pesquisadora no Mestrado, tive o privilégio de dispor dos inúmeros apontamentos e críticas que contribuíram para o aperfeiçoamento desta dissertação. Pessoas as quais me apoiaram por todo o trajeto. Agradeço, portanto, em primeiro lugar, à minha orientadora Profa. Dra. Rita de Cássia Biason por todos seus esforços em me moldar e estimular enquanto pesquisadora, além de me amparar com suas orientações e conselhos. Juntas desde a Iniciação Científica até este presente momento, tive o prazer de ter a oportunidade de contar com suas colaborações, críticas construtivas, apoio historiográfico, correções e sugestões. Instrumentos importantes para a minha formação acadêmica. Sempre agradecida pelo carinho, dedicação, compreensão e disponibilidade em me orientar por tanto tempo. Um dos meus maiores intuitos é que este trabalho seja digno de sua orientação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.658283/2021-00. Logo, agradeço o apoio financeiro, que foi fundamental para amparar e ampliar as minhas perspectivas durante todo o processo desta pesquisa.

Imensamente agradecida aos meus pais, Valda e José, que sempre lutaram para me dar a melhor educação, a qual não puderam ter. Ao meu pai por ter se desdobrado em suas mil versões para que eu pudesse ser a minha melhor versão. E a minha mãe, por ter me apoiado e nunca ter deixado que desistisse. Me apoiou desde o início e por mais que não tenha tido tempo de ver todo o trabalho finalizado, mesmo em seu último suspiro, acreditou que eu conseguiria e por ela consegui. Sei que mesmo de onde estiver está orgulhosa de sua menina. Por isso agradeço a Deus, por me ter me dado a oportunidade de tê-los e por me proporcionar esta vida. E neste pequeno espaço, não posso descrever a grandeza que, é e foi, tê-los por perto. Mas principalmente a minha mãe, lutou por toda uma vida e agora, em seu descanso, eu agradeço, mas acima de tudo, espero que esteja orgulhosa. Consegui mãe, e continuarei seguindo por você!

E deste modo, agradeço a meu irmão, por sempre estar por perto e nunca me desamparar. Assim como minhas duas sobrinhas, Ana Luiza e Ana Laura, por serem luz em meus momentos de escuridão. Toda a minha família, que me concedeu forças quando mais precisei.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista campus de Franca, a todos os professores e servidores da unidade, por me ajudarem a trilhar e preparar a minha caminhada na graduação e no mestrado. Mas em foco, por ter me dado o privilégio de ter conhecido amigos, os quais,

levarei por toda minha vida. Às minhas meninas do “Ap7”; Laura Duarte, Maria Clara Reis, Bianca Benedeti, Giovana Castro e Gabrielle Neves. E amigos de turma, como Igor Morais, meu porto seguro em diversos momentos. Tive a felicidade de poder desfrutar da companhia de três, em especial, durante o progresso do Mestrado: Bianca, Laura e Igor. Obrigada por escutarem minhas angústias, alegrias e receios que o processo de pesquisador nos impõe. Os três foram pilares inabaláveis durante as turbulências que enfrentei e por isto, sou grata. Principalmente a minha irmã de alma, Bianca.

A universidades nos traz novos amigos, porém, temos aqueles que nos acompanharam por toda uma vida, e ao fim, se tornam família. Por isto, sou grata por ter dito o apoio e o sustento dos meus amigos de longa data. Sem eles, não teria me tornado a pessoa que sou hoje. Aos meus amigos: Ana Carla Costa, Alessandra Moraes, Maria Eduarda Almeida, Eduarda Jorge, Hérlton Leite, Cainan Vitor, Geraldo Motta, Luana Camargo e às minhas duas melhores amigas, que se tornaram irmãs: Victória Valeriano e Noemi Oliveira. Vocês me proporcionaram o apoio, energia e amparo quando mais precisei. Pois sem a amizade deles, não teria suportado a metade dos desvaneios desta caminhada. E por isto, o meu muito obrigada.

Deixo aqui meu agradecimento, do mesmo modo, aos dois queridos professores, a qual tive o prazer de ter em minha banca de qualificação: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues e Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó. As críticas, apontamentos e recomendações, a quais me dediquei a atender neste trabalho final, foram valiosas para a evolução e melhoramento desta dissertação aqui presente.

Ao meu amor, Guilherme Sousa, que por mais recente tenha sido sua presença em minha vida, me impulsionou, me animou, me segurou e me fortaleceu para que conseguisse finalizar esta dissertação. O seu cuidado e compreensão perante as horas que necessitei me ausentar, foram uma de tantas demonstrações de companheirismo, a qual levo com todo amor no meu coração. Você me salvou.

Ao fim, obrigada a todos que passaram por minha vida, durante este percurso de pesquisa. A todos que conviveram comigo por este período e mesmo assim permaneceram. Meu muito obrigada.

Agradeço a todos!

“Quando escrevo algo, frequentemente penso que aquilo é muito importante e que sou uma grande escritora. Acho que acontece com todos. Mas há um cantinho da minha alma onde sempre sei muito bem o que sou, isto é, uma pequena, pequena escritora. Juro que sei. Mas não me importa muito.”

- Natalia Ginzburg

COSTA, Laura da Silva. *Federico de Montefeltro e a Conspiração Pazzi (1476-1482)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

RESUMO

A Conspiração Pazzi foi uma disputa de poder político entre famílias de uma das principais comunas italianas, Florença, em 1478, possuindo como alvo a família Medici, comandante da região toscana. Perante a historiografia, que procura abordar este acontecimento, em suas várias vertentes, é possível observar lacunas sendo preenchidas no decorrer dos estudos sobre o fato histórico. Com o enfoque na historiografia recente, novas fontes foram agregadas aos estudos possibilitando a inserção de um novo personagem em toda a trama, Federico de Montefeltro, Duque de Urbino. Sustentado por esse novo estudo, o projeto possui a intenção de compreender e analisar a influência política exercida pelo *condottiere*, Federico de Montefeltro, no território italiano, no contexto da Conspiração Pazzi. As indagações serão analisadas através de cartas diplomáticas enviadas a Estadistas do território italiano, escritas pelo Duque de Urbino e seu secretário Federico Galli. As cartas se encontram na obra de organização de Paolo Alatri, com o título, *Lettere Di Stato e D'Arte (1470–1480)*, na qual engloba as correspondências efetuadas pelo *condottiere* italiano na década de 70 a 80, do quatrocentos. O recorte temporal abrange desde o período de trama da conjuração até a morte do *condottiere*, em 1482. Desta maneira, o resumo do projeto é, em síntese, analisar as influências políticas exercidas por Federico de Montefeltro dentro do território italiano, no período da Conspiração Pazzi.

Palavras-chave: Conspiração Pazzi; Federico de Montefeltro; Medici; Política Renascentista; Cartas.

COSTA, Laura da Silva Costa. *Federico de Montefeltro and the Pazzi Conspiracy (1476-1482)*. Dissertation (Mastership in History). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

ABSTRACT

The Pazzi Conspiracy was a political power struggle between families in one of Italy's main communes, Florence, in 1478, aimed at the Medici family, commander of the Tuscan region. In the face of historiography, which seeks to approach this event in its various dimensions, it is possible to observe gaps being filled in the course of studies on the historical fact. With the focus on recent historiography, new sources have been added to the studies, making it possible to insert a new character into the whole plot, Federico de Montefeltro, Duke of Urbino. Supported by this new study, the project aims to understand and analyze the political influence exerted by the *condottiere*, Federico de Montefeltro, on Italian territory in the context of the Pazzi Conspiracy. The questions will be analyzed through diplomatic letters sent to Italian statesmen, written by the Duke of Urbino and his secretary Federico Galli. The letters can be found in the work organized by Paolo Alatri, entitled *Lettere Di Stato e D'Arte (1470 - 1480)*, which includes correspondence sent by the Italian *condottiere* in the 1470s and 1480s. The time frame covers the period from the plotting of the conjuration to the *condottiere*'s death in 1482. In summary, the project aims to analyze the political influences exerted by Federico de Montefeltro within Italian territory during the Pazzi Conspiracy.

Keywords: Pazzi Conspiracy; Federico de Montefeltro; Medici; Renaissance Politics; Letters.

COSTA, Laura da Silva. *Federico di Montefeltro e la Congiura dei Pazzi (1476-1482)*. Dissertazione (Master in Storia). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

SINTESI

La Congiura dei Pazzi fu una lotta di potere politico tra le famiglie di uno dei principali comuni italiani, Firenze, nel 1478, che prese di mira la famiglia Medici, comandante della regione Toscana. Di fronte alla storiografia che cerca di affrontare questo evento nelle sue varie vesti, è possibile vedere colmate le lacune nel corso degli studi sul fatto storico. Con l'attenzione alla storiografia recente, nuove fonti si sono aggiunte agli studi, permettendo di inserire un nuovo personaggio nell'intera trama, Federico de Montefeltro, duca di Urbino. Sulla base di questo nuovo studio, il progetto si propone di comprendere e analizzare l'influenza politica esercitata dal condottiero Federico de Montefeltro sul territorio italiano nel contesto della Congiura dei Pazzi. Le questioni saranno analizzate attraverso le lettere diplomatiche inviate agli statisti italiani, scritte dal Duca di Urbino e dal suo segretario Federico Galli. Le lettere si trovano nell'opera organizzata da Paolo Alatri sotto il titolo *Lettere Di Stato e D'Arte (1470 - 1480)*, che comprende la corrispondenza inviata dal condottiero italiano negli anni Settanta e Ottanta. L'arco temporale copre il periodo che va dal disegno della congiura alla morte del condottiero nel 1482. In questo modo, il succo del progetto è, in sintesi, analizzare le influenze politiche esercitate da Federico de Montefeltro sul territorio italiano durante il periodo della Congiura dei Pazzi.

Parole-chiave: Congiura dei Pazzi; Federico da Montefeltro; Medici; Politica Rinascimentale; Lettere.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da Itália em 1494.

Imagem 2 – Mapa de Florença em 1494.

Imagem 3 – Retrato de Lorenzo de Medici, Il Magnifico (1533-1534).

Imagem 4 – Retrato de Giuliano de Medici.

Imagem 5 – Reunião sobre a Conspiração Pazzi.

Imagem 6 – A conspiração Pazzi por Angelo Fabbrini

Imagem 7 – Desenho do enforcamento de Bernardo Bandini dei Baroncelli.

Imagem 8 – Il cadavere di Jacopo de' Pazzi.

Imagem 9 – Retrato de Federico de Montefeltro.

Imagem 10 – Retórica.

Imagem 11 – Retrato de Federico de Montefeltro e seu filho Guidobaldo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA FLORENTINA E A CONSPIRAÇÃO PAZZI.....	27
1.1 A política florentina frente a Itália renascentista.....	30
1.1.1 A Florença política no tempo dos Medici.....	37
1.2 Família Medici e seu poder na Florença do século XV.....	44
1.2.1 Ascensão da casa Medici e a corrupção dentro das leis.....	46
1.2.2 Lorenzo de Medici, Il Magnifico (1449-1492).....	48
1.2.3 As disputas políticas e territoriais.....	56
CAPÍTULO 2 – CONSPIRAÇÃO PAZZI (1478).....	59
2.1 Organizadores de um assassinato: os conspiradores contra Lorenzo e Giuliano de Medici.....	62
2.2 A elaboração e execução da tentativa de assassinato dos comandantes de Florença (1478).....	66
2.3 Consequências políticas da conspiração.....	72
CAPÍTULO 3 – DA ILEGITIMIDADE AO DUCADO: FEDERICO DE MONTEFELTRO, DUQUE DE URBINO (1422-1482).....	77
3.1 Federico de Montefeltro: a construção de um condottiere.....	79
3.2 Os estudos realizados sobre o Duque de Urbino na historiografia.....	91
3.3 As cartas políticas de um condottiere (1470-1480).....	97
CAPÍTULO 4 – AS RELAÇÕES DE PODER: MONTEFELTRO E A CONSPIRAÇÃO PAZZI.....	101
4.1 O papel político-militar de Federico de Montefeltro na Conspiração Pazzi.....	102
4.2 Conexões políticas: os contatos governamentais de um condottiere italiano do Renascimento.....	109
4.3 Itália sob influência: a política de Montefeltro.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
BIBLIOGRAFIA.....	122

Introdução

Sanctissime ac Beatissime Pater et clementissime domine mi singularissime, post humilem copiam litterarum Laurentii Cosmae, quas ipsi scripsit, de quibus ipsi quoque gratias ago maximas; et quoniam de bellicis tormentis modo scribit Santitas Vestra et mihi praecipit quo illa instrumenta ad requisitionem reverendissimi domini legati haberi possint, iam dominus Augustinus [Stacoli] scriptor Beatitudinis Vestrae exposuisse debet verbis meis quomodo res se habeat.

Santíssimo e Abençoadíssimo Pai e clementíssimo Senhor, de modo singular, depois da humilde abundância de cartas de Lorenzo de Medici, que escreveu para si mesmo, pelas quais também lhe dou os maiores agradecimentos; e como Vossa Santidade escreve precisamente sobre a artilharia de guerra, e me indica onde se pode obter esses instrumentos para a requisição dos embaixadores do reverendíssimo senhor, o senhor Agostinho [Stacoli] é agora o escritor de Vossa Beatitude, deve ter explicado em minhas próprias palavras como as coisas estão. (Montefeltro, 1478, p. 14).¹

A história das comunas italianas é marcada por uma sequência de eventos fascinantes que capturam a atenção dos historiadores. Um dos protagonistas desse cenário é Federico de Montefeltro, Duque de Urbino, cuja participação em momentos políticos cruciais, como a Conspiração Pazzi, demanda uma análise mais aprofundada para entender completamente suas intenções e influências políticas. Nesta pesquisa, o objetivo principal é analisar essa participação exercida pelo *condottiere* italiano, Federico de Montefeltro, no contexto político da Conspiração Pazzi.

Ao examinarmos as correspondências diplomáticas enviadas por Federico, é possível compreender a magnitude e a complexidade do discurso político que ele empregava, particularmente em relação à Conspiração Pazzi e ao contexto político mais amplo da Itália da época. Através do trecho citado acima, podemos ter um vislumbre das questões que são tratadas nas cartas do *condottiere*, tornando-se um dos motivadores para o estudo da temática. O tema em questão foi trabalhado desde a Iniciação Científica, havendo uma continuação e desenvolvimento nesta dissertação, com a intenção de compreender o discurso político de Federico sobre a Conspiração Pazzi e seu papel neste evento. Além disso, o acesso direto às fontes primárias proporcionou novas perspectivas e impulsionou uma investigação mais detalhada sobre a influência política exercida pelo Duque de Urbino de maneira geral.

É importante destacar que, em um momento de constantes mudanças, a constituição no âmbito político da Itália se deu no meio das comunas independentes na península itálica (Tenenti, 1973, p.13). Dentro dessa perspectiva apresentada, a diplomacia entre as *signoria*,

¹ As traduções presentes neste trabalho são fruto de um trabalho pessoal e individual. O esforço teve como finalidade obter o melhor entendimento possível das fontes principais.

ducados e reinos foram uma vertente importante para a política instaurada no período.

As instituições diplomáticas de todo o ocidente europeu eram altamente desenvolvidas na primeira parte do século XV. As dinâmicas de suas relações modificavam-se acompanhando as transformações sociais e políticas de sua época (Mettingly, 1955, p.17). Ademais, as intrigas diplomáticas acirravam as diversas disputas de poder. Dentro dessa perspectiva, uma importante disputa para a história italiana foi a tentativa de assassinato de Lorenzo e Giuliano de Medici, intitulada como a Conspiração Pazzi.

A família Medici exerceu uma influência dominante sobre a política de Florença durante o Renascimento, consolidando seu poder ao impor decisões estratégicas que moldavam a cidade. Lorenzo de Medici, conhecido como "o Magnífico" devido à sua dedicação e habilidade em navegar pelas complexas questões políticas de Florença, se destacou pela sua astúcia em formar alianças e controlar a *signoria*. No comando do governo florentino, Lorenzo demonstrou imensa inteligência na arte da governança.

Dada a posição proeminente e as muitas rivalidades políticas, é de se crer que enfrentassem diversas conspirações tramadas por seus adversários. Segundo, Maquiavel (2007, p.488-490), a principal delas foi a Conspiração Pazzi. Essa disputa de poder envolveu vários atores, entre eles o Papa Sisto IV, o rei de Nápoles e a família Pazzi. A ideia era assassinar Lorenzo de Medici e seu irmão Giuliano e, posteriormente, retirar a família do governo de Florença com o intuito de elevar os Pazzi a essa posição.

O complô originou-se inicialmente de uma disputa política entre Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV sobre alguns pedidos de empréstimos bancários feitos pelo Papa ao banco Medici, os quais foram negados por Lorenzo. O dinheiro solicitado seria destinado à aquisição de Imola, um território que o pontífice desejava para estabelecer um novo Estado papal sob o comando de Girolamo Riario, seu sobrinho. Por outro lado, Lorenzo tinha interesse na obtenção da mesma terra para expansão territorial de Florença.

A disputa foi o suficiente para acirrar as animosidades entre os dois personagens. Como demonstração de força ao poder da família Medici, Sisto IV procurou os seus principais concorrentes nas relações bancárias e políticas, os Pazzi. Foi a partir deste contexto de disputas que houve o planejamento da conspiração contra os irmãos. Assim, o objetivo do pontífice era substituir os Medici por meio da ascensão dos Pazzi. (Hibbert, 1993, p.108).

Ao pensarmos sobre a bibliografia disposta, em seu sentido geral, cada uma dessas obras e seus autores contribuem para a compreensão mais completa e profunda sobre um determinado assunto. No foco desta dissertação, abrangemos vários aspectos e ângulos da história do

renascimento, assim como de Florença, da Conspiração Pazzi e do próprio Federico de Montefeltro. As obras consultadas abrem um leque de perspectivas que enriquecem nosso entendimento sobre esse período da história, ao mesmo tempo em que atendem às exigências técnicas necessárias para uma pesquisa acadêmica rigorosa.

Inicialmente, Jean Delumeau (1994), com sua obra *A Civilização do Renascimento*, lança luz sobre o contexto renascentista e, em particular, a influência da cidade de Florença para o período. Delumeau explora a evolução da cultura, das artes e do pensamento durante este período. Esta análise nos é crucial para compreendermos toda contextualização sobre o período a qual pesquisamos. Com o mesmo foco, utilizamos a obra de Burckhardt (2009) como uma contrapartida a esses pensamentos, uma vez que a pesquisa histórica deve ser minuciosamente testada em suas diversas vertentes.

Ao destacar Florença como um epicentro do Renascimento e um foco geográfico para a pesquisa sobre a Conspiração Pazzi, as obras de Nicolai Rubinstein (1968 e 1997) oferecem olhares aprofundados sobre a política e a governança florentinas durante esse período crucial. O autor procura examinar a influência da família Medici sobre a cidade-Estado e os desafios políticos que moldaram a aristocracia que se formou na cidade na época. Ele oferece uma visão valiosa sobre a dinâmica política.

Do mesmo modo, Quentin Skinner, em *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (1996), oferece uma análise profunda das raízes do pensamento político moderno. Skinner proporciona uma narrativa fundamental para compreender as complexidades e influências que deram forma a esse panorama político. Adicionalmente, a obra *Maquiavel* (2012) ajuda a compreender a política italiana da segunda metade do século XV, fornecendo uma contextualização teórica das ideias de Nicolau Maquiavel. Este enquadramento é crucial para entender não apenas a Conspiração Pazzi, mas também o pensamento político que influenciou a governança e as estratégias de poder em Florença e além.

No contexto do estudo da Conspiração Pazzi, adotamos uma abordagem que se beneficia de novas pesquisas, focando em uma linha de investigação que revê o evento sob uma perspectiva inovadora. Essa análise se refere aos estudos provenientes da vertente dos conspiradores, contrastando com as narrativas tradicionalmente dominadas pela perspectiva dos Medici. A historiografia sobre este tema pode ser dividida em duas principais vertentes: uma que busca relatar os eventos de forma objetiva e outra que enfatiza o papel e as motivações dos conspiradores envolvidos. Essa dualidade nos permite uma compreensão mais rica e matizada dos acontecimentos que moldaram significativamente a história de Florença durante o Renascimento.

A primeira a ser mencionada é a obra de Nicolau Maquiavel (2007), *História de Florença*, escrita em 1525, dedicada e oferecida ao Papa Clemente VI, nascido como Giulio de' Medici. A narrativa em si aborda os acontecimentos da comuna florentina desde a derrocada do Império Romano, passando pela construção de Florença até a morte de Lorenzo de Medici em 1492. Diferentemente das obras sobre as histórias das cidades italianas, escritas por outros autores italianos, Maquiavel foi incumbido de escrever a história florentina pela própria família Medici.

Uma característica da obra desse autor é que ele procura relatar os acontecimentos mostrando uma “experiência das coisas vividas”, pois presenciou quando criança o governo de Lorenzo. Nessa pequena parte que engloba a historiografia da conspiração escrita por Maquiavel, o ponto ressaltado é a questão de diplomacia política entre os reinos italianos. Além disso, ele enriquece o texto com fontes diretas dos eventos, incluindo discursos proferidos por Lorenzo de Medici após a conspiração.

Outra obra dessa vertente historiográfica é o livro de Gino Capponi, *Storia della Repubblica di Firenze* (1875). Capponi foi um político e historiador florentino, ocupando-se de escrever sobre a república florentina e seus acontecimentos. O autor se dedica a registrar a Conspiração Pazzi em relação aos fatos e traz em suas edições documentos oficiais da época. O livro aborda a Conspiração Pazzi como um capítulo de uma longa história que Florença presenciou, seguindo a vertente proposta por Maquiavel, porém se atendo muito mais às questões políticas. Por essa questão, dentro da obra de Gino Capponi, a Conspiração Pazzi é vista com um olhar político e se preocupa em tecer a história através de atas de reuniões e testemunhos, como é o caso da confissão assinada por Montesecco e o relato de Felippi Strozzi. (Capponi, 1875).

A perspectiva apontada acima é uma vertente clássica para se discutir a Conspiração Pazzi. Ambos os autores detalham como a família de banqueiros Pazzi, liderada por Jacopo de Pazzi, tentou usurpar o poder dos irmãos Medici, que na época dominavam a cena política florentina. Esta análise é centrada nos eventos históricos e é crucial para entender como a conspiração impactou a dinâmica política interna de Florença. As obras desses autores não apenas reconstituem a narrativa da conspiração com riqueza de detalhes, mas também incorporam documentos essenciais que são fundamentais para a pesquisa histórica, proporcionando uma base sólida para o estudo do evento. Entretanto, uma nova abordagem historiográfica procura analisar o acontecimento por um novo olhar: o dos conspiradores.

Em seu livro *Abril Sangrento* (2003), Lauro Martines relata que a Conspiração Pazzi foi uma rebelião contra a tirania dos Medici, que governavam Florença. O autor se empenha em

apresentar uma versão diferente da historiografia amplamente difundida, a qual indica uma narrativa a favor da família Pazzi. Martines analisa a história através de um viés revisionista, apresentando a conspiração como um levante contra o que ele considera ser a tirania exercida por Lorenzo e sua família. Essa interpretação será cuidadosamente analisada ao longo da elaboração desta dissertação. A vasta bibliografia sobre os Medici permite examinar as diversas práticas corruptas que marcaram Florença sob sua influência, abrindo caminho para uma discussão mais ampla sobre o papel e o impacto dos Medici na história política e social da cidade.

Por outro lado, outra bibliografia dessa linha que procura estudar a Conspiração Pazzi na ótica dos conspiradores é a de Marcello Simonetta. O historiador traz em seu livro, *A conspiração conta os Medici* (2008), uma nova perspectiva sobre o evento e novas fontes sobre o ocorrido. A proposta de Simonetta é de integrar um novo personagem à conspiração: Federico de Montefeltro, o duque de Urbino, em meio aos planejadores. Ele o apresenta, perante a conjuntura política, como um dos aliados do Papa Sisto IV.

No livro, Simonetta defende a tese de que Federico de Montefeltro foi um dos primeiros conspiradores da conjuração contra os Medici em Florença, não apenas um *condottiere* contratado, mas sim um planejador na gênese da conspiração. Para tal argumento, o autor expõe correspondências entre Cicco Simonetta e o Duque de Urbino, Montefeltro, nas quais ele clama para que Milão não interfira no conflito entre a Cúria e Florença (Simonetta, 2009). Embora as cartas confirmem a participação de Montefeltro e sirvam como um ponto de partida para nossa análise, não adotamos, como Simonetta, a posição de nomear Montefeltro como o principal arquiteto da conspiração. Reconhecemos sua participação ativa e discutimos seu papel, mas acreditamos que o verdadeiro instigador da conspiração foi o Papa Sisto IV.

Esta obra permite um levantamento metódico das cartas escritas por Federico de Montefeltro, nas quais ele expressa sua participação na conspiração. A principal documentação utilizada nesta dissertação consiste justamente nessas cartas, documentos estes dispersos em diversos arquivos, o que exigiu um esforço considerável para coletá-los e analisá-los adequadamente.

Ao analisar o balanço bibliográfico sobre o tema, observando a inserção do personagem histórico enquanto um conspirador e seu papel dentro desta conspiração, fica evidente a abertura que há na narrativa política de Montefeltro. É relevante estudar as ações diplomáticas e a influência política exercida pelo Duque de Urbino dentro do território italiano em um contexto de disputa política, como foi a Conspiração Pazzi. Dessa forma, podemos compreender e debater as dimensões das relações de poder da renascença italiana.

Nessa linha de raciocínio, as cartas diplomáticas enviadas pelo Duque de Urbino a diversos estadistas são fundamentais para compreender a extensão da sua influência política, que transcende suas conhecidas habilidades militares. Especialmente durante períodos de intensas disputas políticas, como a Conspiração Pazzi, essas correspondências revelam as nuances do jogo político em que estava envolvido. Elas oferecem insights significativos sobre as interações de poder entre as instituições políticas italianas, evidenciando a complexidade das relações e alianças que moldaram esse período.

Para fundamentar esta pesquisa sobre as dinâmicas de poder durante a Conspiração Pazzi, as principais fontes utilizadas foram as correspondências de Federico de Montefeltro. Essas cartas, especialmente as incluídas na obra *Lettere di Stato e D'Arte (1470 -1480)*, organizada por Paolo Alatri em 1949, são cruciais para o estudo das interações políticas da época. Trabalho de organização de Paolo Alatri em 1949. Além disso, a compilação realizada por Marcello Simonetta também foi de grande valia. Complementarmente, fontes secundárias, como testemunhos e confissões de figuras diretamente envolvidas na conspiração, fornecem insights valiosos, permitindo uma compreensão mais aprofundada da trama política do evento.

As biografias de Federico de Montefeltro, Duque de Urbino e famoso *condottiere* italiano, desempenharam um papel crucial nesta pesquisa, oferecendo uma compreensão essencial sobre o personagem central do estudo. A metodologia e a abordagem narrativa empregadas nessas obras são fundamentais para entender sua vida e atuação política. Entre as principais biografias disponíveis, destacam-se *Vita e Fatti di Federigo Di Montefeltro – Duca de Urbino* (1823), de Bernardino Baldi, além do livro *La vita di Federico da Montefeltro (1422 – 1482)* (1878), de Walter Tommasoli. Tais obras abordam a vida de Federico enquanto *condottiere* e Duque de uma comuna. Os livros relatam fatos e eventos sobre a vida de Federico, mas não se ocupam de uma perspectiva analítica sobre a função do duque dentro da política italiana e dos estudos perante o ramo do poder.

Federico de Montefeltro, o duque de Urbino, destacou-se como um dos mais conhecidos *condottiere* devido às várias batalhas que vencera. Devido à sua reputação como um dos mais competentes em serviço, ele possuía o preço mais elevado dentre aqueles que praticavam este tipo de trabalho. Ao longo de sua história, Federico prestou serviços para várias figuras influentes de diversas cidades. Entre seus contratantes mais notáveis, destacam-se Francesco Sforza, durante sua ascensão ao poder em Milão, onde estabeleceu uma relação próxima com Ciccio Simonetta, secretário de Sforza e futuro regente do filho do duque de Milão. Também prestou serviços a Lorenzo de Medici durante a Revolta de Volterra. No entanto, seu principal cliente foi o rei de Nápoles, Fernando I de Aragão (Maquiavel, 2007, p.50).

É fundamental compreendermos, portanto, esta figura que se torna um centro de nossa pesquisa: Federico de Montefeltro. Porém, vamos nos ater aos estudos referentes ao seu papel como um *condottiere*. Um exemplo dessa bibliografia é o trabalho de Cecil H. Clough (1992), intitulado *Federico da Montefeltro and the Kings of Naples: a study in fifteenth-century survival*. Dessa maneira, é a partir desse ponto que há uma iniciação temática de colocar o duque em um destaque político, pelo viés de estudá-lo em relação a outras figuras do território italiano.

A respeito de obras bibliográficas, aliás, Sabina Loriga ressalta, em sua abordagem, a compreensão da utilização e do papel que o gênero literário tem para o trabalho do historiador. Em sua obra *O pequeno X* (2011) – principalmente em seu sétimo capítulo –, Loriga aborda a evolução historiográfica da biografia como um desafio e oportunidade para a História, tomando-a justamente na dimensão que o indivíduo possui neste quesito.

Segundo o seu ponto, a história não é apenas uma disciplina, mas sim um compilado de elementos primordiais na formação social, política e cultural de cada indivíduo. Portanto, apresenta a biografia como um instrumento importante para conceber o conhecimento histórico (Loriga, 2011, p. 2019). O mesmo interpreta Giovanni Levi (2000), apontando que tal abordagem concentra-se em elementos e experiências individuais para compreender fenômenos históricos mais amplos. Por mais que faça parte da vertente de micro-história, portanto, compactuamos com o pensamento de que o individual pode fornecer uma gama de questões correspondentes a um geral ou, neste caso, um evento em questão.

Desta maneira, a pesquisa busca construir um debate referente ao papel político de Federico de Montefeltro perante uma Itália Renascentista e as relações de poder no período. Para isso, toma por base as correspondências trocadas por estadistas, publicadas e anexadas, em sua totalidade enquanto fonte, o que traz uma abertura para que a pesquisa aconteça e se aprofunde nas análises.

Para complementar as visões alcançadas durante a evolução da pesquisa, as demais fontes inserem-se como importante auxílio para as discussões sobre a temática. Dessa maneira, justifica-se a iniciativa desta pesquisa em decorrência de não haver um estudo voltado à compreensão do eixo de poder desenvolvido na Itália Renascentista, com um enfoque no evento intitulado Conspiração Pazzi, na perspectiva apresentada por Simonetta.

As perguntas que permeiam a discussão na pesquisa são: Qual é o papel de Federico de Montefeltro na dinâmica do âmbito das relações de poder na Itália Renascentista? Federico de Montefeltro possuía uma influência política relevante na Itália Renascentista, capaz de interferir em uma conjuração da dimensão da Conspiração Pazzi? Quais foram os limites de

sua influência política em outros ducados da Itália? Por fim, quanto sua ação impactou na disputa política que acontecera em Florença em 1478?

Pretende-se, secundariamente, utilizar os comentários e as críticas feitas por estudiosos com o intuito de complementar o estudo do personagem e sua ação política. Baseado nisso, a premissa parte da ideia de debater as relações de poder no período. Federico, graças à sua posição como *condottiere* e seu ducado em Urbino, estabeleceu laços significativos com diversos estadistas italianos. Um exemplo notável de sua influência ocorreu quando ele persuadiu o Ducado de Milão, sob a liderança de Cicco Simonetta, a não apoiar Florença durante a Conspiração Pazzi e os conflitos subsequentes. Ademais, Federico habilmente ocultou seu envolvimento no planejamento da conspiração contra os Medici, ilustrando a complexidade de suas ações e as camadas de sua influência política.

Cecília Helena Oliveira, Maria Lígia Prado e Maria de Lourdes Janotti (2006), em sua obra *A história na política, a política na história*, abordam a dinâmica transformadora dos estudos de história política. Seus pensamentos convergem e enfatizam a notável mudança que aconteceu no campo acadêmico voltado para o estudo da política. As autoras destacam a interdisciplinaridade como um elemento central da nova historiografia política, argumentando que essa abordagem não só enriquece a análise dos eventos políticos ao longo do tempo, mas também expande as possibilidades metodológicas e de fontes. Segundo elas, essa renovação acadêmica permite aos historiadores um entendimento mais profundo e contextualizado dos fenômenos políticos, refletindo uma tendência crescente de integrar diversas áreas do conhecimento na investigação histórica.

Embasando-nos por essas considerações, procuramos lançar, em última análise, um olhar sobre Federico de Montefeltro e suas cartas, tomando por base o ramo do poder político como o centro do nosso estudo. Através da análise documental, revela-se como Montefeltro manobrou politicamente em relação às outras cidades-Estados italianas, especialmente Milão, e sua interação com o papado sob Sisto IV. Além disso relacionando-se e mantendo um papel diplomático com Lorenzo de Medici e Florença, por consequência, até o nível da guerra travada após o fracasso da Conspiração Pazzi.

Na nossa visão, o *condottiere* tivera um papel de influência política, além de seu envolvimento já comprovado na organização da conspiração. Porém, sua influência não se limitou apenas às relações com o Papa Sisto IV, mas também se estendia a outros ducados e reinos da Itália do século XV, principalmente Milão e Nápoles. Através do mapeamento e análise de suas correspondências, é possível discernir as estratégias e a amplitude de seu jogo político.

Dessa maneira, defendemos a hipótese de que o *condottiere* Federico de Montefeltro teve participação política no gerenciamento da Conspiração Pazzi, principalmente com seu conhecimento militar, auxiliando o Papa Sisto IV nesse quesito, como comprovam suas cartas. Além disso, ele tinha influência política com as demais cidades-Estado da Itália da segunda metade do século XV e expandiu essas relações para outros países, como França e Inglaterra, por exemplo.

Essas cartas revelam um jogo político sofisticado, consolidando seu poder tanto na posição de duque quanto de *condottiere* italiano da época. A partir disso, percebemos a dinâmica de poder em suas relações. Suas noções de política, diplomacia, militarismo e poder são caracterizadas em suas correspondências, esses traços também são evidenciados em suas biografias póstumas. Assim, assimilamos o poder político de um *condottiere* na Itália renascentista, marcada por uma significativa fragmentação territorial.

Com base na apresentação acima, é importante esclarecer que o estudo não tem a intenção de reivindicar uma mudança da estrutura-política do período, mas sim de esclarecer que o poder de um *condottiere* alcançou um nível maior do que o empregado a ele anteriormente. Isso é notório no caso do nosso personagem principal. Essa perspectiva de estudo também permite ampliar as possibilidades de pesquisa histórica sobre o evento principal de nossa pesquisa: a Conspiração Pazzi.

Para tanto, o método de abordagem que utilizamos foi o hipotético-dedutivo, que consiste na “construção de conjectura baseada nas hipóteses” (Lakatos, 1993, p. 106), e o procedimento deu-se por meio do método histórico que deriva à investigação da percepção de uma lacuna nos conhecimentos. (Lakatos, 1993, p. 106-107). Ou seja, a partir dessas propostas de estudo, as cartas diplomáticas escritas por Federico de Montefeltro serão analisadas, problematizadas e inseridas no meio da discussão bibliográfica sobre o tema.

Ao explorar fontes escritas, como as cartas de Federico de Montefeltro, e aplicar a análise do discurso, conseguimos não apenas discernir o padrão de linguagem utilizado por ele, mas também como esse padrão reflete seu poder e influência em uma Itália fragmentada em diversas cidades-Estado, especialmente no que tange ao seu envolvimento na Conspiração Pazzi. Refletindo por este viés, Dominique Maingueneau, em sua obra *Discursos e análise do discurso* (2015), argumenta que o discurso é produzido através da união de duas particularidades, sendo elas o texto em questão e o contexto ao qual este mesmo texto está inserido. A análise do discurso foca em como os textos estão conectados aos seus ambientes e como os próprios influenciam na sua redação. Portanto, o objetivo maior não é de apenas compreender o texto ou as situações relacionadas a ele, mas entender o que os une. Com base

nessa visão, para entender o discurso, é fundamental considerar os contextos diante das exigências fundamentais da análise do discurso (Maingueneau, 2015, p. 47).

Essa abordagem se alinha com a perspectiva de Quentin Skinner (1996), renomado historiador inglês que trabalha com a compreensão das reais intenções da produção textual, o contextualismo linguístico, utilizado pela História do Pensamento Político. Desse modo, o conceito busca investigar a linguagem política dos textos e fontes, considerando como importante a análise da conjuntura temporal e social dos escritores. Esse enfoque contextualista busca, através do ambiente em que o autor estava inserido, captar o sentido original do texto como fonte. Verificamos em sua escrita: “Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos.” (Skinner, 1996, p. 12).

Dessa forma, estudar os antecedentes de importantes obras envolve mais do que simplesmente obter informações adicionais sobre suas origens. Incluí, na verdade também a possibilidade de obter uma compreensão mais profunda das intenções do autor. Por esse motivo, tanto sua compreensão da metodologia de análise do discurso quanto os estudos políticos de Skinner foram utilizados para desenvolver esta pesquisa.

Além disso, almejamos compreender o discurso presentes nas cartas escritas por Federico de Montefeltro, sua participação no evento em questão, a Conspiração Pazzi e seu poder político enquanto um *condottiere* italiano do século XV, que possuía uma extensa rede de contatos com várias cidades-Estado italianas. Para isso, apresentamos a estrutura da dissertação, que examina os acontecimentos da conspiração no primeiro capítulo, perpassando por apresentar a cidade-Estado, Florença, assim como a família regente da aristocracia, a família Medici. No segundo capítulo, examinamos o desenrolar do acontecimento ocorrido em 26 de abril de 1478 e suas consequências imediatas após o fracasso da tentativa de tomada do poder. O primeiro e segundo capítulo possui como intenção central iniciar a discussão apresentando primeiramente a política e a família Medici e o evento, visando um melhor entendimento ao leitor sobre o papel de Federico na Conspiração.

No terceiro capítulo, destacamos o personagem principal da pesquisa, o duque de Urbino e *condottiere*, Federico de Montefeltro. Exploramos sua história, sua representação política e militar no território que viria a ser a atual Itália, o que nos permite compreender sua participação na conspiração e seus relacionamentos políticos, especialmente no que diz respeito ao poder, com as outras cidades-Estado. Além disso, realizamos uma revisão

bibliográfica abrangente, explorando tanto os estudos dedicados às fontes documentais selecionadas para nossa pesquisa e aqueles que se concentram na figura histórica de Montefeltro. Este levantamento não só sublinha a importância de Montefeltro na política italiana do século XV, mas também situa nossa análise dentro do panorama historiográfico existente.

Por fim, no quarto capítulo, realizamos uma análise aprofundada das fontes primárias, aplicando a metodologia de análise do discurso às cartas, depoimentos e testemunhos, integrando essas informações aos contextos delineados nos outros três capítulos. Assim, englobamos toda a linha de pensamento proposta inicialmente no projeto de pesquisa. Inicialmente, apresentamos as evidências extraídas diretamente das fontes que detalham o envolvimento de Federico na Conspiração Pazzi. Posteriormente, exploramos suas interações políticas do *condottiere* com outras cidades-Estados e seus governantes, bem como sua relação com o Papa Sisto IV, para ilustrar a extensão de seu poder e influência. Por fim, procuramos concluir com as percepções obtidas pela pesquisa sobre o papel político do duque e o evento principal estudado.

Capítulo 1 – A política florentina e a Conspiração Pazzi

A Renascença italiana do século XV oferece um vasto campo de possibilidades para estudos, graças à riqueza de sua história, cultura, sociedade e, particularmente, sua política. A diversidade de temas possíveis reflete a complexidade e a relevância dos aspectos culturais e políticos da época. No entanto, apesar da abundância de pesquisas já realizadas, muitos eventos significativos ainda permanecem pouco explorados dentro da historiografia, o que destaca a importância de investigá-los para uma compreensão mais profunda do contexto político da Renascença italiana, na segunda metade do século XV. Esta era, marcada por inúmeras conspirações contra governantes e famílias dominantes, inclui eventos como a Conspiração Pazzi, que se revela fundamental para entender as dinâmicas políticas das cidades-Estado e das regiões da época.

No decorrer deste capítulo, discutiremos inúmeros estudos referentes à política italiana renascentista da segunda metade do século XV e às investigações destinadas a entender a Conspiração Pazzi. Desse modo, a finalidade é de abarcar a compreensão do contexto no qual essa conjuração estava inserida. Utilizaremos esse conhecimento para analisar as estratégias e movimentos dos conspiradores até o momento crucial da execução do plano. Assim, propomos o diálogo com especialistas da área, procurando enfatizar a política exercida no período, destacando perspectivas de teóricos da política italiana. Portanto, essa abordagem nos permitirá esclarecer as complexidades da governança, da estrutura organizacional e das influências políticas da época — elementos fundamentais desta pesquisa.

Para tais realizações, utilizaremos historiadores renomados para compreendermos a civilização, sociedade e, finalmente, entender a política renascentista italiana. Visando o debate sobre o renascimento e suas vertentes, Delumeau (1994) e Burckhardt (2009) nos apresentam estudos brilhantes sobre a cultura, sociedade e política do Renascimento, tornando-se imprescindíveis nas pesquisas relacionadas à temática. Por mais que tenham suas discrepâncias em relação às colocações de seus estudos, os dois autores fornecem uma ampla visão sobre o período do Renascimento, o que os qualifica para ser a base deste início. Adicionalmente, Eugenio Garin (1991 e 1996) traz uma perspectiva vital sobre o humanismo renascentista, enfocando as características e o ethos do "homem renascentista". Sua contribuição é crucial para entender as nuances culturais e sociais que moldaram o período.

Além disso, John R. Hale (1963 e 1970) oferece estudos detalhados sobre o Renascimento e a Itália do século XV. Suas obras não apenas enriquecem nossa compreensão sobre a época, mas também sobre figuras como Maquiavel, situando-as dentro do contexto político mais amplo. Para além disso, Paul Larivaille (1988) acrescenta uma perspectiva da vida cotidiana, correlacionada com a política e o ser do Renascimento italiano. Essa dimensão é

fundamental para compreender o tecido social no qual a política daquele período foi moldada e executada.

Para progredir para a especificidade de Florença durante a segunda metade do século XV, ou seja, ao longo do comando da cidade pela família Medici, Tenenti (1973) nos apresenta a Florença deste período, abordando principalmente as mudanças de governo na cidade. Discorre sobre a passagem de uma democracia para uma oligarquia e, ao fim, a maneira como o governo era desempenhado, uma *signoria*. Por mais que se colocasse primordialmente como uma república, quem detinha o poder econômico tendia a possuir o poder político. Nesta linha, Hibbert (1993) aborda a política exercida pela família Medici em Florença, iniciando a ascensão da casa com Giovanni Bicci de' Medici e a queda política que assolou a família na primeira metade do século XVI. Não nos estenderemos a tal ponto, mas o autor se torna importante para compreender essa relação de poder que a casa Medici possuía com Florença e sua sociedade.

Ademais, aprofundamos nosso estudo da política florentina renascentista com a ajuda de obras fundamentais de Rubinstein (1968 e 1997), que se estabeleceu como uma referência imprescindível no estudo de Florença durante o Renascimento. Seus trabalhos abrangem detalhadamente a cidade tanto no período pré-Medici quanto durante a ascensão e consolidação do poder dessa influente família. Para complementar nossa análise, recorreremos também aos estudos de Scaife (1893) e Cronin (1967), historiadores que dedicaram suas carreiras a explorar a rica conjuntura histórica de Florença.

Ao pensar em política italiana renascentista somos transportados aos clássicos teóricos da época. Com base nesta afirmação, é essencial conceber a ideia de um dos mais importantes pensadores políticos do período, Nicolau Maquiavel. Em seu livro *História de Florença* (2007), Maquiavel contribuiu ao produzir uma obra atemporal sobre a história desta cidade, aludindo principalmente, na segunda metade de seu compêndio, o papel dos Medici para o fortalecimento da *signoria* florentina. Não desconsideremos, entretanto, as intenções políticas de Maquiavel com a obra, uma vez que o autor possuía severas críticas à aristocracia exercida pelos Medicis em Florença. Porém, por mais que seja uma obra que necessite de uma crítica durante sua leitura, ela não deixa de ser essencial para os estudos.

Por sua vez, ao mencionar o pensador político florentino, remetemos ao estudo de Skinner (2012), que elencou importantes contribuições a teoria política de Maquiavel em sua obra *Maquiavel e As fundações do pensamento político moderno* (1996), representa um arcabouço relevante sobre a temática. Trata-se de um clássico ao estudar história política, principalmente se seus direcionamentos forem as cidades-Estado da Itália renascentista. A obra nos auxilia em diversas questões sobre a política italiana, além de se aprofundar, em sua primeira parte, nos

estudos clássicos para, posteriormente analisar a criação do pensamento do homem renascentista.

Portanto, neste primeiro tópico, a intenção é elucidar sobre Florença e a política exercida na cidade, com o foco na segunda metade do século XV, visando o entendimento do poderio proferido pela casa Medici no território toscano, para, ao fim, compreendermos as motivações que levaram à construção da conspiração.

1.1 A política florentina frente a Itália renascentista

A Itália emergiu na Europa como um epicentro de progresso em diversas esferas culturais e sociais. Seus artistas e humanistas catalisaram avanços significativos em múltiplas áreas. Notavelmente, a política das cidades-Estado italianas ilustrava um complexo jogo de governança e controle territorial, onde a administração se configurava em termos profundamente pessoais (Delumeau, 1994, p. 20).

O Renascimento foi um período marcado por profundas transformações, destacadas por Jean Delumeau em sua obra *A civilização do Renascimento* (1994, p. 23), onde menciona notáveis avanços técnicos e um consequente aprofundamento do conhecimento sobre o mundo. Entendemos esse período conforme Delumeau o delineia, mas também consideramos a contribuição de Jacob Burckhardt (2009) para essa discussão. Delumeau, em particular, destaca uma divergência com Burckhardt sobre a percepção deste último sobre a Idade Média. Enquanto Burckhardt, alinhado com os humanistas italianos, descreve a Idade Média como uma 'Idade das Trevas', Delumeau oferece uma visão mais matizada, conforme apontado por Skinner (1996, p. 131). Essa diferença evidencia um debate sobre a ruptura entre esses dois importantes períodos históricos.

No entanto, concordamos com ambos os autores em dois aspectos cruciais para compreender o Renascimento e o papel significativo da Itália nesse movimento. O primeiro é o reconhecimento da importância da Itália como herdeira das tradições da Antiguidade, um fator fundamental para o renascimento cultural. Essa herança foi o ponto de partida para a revalorização e o uso dos clássicos como referências nas artes e nos estudos humanistas. Burckhardt (2009, p. 178) menciona: “não foi a Antiguidade sozinha, mas sua estreita ligação com o espírito italiano, presente a seu lado, que sujeitou o mundo ocidental.”.

O segundo aspecto essencial é a emergência do indivíduo durante o Renascimento, uma era marcada pelo reconhecimento da individualidade. Jacob Burckhardt descreve esse fenômeno ao notar que:

o homem reconhecia-se a si próprio apenas como raça, povo, partido, corporação, família ou sob qualquer outra das demais formas do coletivo. Na Itália, pela primeira vez, tal véu dispersa-se ao vento; desperta ali uma contemplação e uma tratamento objetivo do Estado e de todas as coisas deste mundo. Paralelamente a isso, no entanto, ergue-se também, na plenitude de seus poderes, o subjetivo: o homem torna-se um indivíduo espiritual e se reconhece como tal. (Burckhardt, 2009, p. 145).

Esse reconhecimento do indivíduo é também enfatizado por Jean Delumeau (1994, p. 23), que aponta que o período “iniciou a libertação do indivíduo ao tirá-lo do seu anonimato medieval e começando a desembaraçá-lo das limitações colectivas”. Por fim, Delumeau (1994, p. 102) conclui essa discussão ao afirmar que, embora a Antiguidade nunca tenha sido totalmente esquecida, ela foi transformada durante a Idade Média. Os humanistas tiveram o papel crucial de resgatar os títulos e a glória da era clássica. Ele identifica Florença como o epicentro desse movimento, mas reconhece que a Itália como um todo desempenhou um papel fundamental, dada sua profunda consciência histórica sobre seu passado.

A Itália do século XVI, pisada a pés pelos —Bárbaros‖, impôs-lhes um gosto que era o gosto da Antiguidade, mas revisto, corrigido, transformado, pois vinha enriquecido com toda a experiência medieval. O Renascimento reencontrou, sem dúvida, de certo modo, os valores do mundo greco-romano. Mas, ao mesmo tempo, tomou consciência do intransponível fosso que o separava desses valores. Interpondo os espessos —tempos obscuros‖ entre a Antiguidade e a nova Idade de Ouro, relegou definitivamente para o passado, como coisa já esgotada, uma civilização em que desejava inspirar-se, mas que não podia ressuscitar. O Renascimento, portanto, teve consciência histórica. Essa consciência era uma novidade e era sinal de uma mentalidade nova. Como o cristianismo tinha impregnado quinze séculos de história europeia, a mitologia já não podia ser senão um álbum de imagens, de resto singularmente rico, e um repertório de alegorias. Os deuses tinham abandonado os templos. Quando as ruínas antigas aparecem - e isso é frequente - numa Natividade, estão lá para significar que Jesus, ao nascer, pôs fim à época pagã. (Delumeau, 1983, p 118 – 119)

No contexto urbano, o Renascimento italiano despertou grande interesse nas cidades da região. Conforme observado por Bezares (2002), uma das características distintivas desse período foi o mecenato e o patrocínio das grandes famílias em relação aos artistas da época. Esse processo impulsionou o Renascimento como um todo, como discutido anteriormente.

Primeiro para as oligarquias dominantes, que agiam como mecenas: príncipes, prelados eclesiásticos e patrícios. Em segundo lugar para intelectuais, acadêmicos, escribas e pedagogos. Terceiro, para artistas plásticos, recrutados da indústria artesanal. Famílias de banqueiros e mercadores estão entre a

origem do estímulo cultural da Renascença: os Médici de Florença, o patricio aristocrata de Roma, as aristocracias venezianas. Também os tribunais ducais dos Sforza de Milão, Gonzaga de Mântua, Este de Ferrara, Montefeltro de Urbino. Mais tarde, em sua expansão, a cultura renascentista e humanista se espalhará entre os dignitários civis e eclesiásticos das monarquias emergentes; e, da mesma forma, estará ligado a tribunais, cenáculos e academias. (Bezares, 2002, p. 60)

Segundo Nicolau Sevcenko (1994), em sua obra *O Renascimento*, este período também fora de importância para o renascimento das cidades e comércios.

O estabelecimento de contatos constantes e cada vez mais intensos com o Oriente, inicialmente através das Cruzadas e em seguida pela fixação ali de feitorias comerciais permanentes, garantiu um fluxo contínuo de produtos, especiarias e sobretudo um estilo de vida novo para a Europa. A criação desse eixo comercial, reforçada pelo crescimento demográfico, pelo desenvolvimento da tecnologia agrícola e pelo aumento da produção nos campos europeus, dava origem a novas condições que tendiam a progressivamente, em conjunto com outros fatores estruturais internos, dissolver o sistema feudal que prevaleceu até então. (Sevcenko, 1994, p. 05)

Entretanto, os avanços do Renascimento não se limitaram apenas a esses aspectos. Houve uma significativa evolução no entendimento da política. A redescoberta dos textos clássicos fomentou um aprofundamento nos estudos de retórica, de cartas, direcionando esforços para uma escrita e análise política mais refinada. Essa fase foi marcada pela emergência do humanismo, que se tornou um pilar tanto na história quanto no campo dos estudos acadêmicos. (Skinner, 1996, p. 58-59).

Na obra organizada por John Najemy (2005), Carol Everhart Quillen contribui com um artigo perspicaz sobre os escritos humanistas e as figuras proeminentes dessa corrente, destacando-se pela exploração da rica produção cultural do Renascimento italiano. Quillen (2005) analisa a veneração da era pela antiguidade, iniciando-se nas regiões do Vêneto e da Toscana, áreas que cunharam o termo "humanismo", que mais tarde se difundiu por toda a península itálica. Neste contexto, Quillen se engaja em um diálogo com as ideias de Burckhardt (2009), que descreve o esforço dos humanistas para reviver a antiguidade de forma idêntica. No entanto, Quillen apresenta uma transição nos pensamentos de 1960, argumentando que o foco dos humanistas não estava simplesmente na reconstrução fidedigna do passado, mas em "fazer um passado alusivo falar com seu presente através de técnicas de leitura e escrita" (Quillen, 2005, p. 37). Esse enfoque sugere uma abordagem mais interpretativa e aplicada, destacando a dinâmica entre passado e presente no pensamento humanista.

Com base na discussão proposta por Carol Everhart Quillen, o humanismo, que emergiu nas cidades-Estado italianas, como Pádua e Florença, reflete a busca por uma cultura cívica fundamentada no bem comum e na coletividade pública. Este pensamento referente as ambições dos humanistas ao pensar nas cidades-Estado. Os humanistas dessas regiões aspiravam um modelo de governança que fosse instrutivo e moralizante para a sociedade, cultivando uma cultura cívica robusta nas comunas. Esta noção está refletida em suas ambições de repensar as cidades-Estado de uma maneira inovadora e inclusiva (Quillen, 2005, p. 38).

O humanismo deste período incentivou estudos profundos sobre política, governança e a história das cidades de origem dos pensadores. A erudição desenvolvida nesse contexto pavimentou o caminho para obras que exploraram e aprofundaram teorias políticas, possuindo como instrumento para debate de seus escritores os livros destinados aos governantes, os quais influenciaram na configuração do reconhecimento político do período. Skinner (1996) aponta que os “espelhos de príncipes” serão fundamentais para a evolução da teoria política na renascença.²

Além disso, a ideologia da proteção à liberdade nas cidades-Estado republicanas se fundamentou no ideal renascentista do indivíduo. O Renascimento, portanto, exerceu um papel crucial ao reafirmar uma ideologia de liberdade entre os indivíduos, conforme discutido por Delumeau (1994, p. 60). Em Florença, em particular, essa influência humanística foi sentida de maneira profunda e transformadora, influenciando diretamente a sociedade e sua constituição política. Ao considerar o humanismo como um fator determinante na formação de uma teoria política, percebemos a quão intrínseca era a relação entre os ideais humanísticos e a governança das cidades-Estado italianas.

Na obra *The Origins of the State in Italy, 1300-1600*, editada por Julius Kirshner, uma série de historiadores de renome examinam a emergência das cidades-Estado italianas, fornecendo um vasto panorama histórico e teórico sobre o assunto. No primeiro capítulo deste livro, Pierangelo Schiera (2009) levanta cinco questões cruciais que foram fundamentais para a formação das cidades-Estado. A primeira delas diz respeito à formação dos estados regionais, como Florença, o reino de Nápoles, Milão e Veneza. Schiera argumenta que a legitimidade política foi um elemento central para o desenvolvimento desses estados. Isso implica que essas entidades precisaram não apenas estabelecer uma autoridade efetiva, mas também garantir reconhecimento e legitimidade perante seus cidadãos e outros estados.

² Um grande exemplo desses “espelhos de príncipes” é a grande obra de Maquiavel, *O Príncipe*. Porém, sendo assunto para posterioridade deste trabalho. Entretanto, Burckhardt (2009, p. 25) nos delimita que esta grande obra de Maquiavel “representa a objetividade renascentista e a ideia do Estado como obra de arte”.

Em segundo lugar, Schiera destaca a transformação da cultura política, marcada pelo desenvolvimento de novas leis e instituições que aumentaram a relevância das cidades-Estado. Em terceiro, ele aborda os conflitos emergentes entre a Igreja e os estados nascentes. A quarta questão explorada por Schiera relaciona-se com as finanças, incluindo a implementação de sistemas de coleta de impostos, o financiamento de serviços públicos e uma gestão econômica mais eficaz nas cidades. Por fim, examina a criação da Liga Italiana, uma aliança que desempenhou um papel crucial na manutenção do equilíbrio de poder entre os diferentes estados.

No centro desse complexo sistema de alianças e rivalidades, Florença emerge como uma das principais protagonistas, desempenhando um papel significativo na política e na cultura da Itália Renascentista.

Laicidade, responsabilidade e racionalidade - as características das instituições e ações políticas modernas - devem, portanto, não apenas expressar os aspectos de racionalidade e eficiência pertencentes ao lado ativo do poder, mas também enfatizar o significado da aquiescência autoconsciente do lado passivo, ou seja, o lado pertencente àqueles sujeitos ao poder, que são de fato os membros da comunidade política organizada em um 'Estado'. Por esse motivo, a capacidade do sujeito de exercer o comando por parte da autoridade é tão predominante na história do Estado. (Schiera, 2009, p. 13).

Possuindo em vista Florença, a comuna possuía um ambiente mais aberto, diversificado e fluido, reflexo da diversidade da qual era composta. Comerciantes, donos de propriedades e banqueiros debatiam abertamente sobre as questões políticas. Todos que participavam da vida cívica possuíam questões políticas a serem debatidas. Essa atmosfera propícia ao debate e à participação popular fez de Florença um expoente do humanismo, distinguindo-a das outras cidades-Estado italianas dos séculos XIV e XV. Como resultado, Florença emergiu como o centro humanístico da Itália, um verdadeiro polo de inovação e pensamento crítico durante o Renascimento. (Quillen, 2005, p. 38).

John Hale (1970, p. 75) afirma que, por mais que Florença não tenha sido a gênese do humanismo, fora a cidade-Estado que aperfeiçoou, aprimorou e desenvolveu o movimento. Isto devido à liberdade cultivada por todos da comuna. Somado a isso, era “grande, rica, e, pelos modelos daqueles dias, estável” (Hale, 1970, p. 77). Skinner (1996, p. 97-98) acrescenta que os humanistas do início dos quatrocentos almejavam a criação de uma ideal de cidadania independente, principalmente os florentinos.³ Uma Florença, republicana, exaltada pela sua

³ Skinner (1996, p. 97) aponta que o ideal almejado por esses humanistas, foi o mesmo ideal exaltado por Aristóteles no seu livro III da Política.

liberdade, sendo governada e defendida como tal, por indivíduos ilustres de *virtù*, comprometidos com a conservação destes princípios cívicos políticos de republicanismo e liberdade.

Ao fim, o humanismo cívico florentino fora estabelecido e se desenvolveu devido às características patrióticas e populares, sendo por fim, transmitido aos valores do homem renascentista e, mais profundamente, ao homem florentino. Essas virtudes eram empregadas com o objetivo de enfatizar o objetivo da liberdade e do desenvolvimento do indivíduo (Rubinstein, 1968, p. 20).

Eugenio Garin foi o organizador de uma obra que compreendeu diversos artigos referentes ao indivíduo do renascimento, intitulada *O Homem Renascentista* (1991). Nela, os autores expõem diversas faces do homem do renascimento. Desta maneira, reiterando as afirmações acima, em sua introdução, Garin (1991, p. 15) reafirma a constituição do humanismo como uma referência para o homem do renascimento. Ele descreve esse indivíduo como alguém ciente das transformações ao seu redor e de seu papel ativo nessas mudanças, marcando uma nova era de consciência sobre si e sobre seu tempo.

Tendo isso em mente, ao considerar o homem florentino, Scaife (1893, pp. 9-10) descreve os florentinos como "homens universais". A diversidade cultural, a amplitude de pensamento e o constante engajamento com a liberdade proporcionaram uma energia incomum ao florentino. Essa combinação de liberdade individual e ambiente cultural rico propiciou o surgimento de grandes figuras históricas tanto nas ciências quanto nas artes. Este cenário em Florença representou um movimento de modernidade que foi decisivo na formação do indivíduo florentino, destacando-o como um exemplo de inovação e progresso durante o Renascimento.

O historiador inglês John Hale, é considerado, no geral, como uma das autoridades na Inglaterra sobre os assuntos do renascimento. Hale (1970, p. 75) aponta Florença como o centro das produções e desenvolvimento das ideias e realizações do renascimento. Foi o território que proporcionou e sustentou o campo das ideias políticas e artísticas do renascimento. Hale destaca ainda as constantes exaltações feitas por diversos autores a Florença, sublinhando seu papel inestimável como berço do Renascimento e como catalisadora de uma era de extraordinária inovação e expressão cultural.

Para compreender adequadamente o contexto político em que a Conspiração Pazzi estava inserida, é fundamental considerar o recorte espacial definido para analisar as discussões propostas nesta pesquisa. Importa reconhecer que a Itália que conhecemos hoje não é a mesma do período em estudo. Durante os séculos XIV e XV, o território italiano era composto por

cidades-Estados independentes, como ilustrado na imagem 1. Essas entidades - ducados, repúblicas e reinos - mais tarde se unificaram para formar a Itália contemporânea; contudo, no Renascimento, a configuração era bastante distinta.

A Itália da época era caracterizada por uma rica diversidade cultural, além de diferentes regimes políticos e econômicos. Dominava a paisagem cinco regiões principais: o Reino de Nápoles, as Repúblicas de Veneza e Florença, o Ducado de Milão e os Estados Pontifícios, conforme aponta Larivaille (1988, p. 9). Essa fragmentação política é crucial para entender as dinâmicas e as tensões presentes na Conspiração Pazzi e no ambiente mais amplo do Renascimento italiano.

Imagem 1 - Mapa da Itália em 1494.



Fonte: SHEPHERD, William. Italy about 194. Perry-Castañeda Library Map Collection: University of Texas at Austin, 1911. Historical Atlas. Escala 1:5000000.

Sua pluralidade de territórios propiciou a emergência de diversas políticas e diversos poderes singulares em diversas territorialidades. Concordamos com Paul Larivaille (1988, p. 15)

sobre a fragmentação territorial da Itália no período em questão, sendo diversa em seus vários aspectos. Nesse contexto, Florença representa um meandro do jogo político italiano. Portanto, iremos nos focar, neste momento, na Florença do século XV.

1.1.1 A Florença política no tempo dos Medici

Florença se destacou no jogo político desenvolvido entre as diversas comunas da Itália desde o século XIV. De acordo com Tenenti (1973, p. 12), a cidade florescera com o compromisso de assegurar a liberdade das individualidades e a segurança econômica que girava em torno dos comerciantes que ali se assentaram. Este compromisso foi fortemente influenciado pelos ideais humanistas de liberdade individual. Dessa forma, entende-se que a égide da comuna florentina estava fundada na liberdade.⁴ No contexto das repúblicas⁵ italianas da época, Florença se sobressaiu por manter sua independência diante dos desafios impostos pelas demais cidades-Estado que rodeavam o território toscano. Rubinstein (1968) não mede palavras ao expressar a grandeza da cidade ao mencionar Florença como: “um dos principais centros da civilização ocidental” (Rubinstein, 1968, p. 10).⁶

Ainda sobre Florença, Burckhardt expõe:

A mais elevada consciência política, a maior riqueza em modalidade de desenvolvimento humano encontra-se reunidas na história de Florença, que, nesse sentido, por certo merece o título de primeiro Estado moderno do mundo. Florença tornou-se, assim, o berço das doutrinas políticas e teorias, dos experimentos saltos adiante; tornou-se ainda, juntamente com Veneza, o berço da estatística e, solitária, precedendo todos os demais Estados do mundo, o berço da escrita da história, em seu sentido moderno. (Burckhardt, 2009, p. 98)

De acordo com Burckhardt (2009, p. 104), Florença é apresentada como o modelo renascentista para toda a Europa, notabilizando-se por sua história e configuração política.⁷ A

⁴ Tenenti (1973, p. 15) acrescenta a mudança de relação com essa liberdade durante o século XV, com a dominação da casa Medici sobre as estruturas políticas da *signoria*, além de econômicas. Já que a família instituiu um principado na cidade florentina. As liberdades republicanas estavam seguras, porém, seguras através de um principado.

⁵ Nesse primeiro momento e uma breve explicação sobre essa definição que será mais bem detalhada ao longo do capítulo. Florença, no período, se colocava como uma república democrática, porém entendemos que a comuna em sua realidade possuía dimensões aristocráticas nas suas instituições políticas.

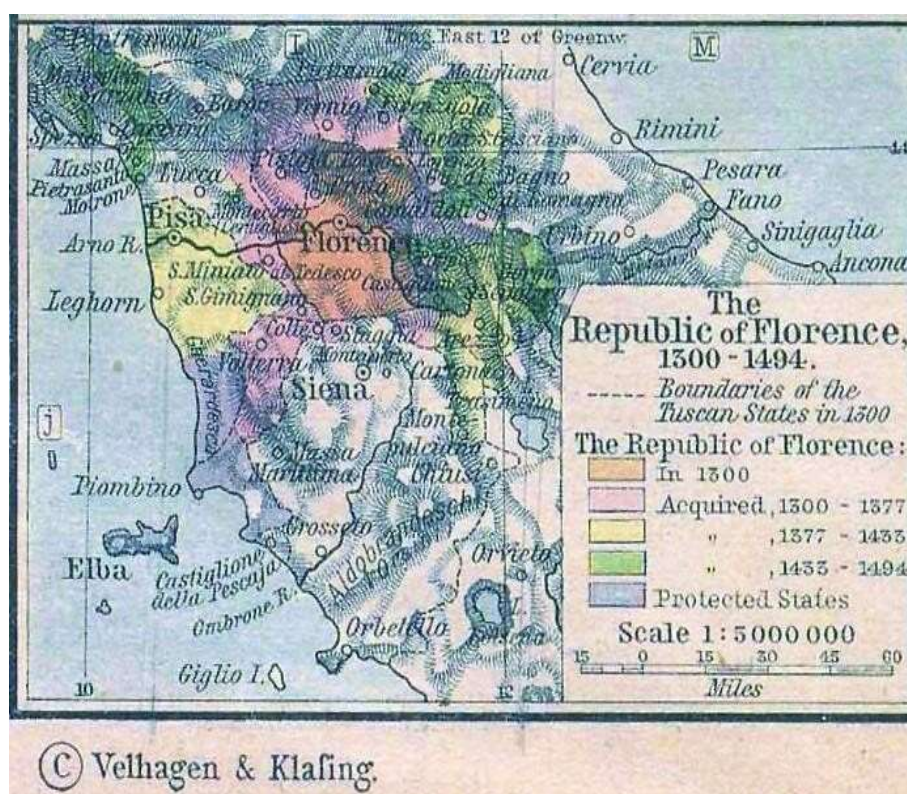
⁶ Dentro da perspectiva de Rubinstein (1968, p. 10), a grandeza de Florença muito se deve aos seus ilustres personagens da história, como por exemplo Nicolau Maquiavel e Lorenzo de Medici. Mas acrescenta que a pluralidade de arquivos florentinos permitiu estudos críticos sobre a sociedade, a estrutura política e a economia da cidade.

⁷ De acordo com Burckhardt (2009, p. 110), Florença foi o “laboratório do espírito italiano e do moderno espírito moderno europeu”, evidenciando a importância cultural, política e civil da cidade.

constituição do seu meio político possuiu destaque a partir de 1382, segundo Tenenti (1973, p. 13), o qual fora admirado pelas questões econômicas, e principalmente, por sua estabilidade, seja pela economia vigente, ou o jogo político praticado pela comuna. A dominação da nobreza e suas tiranias, a aparente democracia republicana e as formas híbridas de governo que envolviam a *signoria* vão ser a base fundamental para a influência da casa Medici dentro da política florentina.⁸ Podemos ter um vislumbre do território na imagem 2.

Tenenti (1973) expõe a *signoria* era a forma de governo utilizada em Florença no século XV. Porém, esta forma também é encontrada em outras diversas outras comunas da época. Em Florença, a constante preocupação com a manutenção da liberdade e a segurança dos burgos comerciais ali existentes consolidou uma base de poder e estabilidade política fundamentada nas famílias que lideravam as decisões governamentais. Como anteriormente mencionado, o poder econômico estava intrinsecamente ligado ao poder político, reforçando a influência dessas famílias dominantes na administração da cidade.

Imagem 2 – Mapa de Florença em 1494.



Fonte: SHEPHERD, William. *The Republic of Florence, 1300-1494*. Perry-Castañeda Library Map Collection: University of Texas at Austin, 1911. Historical Atlas. Escala 1:5000000.

⁸ Cf. Scaife, 1893, p. 21-52.

A primazia de Florença no período renascentista está fortemente ancorada em sua robusta economia.⁹ Ao contrário de outras comunas italianas que se consolidaram por meio de sua religiosidade ou riqueza cultural, foi a economia que catapultou a comuna toscana a uma posição de destaque no cenário italiano. No entanto, essa potência econômica, concentrada nas mãos de uma elite minoritária, não apenas garantia o controle do poder político, mas também exercia uma influência significativa sobre as decisões administrativas da cidade. Portanto, a classe dirigente em Florença, composta pelos maiores comerciantes, banqueiros e famílias tradicionais, detinham o controle econômico da cidade. (Tenenti, 1973, p. 21). Neste ponto, não se diferenciando dos outros períodos históricos, esta não é uma singularidade apenas de Florença, porém é algo a ser ressaltado, pois foi um aspecto fundamental para compreender a sua política ali desenvolvida.

É neste ponto que Maquiavel desenvolve suas prospecções sobre a corrupção que assombrava Florença. Maquiavel (2007) nos apresenta uma gloriosa escrita da história de Florença, contada em oito livros ao todo. Como dito anteriormente, a finalidade da escrita da história na Antiguidade, resgatada pelos humanistas do renascimento, era de empregar ensinamentos que pudessem ser úteis aos seus leitores. (Skinner, 2012, p. 13). Deste modo, os ensinamentos que Maquiavel possui em seu cerne a pretensão de passar aos florentinos as maneiras de se entender a corrupção dentro das instituições políticas. Um dos apontamentos cruciais de sua análise foca no principado da família Medici dentro da *signoria* florentina e suas formas de corrupções, por mais que fossem dentro das leis empregadas no período. Esse ponto, aliás, será foco do segundo tópico deste capítulo. Ademais, Maquiavel (2007) narra a glória florentina desde a queda do Império Romano, em seu primeiro livro, e todo o processo de corrupção que assolou a república instaurada em Florença.

Skinner (2012), nos apresenta um estudo sobre Nicolau Maquiavel e suas três principais obras: *O príncipe*; *História de Florença* e *Discursos de Tito Lívio*, nos dando a oportunidade de examinar a posição do autor em relação a essa república florentina e o papel da casa Medici na política, o qual está totalmente dentro dos interesses do escritor. Em *História de Florença*, foca especialmente a corrupção que assombrou a cidade-Estado.¹⁰ “Maquiavel descreve como sua

⁹ Um exemplo dessa economia reside no poder do mercado de tecidos florentinos. O comércio têxtil vai ser a base econômica florentina. A prosperidade de Florença advém desta exportação. (Cronin, 1967, p. 25).

¹⁰ Pois, segundo Skinner (2012), os ensinamentos e preceitos humanísticos de se fazer e escrever história eram perpassados por dois ditames básicos, sendo eles, uma lição moral inserida na obra e a forma com que a obra é escrita, e as fontes expostas, que necessitam ser apresentadas da melhor forma possível para realçar as lições a serem aprendidas. Portanto, o livro de Maquiavel é voltado para expressar a corrupção e tirania que a sociedade florentina sofreu durante sua história, e como ela retornava aos seus ideais republicanos. Abrangendo os problemas

influência maligna tomou conta de Florença, estrangulou sua liberdade e finalmente conduziu à tirania e à desgraça” (Skinner, 2012, p. 112). É perceptível, ao decorrer de sua obra, críticas sutis de Maquiavel à família Medici, mesmo sendo eles os benfeitores para que o autor pudesse escrever sobre a grandiosa história florentina, já que a encomenda do exemplar veio do então papa Leão X, um Medici. Deste modo, Maquiavel (2007, p. 22-23) argumenta que a *virtù*¹¹ do estado florentino veio se mantendo através de homens que assumiram o comando da cidade, por mais que a comuna se colocasse como uma república democrática.

Claude Lefort em *O trabalho da obra: Maquiavel* (1979), pontua

(...) mas é impotente para ultrajar a verdade dos princípios que governavam a república e a filosofia, pois esses princípios não excluíam absolutamente a possibilidade de sua subversão: ao contrário, eles a implicavam, e que ela tenha ocorrido de fato não faz esquecer que ela não é nada além do que aquilo que poderia ser: corrupção. (Lefort, 1979, p. 317)

A concepção de corrupção de Maquiavel não se deriva apenas de um estado do corpo político, mas provém das dinâmicas sociais, a qual complementa enquanto uma dinâmica histórica inevitável. Em específico sobre o caso de Florença, Maquiavel encara a corrupção florentina como um problema multifacetado não doravante a uma simples degradação do sistema e das instituições políticas, mas uma corrupção resultante de contínuas escolhas feitas pela própria cidade. Ao ponto em que a cidade recusa conflitos de classes, aqueles que detêm o poder impedem a reivindicação do povo e se validava através de um discurso de ordem e paz. Entretanto, em relação a essa corrupção poderia ter sido ultrapassada e combatida, através de reformas e uma liderança virtuosa.

A estrutura política de Florença durante o Renascimento era caracterizada pela *signoria*, um sistema de governo em que o mandato durava apenas dois meses e era exercido por nove

e corrupções da sociedade florentina, da sua fundação enquanto cidade até 1492, o ponto final de sua escrita da história.

¹¹ A *virtù* a qual referimos é a mesma trabalhada por Maquiavel em suas obras. Skinner (2012) aponta que justamente a mudança de perspectiva a qual Maquiavel faz com o conceito de *virtù*, é a revolução empreendida pela teoria florentina, nos gêneros de aconselhamento de príncipes, em sua obra *O Príncipe*. A *virtù* convencional é conceituada como as virtudes ou qualidades, almejadas por governantes, que permitem alcançar a Fortuna. Ou seja, alcançar a glória, fama e honra que príncipes desejam. Porém, o convencional propõe que essas afirmações sejam integradas com as virtudes cardeais e principescas. Entretanto, Maquiavel (2010) não se baseia nessas virtudes e sim na questão de que o virtuoso realmente deve estar disposto a realizar o que for necessário, dependendo da situação, para ao fim concluir suas finalidades iniciais. Há uma flexibilidade dentro da moralidade para a realização das ações de um governante. Skinner reitera: “ele trata a *virtù* como aquela qualidade que permite a um príncipe enfrentar os golpes da Fortuna, atrair o favor da deusa e se elevar, em decorrência disso, aos pináculos da fama de príncipe, conquistando honra e glória para si e segurança para seu governo.” (Skinner, 2012, p. 52).

homens, conhecidos como *priores*. Cada um desses priores representava uma das diferentes guildas. Estas, aliás, foram as corporações de representação política das *arti*, desempenhavam um papel crucial na representação política e social das diferentes atividades profissionais em Florença. Por exemplo, a *Arte dei Giudici e Notai* se referia à guilda dos advogados, enquanto a *Arte dei Medici, Speziali e Merciai* era a guilda dos médicos e boticários.

Ao todo eram 21 guildas, sendo 7 de maior prestígio e maior representatividade e 14 menores, sendo as *arti* de cunho humilde. Essas guildas menores aglomeravam os comerciantes mais humildes, profissões mais singelas, como, por exemplo, açougueiros, pedreiros e carpinteiros. Enquanto isso, as guildas maiores e de maior representatividade, politicamente interpretando, seriam de profissões mais renomadas, como banqueiros, médicos e até artistas. (Hibbert, 1993, p. 21).

Algo a ser analisado neste ponto é o fato da maior parte das *arti* e, assim, a maior parte da população possuía uma menor representação política dentro da sociedade, a qual se elevava como sendo uma democracia. Scaife (1893, p. 21), em seus estudos sobre a sociedade florentina, faz uma síntese completa sobre o governo praticado por Florença. Desta maneira, pelo já enunciado, entende-se o perfil político da comuna possuía a pretensão de se passar como sendo popular, democrático e republicano, por mais que não fosse nada democrático em seu cerne principal. Esse fato é reiterado por Tenenti (1973) ao apontar que a república de Florença se fomenta com base na exclusão de membros da sociedade. Ou seja, “sua democracia não está baseada na reivindicação de certos direitos fundamentais de todos os cidadãos, mas no privilégio, de uma parte dentre eles, de exercer o poder.” (Tenenti, 1973, p. 25).

Se embasando nessas afirmações e nos estudos realizados, compreendemos que é possível definir Florença como uma aristocracia, na própria época colocava-se como uma república, porém suas dimensões políticas hoje entendemos serem aristocráticas.

Hibbert (1993, p. 22), em seus estudos sobre a ascensão dos Medici em Florença, argumenta sobre a dominância presente na política florentina das guildas maiores por terem o maior poderio econômico. Por demais, dentre os nove *priori* sorteados, o último entre eles era elevado ao status de *ganfaloniere di giustizia* da *signoria*, cujo propósito era de comandar o Conselho dos Priores e toda a comuna. O conselho possuía a missão de organizar as questões políticas, econômicas e militares.

As eleições, da então denominada no período como república florentina, eram realizadas através de um processo denominado *borse*, que utilizava oito bolsas de couro para sortear os nomes dos nove indicados à *signoria* da cidade. Desse total, seis priores eram escolhidos dentre

os representantes das guildas maiores, que possuíam maior influência e poder econômico, e dois entre as guildas menores, conhecidas como *arti* de menor prestígio ou *popolo minuto*. O nono nome extraído era destinado ao *ganfoloniere*, que assumia a liderança do conselho.

Para garantir a integridade e a eficácia de seu mandato, todos os eleitos eram obrigados a residir no *Palazzo della Signoria*, centralizando assim a administração em um único local, livre de interferências externas. Ademais, havia outros funcionários na máquina governamental florentina, os chanceleres, responsáveis por auxiliar na administração da *signoria*, os quais eram homens eruditos. (Hibbert, 1993, p. 23). Um exemplo claro de homem ilustre empregado na chancelaria florentina foi Maquiavel, assumindo um cargo na segunda chancelaria de Florença em 1498. (Skinner, 2012, p. 15).¹² Adicionalmente, havia a figura do *podestà*, um homem proveniente de outra cidade e possuidor da missão de executar a justiça. Essa escolha por um forasteiro visava assegurar a imparcialidade nos julgamentos (Scaife, 1893 p. 23).

Embora Florença se destacasse por sua estrutura republicana, que parecia favorecer uma democracia estável, a realidade era permeada por uma corrupção, impulsionada principalmente pelo vigoroso comércio da cidade.¹³ Conforme Hibbert aponta (1993, p. 24), ser rico em Florença durante o século XV significava mais do que simplesmente possuir dinheiro; conferia também respeito perante os outros.¹⁴ No entanto, apenas ser respeitado e rico não garantia uma ascensão social plena na sociedade florentina; era essencial também pertencer a uma família com tradição e reconhecimento dentro de Florença.

Embasado nisto, os Medici, como exploraremos mais adiante, não eram originalmente uma família de longa tradição, mas conseguiram conquistar o controle de Florença e, posteriormente, do território da Toscana durante os períodos de Cosme de Medici e de seu neto, Lorenzo de Medici. Essa análise da vida política florentina nos leva a compreender a complexa relação que a família Medici mantinha com a cidade-Estado.

Apesar de Florença se projetar como uma república democrática, torna-se evidente que havia práticas corruptíveis infiltradas nesta democracia, facilitando a influência de famílias poderosas no cenário político da comuna. Entendemos que a república e a liberdade almejadas

¹² Neste primeiro cargo assumido por Maquiavel, as suas funções principais eram de receber as correspondências administrativas de Florença e ser designado para viagens diplomáticas. Viagens essas que lhe proporcionaram experiências, lhe permitindo elaborar sua teoria política e seus aconselhamentos futuros. (Skinner, 2012, p. 17).

¹³ E por isso reforçamos o pensamento de Florença ser uma aristocracia a qual uma família detém o poder econômico, político e cultural. Além de ter havido a transmissão desse poder por meio da hereditariedade.

¹⁴ Entendemos que esta questão relativa ao poder e dinheiro não é de exclusividade de Florença. Assim como em diversos outros períodos históricos, o dinheiro foi sinônimo de poder. Queremos apenas evidenciar este fato sobre a política realizada em Florença. Pois é um fator de extrema importância para a compreensão da política da cidade-Estado.

pelos humanistas florentinos, segundo Skinner (1996, p. 97-98), foram alteradas para o melhor aproveitamento da aristocracia local. Assim, na segunda metade do século XV, foi a casa Medici a beneficiadora dessas artimanhas políticas.

Percebe-se que, apesar de Florença se autodefinir como uma república democrática, as estruturas de poder na cidade perpetuavam-se através da dominação e influência política ilegítima exercida por famílias dominantes, em especial sobre a *signoria* e outras instituições. (Burckhardt, 2009, p. 48). Em sua obra, Paul Larivaille destina um tópico de seu primeiro capítulo, *A Itália no tempo de Maquiavel* (1988), para questionar a natureza pouco democrática desta república, evidenciando que o sistema político em Florença se baseava na exclusão da maioria da população, o *popolo*, que tinha mínima representação política. Florença, portanto, funcionava mais como uma república aristocrática, onde os mecanismos de administração da *signoria* estavam sob o domínio de uma família influente, a casa Medici (Larivaille, 1988, p. 20).

Ou seja, para uma definição maior do conceito político de Florença, entendemos a cidade-Estado enquanto uma aristocracia, pois era comandada pela casa Medici durante um extenso período, além de ser um comando hereditário. Por mais que se portasse como uma república democrática e almejasse apresentar esta imagem às demais cidades-Estado da península itálica, em seu cerne, a política era definida pelos aristocratas da família Medici.

Peter Burkert em sua obra, *Veneza e Amsterdã – um estudo sobre das elites do século XVII*, evidencia justamente a questão sobre uma cidade-Estado se mostrar enquanto uma república, mas na sua realidade ser uma aristocracia. E neste caso, o autor se utiliza de Veneza como exemplo, porém, as bases corruptíveis e aristocráticas foram as mesmas realizadas em Florença.

A questão para definirmos Florença e, incluindo Veneza nesse ponto, como sendo aristocrática é pelo fator de uma família comandar as instituições políticas. E no caso de Florença, esse poder era hereditário, como veremos a seguir. Entretanto, o status fora um fator determinante. “(...) o poder e a riqueza tendiam a acompanhar o status” (Burke, 1991, p. 25).

Portanto, com base nas afirmações de um dos mais importantes teóricos políticos do renascimento, além de um florentino, podemos concluir que a influência política de uma aristocracia sempre esteve presente em Florença. Influência esta perpetuada pela casa Medici por, praticamente, meio século. Maquiavel (2007) afirma:

As cidades, sobretudo as que não bem-ordenadas e são administradas com o nome de república, mudam freqüentemente de governo e estado, não variando

entre liberdade e servidão, como pensam muitos, mas sim entre servidão e licença. Porque apenas o nome liberdade é celebrado pelos arautos da licença, que são os populares, e pelos da servidão, que são os nobres, pois nenhum deles deseja submeter-se às leis nem aos homens. A verdade é que só quando ocorre (o que é raro), para boa fortuna da cidade, o surgimento de algum cidadão sábio, bom e poderoso, que ordene leis capazes de aquietar os humores dos nobres e do povo ou de impedi-los de agir mal, é possível considerar livre tal cidade e estável e firme o seu estado; porque, depois de fundado em boas leis e boas ordenações, não necessitará, para manter-se, da *virtù* de um só homem, como os outros. (Maquiavel, 2007, p. 221).

1.2 Família Medici e seu poder na Florença do século XV

Com base nas informações proferidas no último tópico, entendem-se a necessidade de analisar a influência praticada pela família Medici nas instituições políticas públicas de Florença na segunda metade do século XV. Este período foi marcado por uma corrupção sistêmica que caracterizava a *signoria* como uma aristocracia operando sob a fachada de uma república democrática. É justamente através dessa influência que sentimos a necessidade de analisar o governo Medici na cidade florentina, pois, desta maneira, compreenderemos as circunstâncias que levaram a então Conspiração Pazzi.

Ao falarmos sobre a ascensão da casa Medici em Florença remetemos ao estudo de Christopher Hibbert (1993), o qual foca em demonstrar a história da família em questão, especialmente sobre a sua ascensão. Em um primeiro momento, entende-se que a família não possuía uma tradição grandiosa na história da cidade. As informações, em consenso, é de que a família foi simples em seu início, ascendendo em conjunto com a própria prosperidade que Florença alcançou ao longo dos anos. A família possuiu, entre seus descendentes, alguns *ganfalonieri*, como o caso de Ardingo de' Medici, em 1296, e Salvestro de' Medici, em 1370 e 1378. Porém, embasado em seu nome de prestígio, é plausível supor que a origem de seu sobrenome fora médicos e boticários, e, até mesmo penhoristas, assim a conexão com os bancos. (Hibbert, 1993, p. 26).

Ademais, é importante compreender o que foi o *popolo* em Florença e o fascínio alcançado pelos Medici entre essa vertente da sociedade. Andrea Zorzi, em seu capítulo, “The popolo”, para o livro de organização de John Najemy, *Italy in the age of the renaissance 1300-1550* (2005), explicita e analisa esta vertente da sociedade. Para Zorzi (2004), a terminologia de *popolo* não se justifica como sendo o povo em um geral, mas uma camada que consistia em um intermediário entre a grande burguesia e a classe mais baixa da sociedade. Eram famílias que não possuíam tradição na sociedade e uma linhagem aristocrática. Desta

maneira, o *popolo* não inclui os grupos da base, como os camponeses e pobres, mas sim diferentes classes de artesãos, pequenos comerciantes e até médicos, com disparidades em níveis sociais e de riqueza. Entretanto, não alcançavam a aristocracia urbana das cidades-Estado, que era composta por poucas famílias ricas e de tradição em comparação à demografia do *popolo*, em maior número. (Zorzi, 2004, p. 145-146).

Tendo em vista isto, Hibbert (1993, p. 27) apresenta a assimilação da família com esta camada da sociedade urbana de Florença através da atuação de Salvestro de' Medici, que, enquanto *ganfoloniere* em 1378, apoiou a Revolta dos *Ciompi*, na qual pequenos artesãos exigiam uma maior participação política. Segundo Tenenti (1973, p. 33) solicitavam ter seus direitos políticos reconhecidos, além de terem sua representação escolhida por eles mesmos. Ao fim, Salvestro apoiou o movimento e ficou conhecido por ser simpatizante da classe, porém os *Ciompi* não alcançaram seus ideais, e Salvestro e seu sobrenome ficaram marcados.

Possuindo em vista estas questões, é importante compreender os papéis representativos nessa sociedade renascentista, como o do banqueiro, posição que a família Medici se encontrava, analisando o seu início de domínio, com Giovanni di Bicci, O Banqueiro. Alberto Tenenti, em seu artigo "O mercador e o banqueiro", escrito para a obra organizada por Eugenio Garin, *O homem renascentista* (1991), esclarece que esta camada estava ligada diretamente com o plano social e, principalmente, político da sociedade. É importante compreender que, para os comerciantes e bancários se tornarem realmente relevantes para a sociedade e, assim, prosperar, necessitavam da participação política, ou seja, participar do governo de Florença. (Tenenti, 1991, p. 148). Tenenti também explora as condições de vida dos banqueiros renascentistas italianos, que se assemelhavam à aristocracia, sendo descritos como "membros de patriarcados urbanos" (Tenenti, 1991, p. 162).

Por fim, fica claro que a supremacia da fortuna patrimonial prevalece nesta sociedade, especialmente em Florença, aonde o patrimônio vai além das questões econômicas e se transforma em uma predominância política. Portanto, ao analisarmos a família Medici em conjunto com as características do personagem renascentista do mercador e do banqueiro, entendemos o negócio gerenciado por essa casa de prestígio, pois Florença, durante os sessenta anos sob seu domínio (1434-94), se torna uma propriedade familiar, estruturada a partir das finanças e poder político dos Medici. (Tenenti, 1991, p. 164). E em decorrência desta afirmação, que reforçamos o designio de uma aristocracia.

1.2.1 Ascensão da casa Medici e a corrupção eleitoral dentro das leis

Com base nessas questões e afirmações, ao discutir domínio e riqueza, observamos que é a partir de Giovanni di Bicci de' Medici (1360–20 de fevereiro de 1429) que a família começa a ganhar influência, ainda que inicialmente modesta. Apelidado de "o banqueiro", Giovanni não nasceu rico, mas sua perspicácia para negócios lhe rendeu uma considerável fortuna. Como mencionado anteriormente, os banqueiros e comerciantes necessitavam de participação política para possuírem alguma relevância. Assim, Giovanni fora escolhido para ser *priori* em três ocasiões (1402, 1408 e 1411) e, por fim, *ganfoloniere* em 1412 (Hibbert, 1993, p. 27).

Ao ser sorteado para a alta magistratura de Florença, Maquiavel (2007, p. 224) descreve: “toda a cidade demonstrou tanta alegria, por parecer à multidão que ganhara um defensor”. Como dito, o nome Medici passou a ser associado à defesa do *popolo*, além de ser popular entre os menos abastados, frequentemente realizando ações de caridade. Enquanto isso, continuava a enriquecer por meio de seus negócios. Hibbert afirma: “Num intervalo de poucos anos o banco Médici tornou-se não só a empresa comercial mais bem-sucedida da Itália, como ainda mais lucrativo negócio familiar em toda a Europa. E o mérito de tal sucesso foi tanto do filho mais velho quanto do pai.” (Hibbert, 1993, p. 31). O sucesso fora tanto que os Medici se afirmaram os banqueiros da Cúria apostólica, isto após a eleição do cardeal Baldassare Cossa, o então papa João XXIII, amigo de Giovanni.¹⁵

Mesmo o domínio dos Medici tendo se iniciado com Giovanni Bicci de' Medici, fora Cosimo de' Medici, ou Cosme de Medici¹⁶ (27 de setembro de 1389–1 de agosto de 1464) quem iniciou este controle, mais assíduo, da *signoria* por meio das eleições. O sistema de eleições para os representantes institucionais da república florentina, estabelecido em 1328, abriu caminho para a corrupção, conforme observado por Maquiavel. Essa brecha possibilitou aos Medici controlar discretamente a administração pública da cidade-Estado. Pois, segundo Rubinstein (1997), em sua obra *The government of Florence under the Medici (1434 to 1494)*, esse controle eleitoral emergiu como a principal ferramenta de manipulação política empregada pelos Medici para se afirmarem no poder.

Cosimo de Medici, em seu período de influência na república florentina, possuiu inimigos. O mais importante deles foi Rinaldo degli Albizzi, um líder para a oligarquia da

¹⁵ O historiador Gino Capponi, em sua obra *Storia della Repubblica di Firenze* (1875) menciona: “Era nella parte popolare venuto in grandezza Giovanni dei Medici chiamato di Bicci, aveva poi fatto a sé medesimo la fortuna sua col mercatare, esercitando arte del cambio felicemente, così da essere divenuto non che il più ricco cittadino di Firenze, forse anche d'Italia.” (Capponi, 1875, Tomo II, p. 462).

¹⁶ Cosimo de Medici fora apelidado de *Il Vecchio* pela população florentina.

cidade-Estado. Fora desse confronto que, segundo Rubinstein (1997), os Medici aprenderam a lidar com as manipulações das eleições. Tendo em vista que, graças à manipulação eleitoral dos Albizzi, Cosimo fora expulso e condenado ao exílio de Florença por 10 anos em 1433. Porém, ele retornou em um ano, em 28 de setembro de 1434, após a condenação, quando um partidário seu fora eleito a *ganfoloniere*, Niccolò di Cocco. Nesta ocasião, o então *ganfoloniere* e partidário de Cosimo convocou uma *Balia* de 350 cidadãos para decidirem o retorno de Cosimo à cidade-Estado florentina.¹⁷ Segundo Maquiavel (2007, p. 280), a sua volta fora marcada pela euforia da população florentina, “saudado voluntariamente por todos como benfeitor do povo e pai da pátria”.

Entretanto, um ponto crucial desta questão é que, a partir da intervenção dos Albizzi, os Medici aprenderam como gerenciar as eleições a seu favor. Isso porque fora através dos seus acertos e dos erros dos Albizzi que os Medici puderam compreender a melhor maneira de realizar a corrupção na instituição eleitoral florentina (Rubinstein, 1997, p. 8). Paul Larivaille (1988, p. 26-28) confirma as afirmações acima ao entender que as diretrizes tomadas por Cosimo, em seu sistema de influência política, fizeram com que Florença fosse uma república apenas em nome. Em seu cerne, contudo, era um principado gerido, de fato, por Cosimo e alongando-se até Lorenzo de Medici, o Magnífico. Por tanto, no fim, Cosimo governa Florença ao gerir, através de seus partidários, os postos administrativos da república. Um ciclo se forma, possuindo os *accoppiatori* em seu domínio e indicando a *signoria* que lhe convêm. Esta, aliás, posteriormente, indica os novos *accoppiatori* partidários dos Medici. (Larivaille, 1988, p. 21). Desta maneira, com sua morte em 1464, os poderes de Cosimo passaram ao seu filho Piero.¹⁸

Piero de Medici (19 de setembro de 1416–2 de dezembro de 1469), intitulado “O gotoso” (*Il Gottoso*), devido à sua condição crônica de gota, sucedeu seu pai Cosimo como líder de Florença. Esta figura não fora, entretanto, de grande estima tanto para as questões políticas que esteve envolvido (e fora colocado no comando) e, ainda menos, para as questões dos bancos

¹⁷ As *Balia* eram convocadas com o intuito de realizar reuniões extraordinárias com a população para decidir questões urgentes, normalmente utilizados para períodos de guerra e para a condução das atividades militares além de negociações diplomáticas (Rubinstein, 1997, p. 77).

¹⁸ Maquiavel (2007) faz altas exaltações a figura de Cosimo, em sua obra, por mais que saibamos que as intenções escondidas nas páginas de seu livro, os elogios feitos ao patriarca da família Medici expõe a grandeza a qual o homem teve em vida. “Foi ele o cidadão civil mais respeitado e famoso de que já teve memória, não só em Florença, como em qualquer outra cidade, porque não somente sobrepujou todos os outros do seu tempo em autoridade e riqueza, mas também em liberalidade e prudência; porque, entre todas as outras qualidades que o tornaram príncipe em sua pátria, foi ser, acima de todos os outros homens, liberal e magnífico.” (Maquiavel, 2007, p. 429). Com esta citação, é importante compreender que Maquiavel já o colocava como um príncipe para Florença, mesmo que a cidade-estado fosse uma república, expondo a consciência da população para com o status alcança pelos Medici.

pertencentes à família. Isto ocorreu devido à sua doença. Segundo Rubinstein (1997, p. 192), graças às amizades e partidários, Luca Pitti e Tommaso Soderini, para com Piero e seus filhos que os Medici permaneceram no poder até sua morte em 1469.

Assim, podemos concluir que, desde Cosimo de' Medici até Lorenzo de Medici, o Magnífico, seu neto, a estratégia política da família, embora por vezes severa, continuou a seguir as normas das instituições republicanas vigentes na *signoria*. Apesar de seus opositores rotularem os Medici como tiranos, eles não conseguiam criticar o método usado pela família para manipular o governo florentino conforme sua vontade. As ações dos Medici estavam em conformidade com a constituição das instituições republicanas de Florença.

Armstrong (1914) interpreta as obstinações dos Medici pautadas devido ao caráter e às circunstâncias que a época permitia para tal. O pensamento de Armstrong (1914, p. 17) sobre a supremacia dos Medici em Florença diz a respeito à representatividade gerada por essa casa, formou-se a ligação entre as várias vertentes da comunidade florentina.

Portanto, a figura central desta conspiração que assolou a casa Medici foi Lorenzo de Medici (1 de janeiro de 1449–8 de abril de 1492), *Il Magnifico*, como ficara conhecido. Assim como seu avô, Lorenzo foi um expoente político para toda a Itália do período. Deste modo, várias biografias a seu respeito foram escritas, a partir das quais buscaremos analisar sua jornada política, com a finalidade de compreender as motivações que suscitaram uma conspiração contra sua pessoa.

1.2.2 Lorenzo de Medici, *Il Magnifico* (1449–1492)

Lorenzo de Medici, emergiu como o expoente da família para toda Florença e toda Itália. Além disso, após recorrermos sobre os membros proeminentes da família Medici em Florença e as estratégias que garantiram sua permanência no poder, é hora de abordar Lorenzo de Medici (1449–1492), filho de Piero de' Medici. Após a morte de seu pai, Lorenzo assumiu o papel de representante de Florença, desempenhando um papel ativo na política florentina ao lado de seu irmão, Giuliano de Medici.

Maurice Rowdon, em sua obra *Lorenzo, The Magnificent* (1974), destaca como Lorenzo assumiu rapidamente as responsabilidades familiares, tanto na gestão dos bancos quanto na administração da cidade-Estado. Lorenzo percebia essas responsabilidades não apenas como um dever, mas como uma carga imposta a ele por sua família. Desde cedo, ao se envolver na política, ele estava consciente de que o controle do Estado frequentemente recaía nas mãos de indivíduos de fora da magistratura das instituições constitucionais de Florença. (Rowdon, 1974, p. 84).

Imagem 3 – Retrato de Lorenzo di Medici, Il Magnifico (1533-1534)



Fonte: VASARI, Giorgio. *Ritratto di Lorenzo il Magnifico*. Firenze, Uffizi. 1533-1534. Olio su tavola, 90 x 72 cm.

Tendo em mente a história de um grande personagem como foi Lorenzo de Medici, é justo analisarmos as obras escritas sobre sua trajetória política para conseguirmos compreender a sua dominância nas questões políticas de Florença. Ao mencionarmos essas obras, adentramos em um campo comum para a história: o estudo da biografia como contribuinte para os estudos. Há várias biografias renomadas sobre estes personagens, entretanto, necessitamos compreender a importância dessa linha de escrita.

Philippe Levillain, em seu texto “Os protagonistas: da biografia”, para a obra organizada por René Remond, *Por uma história política* (2003), trabalha com a utilização das biografias nos estudos universitários, no fim de 1970, na França. A questão apresentada a nós em seu artigo trata-se de entender essa relação entre as biografias e a História. Discutindo os entraves que os historiadores possam ter e, também, os benefícios trazidos por esses manuscritos. O ponto central do artigo é mostrar essa renovação da biografia, a qual o autor relaciona com a própria

renovação da história política e suas correlações. (Levillain, 2003, p. 141). O autor apresenta uma nova utilização dos métodos biográficos, e a história-problema. Com isso, queria demonstrar que a história dos homens pertencia aos historiadores. Mas vai ser em 1980 que vai ocorrer o verdadeiro reflorescimento do gênero, que Levillain relaciona à retomada da história política, juntamente com “o repertório de mudança”. (Levillain, 2003, p. 161).

Neste sentido, a reabilitação da biografia, sendo ela histórica, não possui a intenção de esgotar o tratamento como “eu”, ou seja, o personagem sobre a qual ela pretende expor. Como Levillain expõe: “A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes.” (Levillain, 2003, p. 176).

Sabina Loriga (2011) em sua obra *O pequeno x: da biografia a história*, focando em seu limiar biográfico, assimila que o termo “biografia” irá aparecer ao longo do século XVII, justamente para designar obras fundamentadas na veracidade e na descrição mais realista possível do “personagem e todas as circunstâncias de sua vida” (Loriga, 2011, p.17).

A autora reafirma as mudanças passadas pelo gênero, assim com Levillain (2003). Incorpora em seu texto as bases para que a biografia se tornasse um ofício. Isto com Charles-Augustin Sainte-Beuve e Hippolyte Taine. No século XIX, os dois irão influenciar a forma como a biografia é vista e praticada. Acreditava, que para julgar um autor e sua obra, era, inicialmente essencial compreender a personalidade do artista e suas relações como o mundo ao seu redor. A perspectiva empregada por ele era de que o conhecimento sobre a vida do autor poderia ser utilizado para compreender em sua amplitude e ao fim, conseguir apreciar sua obra por completo. Durante o século XX, o conflito entre a história social e política se intensificou. A história social valorizava a impessoalidade, enquanto a história política destacava personagens convencionais. Na França, a biografia foi criticada e a história dos Annales venceu a batalha contra a história historicizante, concentrando-se nas estruturas sociais, nas representações mentais e nos fenômenos de longa duração. Consequentemente, a biografia se tornou um símbolo da história tradicional, focada na cronologia dos eventos e nos grandes homens em vez das estruturas e das massas. (Loriga, 2011, p. 45).

Entretanto, Sabina Loriga defende que **as biografias** são importantes, por mais que possuam uma questão filosófica por de trás de sua escrita. Isto com base em suas reflexões sobre o indivíduo e sua relação com o passado. “compreendi que não se trata apenas de reabilitar um debate, de reparar um erro historiográfico, mas que me defrontava com um conjunto de argumentos suscetíveis de devolver à História um pouco de sua qualidade épica.” (Loriga, 2011, p. 211). Em razão disto, no decorrer dos últimos anos, Loriga (2011, p. 212-213) afirma que a

dimensão do individual se tornou “uma questão central, e a biografia, de certa forma, se democratizou”.

Em suma, todo o pensamento que procuramos abordar em relação a utilização das biografias é de que, não apenas utilizada para um embelezamento do discurso, mas compreender melhor o contexto social e, como mencionado anteriormente por Loriga (2011, p. 45), o conhecimento da personalidade, e aprofundemos no desenvolver do indivíduo em todas as etapas de sua vida, ou ao menos daquilo que pode ser estudado, nos possibilita enxergar o autor e compreender a história empregada.

Com isso, demonstra a importância de se incorporar esse gênero aos estudos históricos, levando em consideração a própria renovação da história política que possibilitou a abrangência de fontes e documentos aos estudos. Diante disso, a biografia se apresenta como uma grande oportunidade de estudo e aprendizado sobre um personagem histórico, sendo uma porta de conhecimento sobre sua vida e trajetória.

Voltando ao contexto dos Medici, observamos que houvera uma continuação nesta política dirigida desde Cosimo. William Roscoe, em sua obra *Life of Lorenzo de' Medici called the Magnifico* (1845), nos reafirma esta política dos Medici. Apesar de os cidadãos florentinos gozarem de suas liberdades e desfrutarem da república em que viviam, o poder, ao fim, era habilmente dirigido pelos Medici. Isso ocorria mesmo sem que eles precisassem ocupar posições de poder explícitas. Através do controle eleitoral, nomeavam seus partidários para os cargos do estado florentino (Roscoe, 1845, p. 6-7). Hibbert (1993, p. 65) corrobora essa prática ao admitir que todos os assuntos de extrema importância eram primeiramente direcionados ao Palazzo Medici para consulta, mesmo que a *signoria* cuidasse da correspondência em primeiro plano; as decisões finais eram tomadas no palácio dos Medici. E essa prática se perpetuou até o governo de Lorenzo de Medici.

F. W. Kent, em sua obra *Princely Citizen: Lorenzo de' Medici and Renaissance Florence* (2013), apresenta-nos artigos compilados de seus estudos sobre a vida de Lorenzo. Em seu primeiro artigo para a obra, “The Young Lorenzo (1449 – 69)”¹⁹, faz um estudo sobre esses primeiros anos da vida política do então Magnifico. Neste seu primeiro estudo, foca principalmente nas questões em torno da liderança alcançada por Lorenzo. Para Kent (2013, p. 17), Lorenzo praticou a política mais pacífica que poderia propor, exaltando a característica de mediador, ou seja, de diplomata que o governante florentino possuía. Isso porque não fora

¹⁹ Este artigo foi publicado, pela primeira vez em: MALLEY, Michael; MANN, Nicholas. *Lorenzo the Magnificent: Culture and Politics*. London: Warburg Institute, 1996, p. 1–22.

através de intimidações que ganhara suas disputas, mas sim através da sabedoria e do controle. E neste caso, acrescenta à personalidade de Lorenzo uma obstinação surpreendente na busca pela excelência em todos os quesitos. Era “impulsivo em suas ações, ambicioso em seus sonhos” (Kent, 2013, p. 17).

Ao explorar a personalidade à qual Lorenzo de Medici estava predestinado, Francesco Guicciardini, em sua grande obra *Storie Florentine: dal 1378 al 1509* (1931), com a organização de Roberto Palmarocchi, descreve a reputação associada a Lorenzo.

Ele apreciava a glória e a excelência mais do que qualquer outro; no qual se pode dizer que ele tinha um apetite muito grande até mesmo pelas coisas menores, pelas quais não queria ser igualado ou imitado por nenhum cidadão em verso, jogos ou exercícios, desprezando aqueles que faziam o contrário; ele também era grande demais no grande, porque queria ser igualado e competir em tudo com todos os príncipes da Itália. (Guicciardini, 1931, p. 75).

Ao fato de Guicciardini (1931) expressar a pretensão sobre ser igualado a um príncipe da Itália, Kent (2013, p. 17) reforça esta questão ao mencionar que seus críticos perceberam Lorenzo cada vez mais como tal, um “protopríncipe”, no termo utilizado por Kent. Isso porque os elementos que definem uma república foram sutilmente minados na legalidade pela família Medici.

Lorenzo de Medici casou-se com Clarice Orsini, em 1469, descendente de um baronato de Roma. Seu casamento fora organizado por sua mãe Lucrezia Tornabuoni, o qual fora planejado devido aos acordos e influências políticas que poderiam ser vantajosos para os Medici. Segundo Armstrong (1914, p. 76-77), a família de Orsini possuía poderio militar, uma fraqueza que assombrava os Medici e Florença. Além disso, os Orsinis eram descendentes do baronato de Roma, ou seja, uma influência política. Entretanto, é apontado pelos estudos que os cidadãos florentinos não estavam contentes com essa união, pois a noiva não era florentina, mas sim uma estrangeira.

No que tange a Lorenzo, podemos citar dois momentos importantes para a consolidação do Medici no poder de Florença. De acordo com Armstrong (1914, p. 89), foram esses eventos que trouxeram a grande experiência para a evolução da administração de Lorenzo sobre Florença. O primeiro evento atraiu a atenção política para a família, enquanto o segundo consolidou sua dominância na política florentina, elevando Lorenzo à posição de um quase príncipe dentro de uma república.

Primeiramente, o definitivo ingresso de Lorenzo na política de Florença, marcado pela

sua efetivação como representante dos Medici no governo. Esse momento é simbolizado por sua vitória sobre a Revolta de Volterra, consolidando sua imagem como líder político. Em segundo lugar, ao considerar as estratégias de Lorenzo de Medici para influenciar a magistratura florentina, é fundamental destacar a reforma que ele implementou no conselho da *signoria*, conhecido como o Conselho dos Setenta.

A respeito da Revolta mencionada, de acordo com Maquiavel (2007, p. 472–475), Volterra era considerada uma zona rural pertencente a Florença. Ela foi explorada devido às suas minas de alume. No seu início, os florentinos se colocaram como apoiadores e financiadores, porém seriam participativos nos lucros obtidos. Em um primeiro momento, esta questão foi aceita, mas, posteriormente, causou revolta nos volterrânos que se viam em uma situação de servidão e sem grandes retornos. Desta maneira, foi instaurada uma revolta entre esses concidadãos que ameaçam Florença.

Segundo Maquiavel, a decisão do conselho da *signoria* fora de acatar as reivindicações de mudança de acordo realizada pelos volterrânos, sem provocações desnecessárias no momento. Entretanto, Lorenzo pretendia reforçar e comprovar a posição que ocupava perante a cidade-estado florentina. De acordo com Hibbert (1993, p. 105-106), Lorenzo lançou-se a guerra contra Volterra, com a finalidade punir e tornar-lhes um exemplo.

Neste caso, Lorenzo e Florença contrataram mercenários para tal, e o grande *condottiere* que trabalhou nesta empreitada foi Federico de Montefeltro, Duque de Urbino. Ao fim, o *condottiere* conseguiu facilmente submeter Volterra perante Florença e, com isso, trazer a vitória a Lorenzo, o que foi de enorme valia para a sua reputação. É de suma importância ressaltar o bom relacionamento das duas partes, Federico e Lorenzo, neste período.

Ademais, a mudança significativa realizada por Lorenzo diz a respeito à mudança do Conselho dos Cem para o Conselho dos Setenta. Seguindo os passos do avô e de seu pai, o Magnífico reformulou o conselho de Florença através dos métodos constitucionais já utilizados anteriormente. Esta reformulação aconteceu logo após os eventos da Conspiração Pazzi. A mudança proporcionou uma centralização do poder de controle eleitoral gerenciado pelos Medici, conduzindo o processo de uma forma mais eficiente. (Rubinstein, 1997, p. 207).

Após a conspiração mal-sucedida, Lorenzo se aproveitou da situação financeira instável de Florença como pretexto para a criação de uma *Balia*.²⁰ Através desta *balía*, o Medici conseguiu a criação de um conselho que duraria por 5 anos, o Conselho dos Setenta. Porém, a questão mais importante, neste caso, foi de que este conselho assumiria o papel realizado pelos

²⁰ Como já mencionado anteriormente, as *balias* eram conselhos criados com parte da população para decidir questões criteriosas e com rapidez.

accoppiatori de eleger os representantes da *signoria*. Outro apontamento e realização feita por esse conselho foi deter o direito de compor dois novos organismos institucionais do governo de Florença; os *Otto di Pratica*, encarregados dos assuntos de política exterior, e os *Dodici Procuratori*, agentes dos assuntos internos e finanças (Hibbert, 1993, p. 129). Deste modo, podemos entender que o Conselho dos Setenta²¹, influenciado por Lorenzo, limitou, durante o período em que assumiu as diretrizes governamentais, a autoridade proferida pela própria *signoria*, como também, do Conselho dos Cem. Por fim, Lorenzo concentra o poder da república de Florença neste conselho.

Nesta perspectiva, F. W. Kent, em outra obra sua, *Lorenzo de' Medici and the art of Magnificence* (2004), explora a reputação que ele possuía na cidade. Kent descreve como, inicialmente, Lorenzo foi ofuscado pela imagem de seus antecessores; no entanto, suas habilidades e atuações políticas transformaram sua imagem perante os florentinos, que passaram a vê-lo como o *patrone*, ou seja, o chefe da cidade. Lorenzo se torna, para utilizar o termo usado por Kent (2004), um “Caesar” e líder do *signoria* e do conselho, que se colocava enquanto republicano, por mais que soubesse das tiranias utilizadas parasubvertê-lo às vontades dos Medici. (Kent, 2004, p. 81).

Com sua performance enquanto estadista e soberano de Florença, Lorenzo conseguiu permanecer em seu posto de uma forma que Cosimo e Piero não conseguiram, com o novo Conselho dos Setenta. Este modo era totalmente assegurado pelos trâmites legislativos, já que suas ações foram desenvolvidas de acordo com a constituição florentina.

Não é menos verdade que o que resta das instituições que Cosme encontrara em 1434 só tem de republicano o nome e que Florença, na época do Magnífico, tornara-se aos olhos de todos uma espécie de principado de fato, disfarçado sob uma caricatura de regime republicano: nada mais, portanto, que uma pseudomonarquia cuja fragilidade vai florir claramente após o desaparecimento de Lourenço, em 1492. (Larivaille, 1988, p. 28).

Ao pensarmos em relação a esta “pseudomonarquia”, adentramo-nos em questionamentos referentes à imagem e às atitudes desde governantes de Florença. A história da família Medici perpassa pela problematização sobre a tirania destes indivíduos. Neste caso, questionamos, em específico: Lorenzo de Medici foi um tirano em seu governo de Florença? Há duas vertentes a serem analisadas. A de seus opositores, que obviamente intitulam-no enquanto

²¹ O Conselho dos Setenta fora formado pelos trinta primeiros homens participantes da Balía, pró-Medici, e o restante foram escolhidos por esses mesmos trinta homens. Ou seja, o conselho estava todo nas mãos de Lorenzo. Larivaille aponta: “compreender-se-á por que certos historiadores viram nele uma espécie de senado vitalício exclusivamente reservado aos pró-Medici em mácula.” (Larivaille, 1988, p. 25).

um tirânico político, e a de seus apoiadores, uma vertente mais popular da sociedade florentina.

Lauro Martines, em sua obra *April Blood: Florence and the plot Against the Medici* (2003), escreve a partir da perspectiva dos conspiradores, mais especificamente da família Pazzi. Por esta questão, em sua visão de estudo, houve uma tirania severa por parte de Lorenzo para com o povo florentino e para com a política, em geral, de Florença. Ao focar no derramamento de sangue acontecido em 26 de abril de 1478, Martines nos apresenta o principado tirânico perpetuado por Lorenzo, além de sua presença autoritária que, ao seu ponto de vista, gerou o derramamento de sangue nas ruas da cidade florentina. (Martines, 2003, p. 8).

Em conjunto com Martines, como sabemos, Maquiavel fora um grande opositor da dinastia dos Medici em Florença. De acordo com Skinner (1996, p. 138–139), por mais que Maquiavel tenha escrito obras dedicadas aos Medici ou por encomenda deles, o humanista florentino não partilhava de boas relações para com as atitudes tomadas pela família perante a república de Florença.²² Ele era um defensor dos ideais republicanos e, em decorrência disto, percebia claramente o papel tirânico, principalmente de Lorenzo de Medici.

Porém, o papel que incumbiu aos Medici fora justamente devido à corrupção que assolou o sistema eleitoral, já mencionado anteriormente neste capítulo. Devido à forma que a família se perpetuou no poder em Florença, aos olhos de muitos, e de Maquiavel fora a sua forma de tirania. (Skinner, 2012, p. 116).²³

Luigi Russo, em seu artigo, “Lorenzo Il Magnifico” (1955), nos indaga sobre os estudos referentes à tirania de que os Medici – de forma geral, mas principalmente Lorenzo – foram acusados de gerenciar sobre Florença. Importante expormos esta questão pois a Conspiração Pazzi fora construída através deste mesmo discurso de tirania. Russo (1955, p. 2) confere a Lorenzo um pré-maquiavelismo, devido às suas ações pós conspiração Pazzi, uma vez que não deixou ser intimidado, demonstrando uma liderança de um regime cruel. Ele, porém, apresentava a perspicácia de sempre apoiar-se em um pensamento racional para as circunstâncias que lhe apresentavam e, assim, posuir a melhor *virtù* possível, como no caso do Conselho dos Setenta. “A constituição da Ordem dos Setenta, no semblante aparência democrática, era basicamente uma espécie de grande conselho formado inteiramente de seus

²² Segundo Skinner (1996, p.139), as intenções por detrás dessas obras era de retornar ao ofício público, depois de sua expulsão de Florença.

²³ Skinner destaca o tom de escárnio e antipatia que Maquiavel empregou em sua obra, *História de Florença*, ao mencionar: “Maquiavel mal se dá ao trabalho de disfarçar o tom de antipatia crescente.”. Declarando ainda: “a Fortuna e a liberdade” dos Medici tinham realizado tão decididamente sua obra de corrupção que o “o povo havia ficado surdo” à simples ideia de derrubar a tirania dos Medici.” (Skinner, 2012, p. 116).

amigos, a qual era dedicado a ele.” (Russo, 1955, p. 2).

No entanto, em relação à tirania atribuída a Lorenzo, Russo (1955, p. 4-5) sugere duas perspectivas. Uma delas envolve a privação das liberdades civis, oprimindo a civilização e indo contra os interesses do povo. A outra perspectiva, à qual Russo associa Lorenzo, é uma tirania que desconsidera apenas as liberdades democráticas dos cidadãos. Como mencionado, os Medici mantiveram-se no poder devido à corrupção eleitoral.

Em suma, reconhecemos que Lorenzo de' Medici projetou uma forma de tirania, especificamente no que diz respeito às liberdades democráticas de Florença. Ele manipulou o processo eleitoral para servir a seus interesses pessoais, contudo, não recorreu a agressões físicas contra seus concidadãos. Portanto, a tirania de Lorenzo foi caracterizada mais pela manipulação política e pela perpetuação do poder de sua família, sem incidir em violência direta contra o povo.

Desta forma, contemplamos os poderes que a família Medici adquiriu em Florença, juntamente com as formas com que foram plantadas suas vontades. Assim, conseguiremos compreender os entraves causadores da Conspiração Pazzi, a qual trabalharemos no próximo tópico. Após expor as questões de cunho interno de Florença, prosseguiremos com as relações exteriores de Lorenzo, pois fora a partir delas que a conjuração fora planejada.

1.2.3 As disputas políticas e territoriais

De acordo com Burckhardt (2009, p. 119), a Itália concretizou-se como sendo a territorialidade das relações públicas entre os governantes e cidades-Estados. A diplomacia foi o caminho trilhado com grande sucesso por vários domínios italianos. Garrett Mettingly, em seu livro, *Renaissance Diplomacy* (1955) afirma que o papel da diplomacia italiana renascentista foi referente à preservação do poder e ao próprio engrandecimento das cidades-Estados ao se relacionarem com outros territórios e governos. (Mettingly, 1955, p. 63).

É justamente perante essas relações extraterritoriais que desavenças e rivalidades foram construídas diante de uma pluralidade de domínios e dominantes, na Itália renascentista do século XV. Neste caso, nos importa, em um primeiro momento, as relações existentes entre a família Medici, mais especificamente Lorenzo, o Magnífico, e o então papa. Francesco della Rovere foi nomeado o governante máximo da Igreja Católica Apostólica Romana em 1471, intitulado-se como Papa Sisto IV. Em seu currículo enquanto pontífice, encontramos a Inquisição Espanhola e a grande construção da Capela Sistina (Lombardi, 2000, p. 701-717). Fora com o então papa que as desavenças com de Lorenzo com a Cúria se iniciaram.

Podemos citar dois momentos em que os ideais desses dois personagens divergiram. No primeiro, o pontífice buscava obediência em cidades e vilarejos que faziam parte do território da Cúria. Em Città di Castello, Niccolò Vitelli representou um grande desafio para a autoridade papal ao resistir às pressões de Sisto IV. Buscando auxílio, Vitelli apelou a Lorenzo de Medici, seu aliado em Florença, que prontamente mobilizou um exército de seis mil homens em sua defesa. Contudo, essa intervenção não foi suficiente para deter os planos do papa, mas serviu para acirrar as tensões entre Sisto IV e Lorenzo. O papa interpretou a ação de Lorenzo como um ataque direto a sua autoridade, o que marcou o início de uma relação hostil entre ambos (Maquiavel, 2007, p. 475).

O conflito entre Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV se intensificou significativamente após um episódio chave envolvendo a compra de um território. Segundo Hibbert (1993, p. 107), Lorenzo tinha interesse em anexar essa região aos domínios florentinos. Contudo, o Papa Sisto IV procurou financiamento dos bancos Medici para a aquisição do território, proposta esta que foi recusada por Lorenzo. Em resposta, o pontífice voltou-se para os rivais dos Medici, a família Pazzi, também banqueiros de Florença, que ansiava por obter a prestigiosa conta da Cúria. Como resultado, com o suporte dos Pazzi, Sisto IV conseguiu assumir o controle de Imola (Hibbert, 1993, p. 108). Entretanto, não podemos nos apegar somente nestas questões, pois necessitamos compreender que as relações políticas neste período importavam para além da materialidade de disputas de territórios. As alianças forjadas expressavam força e dominância.

Segundo Maquiavel (2007, p. 477), em conjunto com o papa Sisto IV, o rei de Nápoles, Fernando de Aragão²⁴, acreditava que as alianças de Florença com os venezianos ditavam contra ele e até mesmo contra o próprio pontífice. Desta maneira, essas duas potências do período se juntaram para desfazer as alianças criadas por Florença e Veneza. Ademais, para tal ação, precisavam de suporte para seu objetivo. É exatamente neste momento que Federico de Montefeltro, Duque de Urbino, desponta na história traçada aos caminhos da Conspiração Pazzi. O *condottiere*, que já prestara serviços a Florença e ao próprio Lorenzo no caso de Volterra, passou a ser o comandante das tropas do rei de Nápoles e prestador de serviços ao papa Sisto IV (Maquiavel, 2007, p. 477).

De acordo com Rubinstein (1997, p. 99), em julho de 1474, as animosidades entre os dois personagens tiveram um ápice, que culminou na retirada da família Medici das contas da Cúria e da gerência das minas de alume. Não diretamente, os negócios, que antes eram gerenciados pelos Medici, passaram às mãos dos Pazzi e, principalmente, de Francesco de' Pazzi.

²⁴ Foi rei de Nápoles de 1458 a 1494.

Este foi o contexto que suscitou a Conspiração Pazzi. O domínio dos Medici sobre a República de Florença e a extensão de seu poder através da Toscana, juntamente com as ambições políticas de diversos estadistas italianos da época — com destaque para o pontífice então em exercício —, criaram um cenário fértil para intrigas e conflitos.

Capítulo 2 – A Conspiração Pazzi (1478)

“Lembro de um caso horrível acontecido nesta nossa cidade no dia 26 de abril de 1478, passado próximo na manhã de um domingo”. Assim começa o relato de um mercador florentino que, decidiu registrar em suas próprias palavras os eventos que testemunhou, segundo Capponi (1875). O mercador mostra sua versão sobre a sua vivência na conspiração.²⁵ Após termos definido a política florentina e as formas com as quais a família Medici se apoderou da república de Florença, conseguiremos analisar os trâmites que levaram à constituição de uma conjuração para a retirada desta família do poder, em 1478. Os principais alvos eram Lorenzo de Medici e Giuliano de Medici, este último ilustrado na imagem 4.

Imagem 4: Retrato de Giuliano de' Medici



Fonte: BOTTICELLI, Sandro. *Ritratto di Giuliano de' Medici*. Conservato nella National Gallery of Art di Washington D.C. 1478-1480. Tempera su tavola (75,6 x 52,6 cm)

²⁵ A narração foi incorporada na obra de Gino Capponi, *Storia della repubblica di Firenze* (1875), pois Capponi realiza um excelente trabalho de compartilhar suas fontes, em sua totalidade, no livro. Não apenas esta em questão, mas em conjunto, nos traz, por exemplo, a confissão realizada a mão de Gian Batista di Montesecco, condottiere do papa, em sua completude, desta forma, permitindo o estudo dessas mesmas fontes.

A segunda parte dessa dissertação visa estudar a conspiração voltando seus olhares aos conspiradores. Martines (2003) contribuiu com pesquisas referentes ao abordar a versão da família Pazzi sobre o evento de 1478. Simonetta (2009) segue a mesma linha de Martines, porém a sua pesquisa traz uma inovação aos estudos sobre a conspiração: apresenta-nos um novo conspirador, Federico de Montefeltro. Simonetta (2009) compila novas fontes sobre o evento ocorrido na cidade florentina, possibilitando compreender as redes de formação da Conspiração Pazzi. Seu estudo é voltado, unicamente, para a demonstração de que houve outros conspiradores na armadilha arquitetada para a família Medici. Trata-se de personagens antigos, mas que, dentro da bibliografia do período, não foram abordados em suas devidas posições na conjuração.

Assim, este estudo se apoia nas descobertas de pesquisas recentes, guiado também pelos fundamentos estabelecidos pelos clássicos, para moldar a investigação aqui desenvolvida. É crucial enfatizar que um entendimento preliminar do contexto em que a Conspiração Pazzi ocorreu é essencial. Ao desvendar esse plano de fundo, compreenderemos, em conjunto, o jogo político e as influências políticas nas quais a conspiração e Federico de Montefeltro, nosso segundo objeto de pesquisa, estão igualmente inseridos. Rastrear o desenrolar dos acontecimentos proporciona um melhor entendimento das decisões políticas e das redes de influência e proteção que ocorriam nas cidades-Estado da Itália na segunda metade do século XV.

Entretanto, antes de adentrarmos no universo criado pela Conspiração Pazzi, há uma necessidade de instruímos e termos em mente um denominador comum referente ao conceito de conspiração ou, até mesmo, conjuração, como se apresenta neste caso. Charles R. Pigden, em seu capítulo para o livro *Conspiracy Theories: the Philosophical Debate* (2006, p. 22), instrui claramente o modo como uma conspiração se caracteriza por ser um plano secreto, com o intuito de influenciar ou praticar ações. Estas são relativamente escondidas, para além de ter o teor de suspeita devido à moralidade do plano elaborado. Este caso se enquadra nos quesitos apresentados pela Conspiração Pazzi. Thomas Goodnight e John Poulakos, no artigo “*Conspiracy Rhetoric: from pragmatismo to fantasy in public discourse*” (1981, p. 302), publicado no *The Western Journal of Speech Communication*, acrescentam o fato de ter consciência de uma conspiração após o ato apontar uma ilegalidade, erro ou consequência que represente uma tragédia. Isto se assemelha aos acontecimentos de abril de 1478 na Florença dos Medici.

2.1 Organizadores de um assassinato: os conspiradores contra Lorenzo e Giuliano de Medici

A confissão realizada por Gian Batista de Montesecco²⁶, após ser capturado, permite-nos ter a consciência dos personagens envolvidos na trama desde a gênese da conspiração. Deste modo, passamos a percorrer os principais sujeitos organizadores e suas motivações para as realizações de tais atos. Os conspiradores são: a sua santidade, o papa Sisto IV; o sobrinho do papa, o conde Girolamo Riario; Francesco e Jacopo de' Pazzi; o arcebispo Salviati e Gian Battista Montesecco, o *condottiere* sob as ordens do conde Riario e de sua própria santidade. Este encontro foi retratado pelo pintor Cesare Mussini, o qual podemos ver na imagem 5.

Estes são os principais organizadores de toda a conspiração. Porém, há terceiros que auxiliaram na execução do projeto, como o próprio Federico de Montefeltro, duque de Urbino; o então rei de Nápoles, Fernando de Aragão; Bernardo Bandini Baroncelli, um mercenário; Antonio Mafei e Stefano Bagnone, dois pobres padres e Jacopo di Poggio Bracciolini, um ambicioso florentino.

Imagem 5 - Reunião sobre a Conspiração Pazzi



Fonte: MUSSINI, Cesare. *Salviati alla congiura dei Pazzi*. Collezione privata. 1843. Acquarello, 35 x 44,2 cm.²⁷

²⁶ Disponível, em sua completude, na obra de Gino Capponi (1875).

²⁷ Nesta imagem, é retratado justamente a reunião conspiratória entre: o Papa Sisto IV, o condottiere Gian Battista de Montesecco, o arcebispo Salviati e Francesco de Pazzi.

Esses foram os conspiradores para a morte de Lorenzo e Giuliano de Medici. Porém, entre tantos nomes participantes, fica a indagação perante as motivações que suscitaram a junção destes indivíduos para atentar contra a vida dos governantes de Florença. Quais as suas motivações? E seus ganhos para com o acontecimento? Questões essas que pretendemos aludir a seguir, juntamente com os trechos da confissão de Montesecco e o relato de Filippo di Matteo Strozzi, que presenciou toda a execução desta empreitada.

A confissão de Montesecco, escrita por ele após ser capturado em Florença, nos apresenta componentes desta conjuração contra os Medici. Esta confissão é um documento importante para se compreender e analisar a forma como esta conspiração fora arquitetada. Isto, pensando desde a bibliografia mais antiga que aborda o evento de 1478.

E primeiro com o arcebispo [Salviati] e Francescho de' Pazzi, conversamos sobre isso em Roma, na sala do referido arcebispo, dizendo como que queria revelar um de seus segredos. O arcebispo continuou falando, fazendo-o entender como ele e Francisco tinham o caminho de mudar o estado de Florença e determinou de a mesma maneira fazê-lo, e que minha ajuda era necessária. Eu o repeli por fazer tudo por eles, mas, sendo soldadodo papa e do conde [Girolamo Riario], não pude intervir. Ele me respondeu: 'Como você acha que faremos isso sem o consentimento do conde?' (Montesecco, 1875, p. 511)

Montesecco nos aponta os três iniciantes desta emboscada: o arcebispo Salviati, Francesco de' Pazzi e Girolamo Riario. Cada um destes personagens tinha motivações distintas que alimentaram seu envolvimento. De acordo com Hibbert (1993, p. 107), as ambições de Girolamo Riario na Conspiração Pazzi estavam diretamente ligadas à disputa por Imola, que envolvia Lorenzo de Medici e o Papa Sisto IV. Acreditava-se que Riario era filho de Francesco della Rovere, o papa. Por esse motivo, o pontífice cobiçaria Imola para Girolamo e, assim, estabeleceria uma base de controle na Romagna, uma região da Itália. Ao fim, Riario conseguiu o território depois da ajuda financeira designada pelos bancos da família Pazzi.

Já as motivações que levaram o arcebispo Francesco Salviati a formular a conjuração giraram em torno recusa de Lorenzo de recebê-lo no arcebispado de Pisa, região da Toscana. Segundo Rubinstein (1997, p. 100), havia um antigo compromisso entre o papado e a república florentina perante a escolha de eclesiásticos para o território da Toscana, o qual estabelecia a necessidade de uma aprovação dos indicados pela *signoria* florentina. Neste caso, Sisto IV conseguiu a indicação de Salviati sem a concordância dos priores florentinos. Portanto, Lorenzo recusou-se a recebê-lo em terras nas quais possuía forte controle político. De acordo com Hibbert (1993), “durante três anos Salviati ficou esperando em Roma, frustrado, amargurado e disposto

a emprestar seu apoio a qualquer complô contra os Medici que se lhe apresentasse”. (Hibbert, 1993, p.108).

O terceiro iniciador do complô fora Francesco de' Pazzi. Rubinstein (1997) dedica todo um capítulo de sua obra para referir-se à família. Segundo Hibbert (1993, p. 109), os Pazzi eram uma família mais antiga do que os Medici, porém não chegaram ao poder tal qual seus concorrentes, não se classificando como um dos principais contribuintes de Florença no início do século XV. Entretanto, a fortuna acumulada por eles era advinda do comércio têxtil e transporte marítimo. Devido ao envolvimento com o comércio, iniciou-se, em conjunto, o trabalho bancário. Desta forma, os Pazzi tornar-se-iam uma família relevante para a sociedade florentina.

Segundo Rubinstein (1997, p. 81-82), a transferência da conta da Cúria do banco dos Medici para os Pazzi resultou em um significativo aumento dos negócios para esta última família em Roma. Este desenvolvimento levou Francesco de' Pazzi a estabelecer residência na cidade, onde sua convivência com um círculo influente de cardeais, príncipes e nobres inflamou suas ambições. Essa interação fez com que Francesco aspirasse a deslocar os Medici do poder em Florença.

Sua Santidade diz que ele gostaria que o estado mudasse, mas sem a morte pessoal. (...) Sua Santidade disse-me: ‘Não quero a morte de ninguém, porque não é nossa oferta consentir na morte de uma pessoa; mesmo que Lorenzo seja um vilão e, se você estiver indomal, também não quero a morte dele por nada, mas a mudança de estado sim.’ (...) Sua Santidade disse: ‘Eu digo que não quero [a morte]: vá e faça o que lhe parecer, desde que não haja morte envolvida’. E com isso saiu Sua Santidade, fazendo então a conclusão de ser feliz em dar um único favor, ajuda de soldados ou qualquer outra ação que fosse necessária. (...) Eu discuti a coisa em particular e concluí que essa coisa era impossível fazer qualquer coisa sem a morte deles, isto é, do magnífico Lorenzo e seu irmão. (Montesecco, 1875, p. 514.)

Neste trecho específico da confissão de Gian Battista Montesecco, ele atribui um papel crucial a Sua Santidade, o Papa Sisto IV, na conspiração planejada. As divergências territoriais e políticas previamente mencionadas entre Lorenzo de Medici e Sisto IV levaram o pontífice a apoiar a conjuração, visando uma mudança na governança de Florença.

A passagem em questão aponta a negação do papa Sisto IV sobre o desejo de mortes relacionadas à mudança de governo em Florença. Porém, precisamos compreender e prestar apontamentos perante a fonte em questão. A confissão escrita por Montesecco, como aponta Capponi (1875), sofreu alterações ou foi suavizada para não ofender o rei de Nápoles, considerando a possível divulgação do documento após a conspiração (Capponi, 1875, p. 509).

Contudo, a presença de assinaturas no final do documento confirma sua autenticidade, reforçando que o pontífice estava ciente das medidas drásticas que seriam necessárias para uma mudança de governo em Florença. Esta mudança, para ocorrer de maneira direta e com mínima resistência, implicava na eliminação dos líderes da família Medici, um procedimento consistente com o retorno histórico dos exilados ao poder.

Gian Battista Montesecco desempenhou um papel crucial na Conspiração Pazzi, movido por laços de lealdade e admiração pelo Conde Girolamo Riario. Como *condottiere* ao serviço de Riario, Montesecco estava comprometido com a defesa dos interesses e posses do Conde. Em sua confissão, ele explicita que uma de suas principais motivações para participar do complô era ajudar a preservar as terras do Conde Riario, uma questão de suma importância para ambos. Além disso, Montesecco era também incentivado pela compensação financeira oferecida pelo seu envolvimento, um aspecto comum nas dinâmicas de poder e lealdade da época.

Então um e outro saíram, e começaram a falar da maldade e da aversão que o Magnífico Lorenzo tinha contra eles, e de quanto perigo o Estado do Conde corria após a morte do Papa; e que, ao mudar esse Estado, seria uma estabilidade para o Conde não ter mais maldade; e que ele queria fazer tudo por isso. (Montesecco, 1875, p. 511).

Ademais, entre os demais conspiradores, nas ajudas de cunho político e militar, encontram-se o rei de Nápoles e o próprio Federico de Montefeltro. Rei Fernando possuía entraves políticos na Toscana em decorrência da influência política exercida pelos Medici, além de não ver com bons olhos as alianças políticas de Florença com Milão e Veneza. Nesta aliança, o rei Fernando obstinava-se, principalmente, contra Veneza. Segundo Maquiavel (2007), o rei de Nápoles desejava uma revogação desta união política, seja para ter Florença como cidade-Estado amiga ou para atacá-la mais facilmente sem o socorro que Veneza poderia proporcionar (Maquiavel, 2007, p. 477).

Por sua vez, Federico de Montefeltro fora contratado para assumir um papel mais militar desta situação. Na bibliografia mais antiga, coloca-se Montefeltro como o condutor militar da guerra gerada após o fracasso da conspiração, isto a mando do rei de Nápoles e do papa Sisto IV. Porém, como veremos mais a fundo no próximo capítulo, Montefeltro fora também o organizador militar da invasão que ocorreria em Florença no dia da consumação do ato de homicídio da família Medici (Simonetta, 2009, p. 101–103).

Nesse cenário, Bernardo Bandini Baroncelli fora contratado enquanto um mercenário para auxiliar Francesco de' Pazzi no assassinato, já que possuía dívidas para com a família. Os

padres Antônio Mafei e Stefano Bagnoni, ambos de posições modestas, tinham suas razões particulares para se envolver. Mafei, originário de Volterra, guardava ressentimentos contra Lorenzo devido a conflitos anteriores na região, especialmente a Revolta de Volterra. Bagnoni, tutor na família Pazzi, viu na conspiração uma chance de enriquecimento. Por fim, Jacopo di Poggio Bracciolini, filho de um humanista empobrecido, percebeu na conjuração uma oportunidade de ascender politicamente, esperando ganhar prestígio e influência sob um novo governo, caso a família Medici fosse derrubada. Possuía, assim, a real ambição de conseguir algum papel importante na política e amizade com os futuros – assim se pensava – comandantes da *signoria* florentina (Hibbert, 1993, p. 113).

Com os personagens apontados, partimos a compreender a elaboração desta conspiração e sua execução, possuindo em vista que houve várias construções da tentativa de assassinato de Lorenzo e Giuliano de Medici.

2.2 A elaboração e execução da tentativa de assassinato dos comandantes de Florença (1478)

Devido ao documento produzido por Gian Battista Montesecco, conseguimos ter uma visão perante toda a elaboração que desencadeou a conspiração. Conseguiremos analisar as vertentes decorrentes deste evento em função deste documento, somado ao relato de Filippo Strozzi de toda a situação e, por fim, à bibliografia dedicada a este tópico.

De acordo com Montesecco, após a reunião com sua santidade, a qual foi relatada em um trecho acima, o *condottiere* passou a recrutar soldados para a ajuda militar com a finalidade de auxiliar o pós-assassinato. A grande questão colocada por Montesecco foi de como alocar os seus homens armados sem levantar suspeita (Montesecco, 1875, p. 512).²⁸ Segundo Hibbert (1993, p. 111), o *condottiere* obteve ajuda dos colegas que exerciam a mesma função em Tolentino, Imola e Città di Castello, cidades pertencentes ao domínio papal.

Após esta formulação militar inicial, ficara definido que Montesecco estaria encarregado de assassinar Lorenzo de Medici, enquanto Francesco de' Pazzi e Bernardo Bandini Baroncelli seriam os algozes de Giuliano. Porém, em sua confissão, Montesecco dita o encontro que teve com Lorenzo, no qual o estadista fora amável para com ele. Coloca desta forma: “A sua magnificência deve ser bem lembrada” (Montesecco, 1875, p. 513). Neste ponto, há a

²⁸ “Pensamos também em como podemos colocar os homens de armas juntos sem suspeitas, pois a outra escolha passará bem” (Montesecco, 1875, p. 512).

percepção do afeiçoamento do *condottiere* para com o comandante de Florença e, por isto, desenvolvera uma aversão a sua tarefa.

Definido o papel de cada conspirador e suas motivações para a completude do ato, houvera, antes da execução em si, duas oportunidades planejadas para realizar o assassinato. Capponi (1875) detalha que, enquanto arquitetavam o plano, os conspiradores esperavam que Lorenzo de Medici viajasse até Roma, com o propósito de manter e fortalecer sua relação diplomática com o Papa Sisto IV. Havia até mesmo um convite formal, com a intenção velada de assassinar Lorenzo na capital papal, enquanto Giuliano seria morto em Florença. Contudo, ao recusar o convite, Lorenzo inadvertidamente forçou os conspiradores a replanejarem seus métodos (Capponi, 1875, p. 114).

A segunda tentativa envolveu outro sobrinho-neto do papa Sisto IV, Raffaello Riario, um cardeal que fora enviado a Florença para celebrar uma missa. Raffaello fora convidado para a vila pertencente aos Pazzi, em Montughi. Lorenzo fora avisado da chegada do recém cardeal e imediatamente realizou o convite para a vila dos Medici em Fiesole, onde seria preparado um banquete em sua homenagem. Antes o Medici fora a Montughi, quando os conspiradores julgavam ser o momento ideal devido à distração e divertimento na situação, porém, Giuliano não compareceu, pois estava machucado. (Capponi, 1875, p. 115).

Lauro Martines, em sua obra *April Blood: Florence and the plot Against the Medici* (2003), se dedica a relatar toda a conspiração, porém traz uma visão a partir da ideia dos conspiradores, principalmente da família Pazzi. Martines (2003) expressa a indignação gerada pelos conspiradores devido às oportunidades perdidas para a execução da conjuração de meses planejados. Porém, haveria uma terceira tentativa: o almoço em homenagem a Raffaello Riario, ofertado por Lorenzo, na vila da família em Fiesole. Este almoço aconteceria anteriormente à missa celebrada pelo jovem cardeal. Entretanto, Giuliano não compareceu ao evento novamente, devido às suas enfermidades do momento. Martines (2003) relata uma nova e dramática alteração nos planos da Conspiração Pazzi, motivada pela ausência de Giuliano de Medici, que quase frustrou novamente os esforços dos conspiradores. Devido ao grande número de pessoas envolvidas e já cientes dos planos, tornou-se impossível adiar por mais tempo a execução do golpe. Decidiu-se, então, que o assassinato ocorreria durante a missa, especificamente no momento da elevação da hóstia. Novamente, Giuliano não iria comparecer, porém, como o plano já estava em andamento, segundo Lauro Martines (2003), Francesco de' Pazzi e Bernardo Baroncelli seguiram à casa de Giuliano com a finalidade de convencê-lo a comparecer à missa de Raffaello Riario. Desse modo, tiveram sucesso em sua persuasão (Martines, 2003, p. 115). A Conspiração Pazzi, então, inicia sua execução.

Quando o referido Cardeal esteve em S. Maria del Fiore, ouvindo a missa, Ser Stefano da Bagnone, o chanceler do Messer Iacopo de' Pazzi, e o Messer Marcho Mafei de Volterra, com alguns de sua família, atacaram Lorenzo de Medici com armas, e Francescod'Antonio de' Pazzi e Bernardo di Giovanni Bandini atacaram Giuliano, que caminhava ao redor do coro. (Strozzi, 1875, p. 521)

Este é outro documento de relato da conspiração, produzido por um espectador de todo evento. Filippo di Matteo Strozzi encontrava-se presente na missa do dia 26 de abril de 1478, em Florença. Como já apresentado anteriormente,

Lorenzo logo se tornou ganancioso e pegou os braços e pulou no coro e passou em frente ao altar e entrou na nova Sacristia e teve a porta trancada, e lá ficou até ser resgatado da casa; e foi deixado sozinho no coro e ficou um pouco ferido, do qual se recuperou em poucos dias. Ao mesmo tempo, Francesco de' Pazzi e Bernardo Bandini atacaram Giuliano, que estava abobadando o coro, e estava do lado de fora da capela Croce, e o atingiram dez ou doze vezes, de modo que ele caiu imediatamente no chão e morreu; e da mesma forma atingiram Francesco Nori, que estava caminhando com ele, e ele morreu imediatamente. Houve um grande alvoroço no pátio, e eu me vi conversando com Senhor Bongianni, e todos os cavaleiros, e todos ficaram espantados, e alguns fugiram por aqui e por ali. (Strozzi, 1875, p. 521).

Imagem 6 – A conspiração Pazzi retratada por Angelo Fabbrini



Fonte: FABBRINI. Angelo. *The Conspiracy Pazzi*. Philadelphia Museum of Art. Made in Italy. 1840s. Pen and brown ink on warm cream wove paper, 27,6 x 36 cm

Segundo a vivência apresentada por Strozzi – e até mesmo da versão amplamente divulgada na historiografia como sendo a verdadeira –, Giuliano de Medici foi apunhalado por Francesco de' Pazzi e por Bernardo Bandini, morrendo na hora. Francesco de' Pazzi, por tamanha raiva que proferia os golpes, golpeou-se na perna. (Martines, 2003, p. 116). O assassinato de Lorenzo fora incumbido a Montesecco, porém o condottiere se recusou a profanar o solo sagrado da igreja Santa Croce. Portanto, a tarefa fora encarregada aos dois padres presentes e conscientes da conspiração: Antonio Mafei e Stefano Bagnoni. Entretanto, diferentemente de Giuliano, Lorenzo escapara ao desviar da lâmina utilizada pelos padres, tendo se ferido com um aranhão no pescoço. Com a ajuda de seus partidários presentes, Lorenzo de Medici escondeu-se na sacristia da igreja e, logo depois, foi transportado por seus aliados ao Palazzo Medici, na própria cidade-Estado. (Martines, 2003, p. 116 – 117).

Simultaneamente aos acontecimentos da igreja de Santa Croce, havia um segundo andamento da conspiração acontecendo: a tomada da *signoria* florentina pelo arcebispo Salviati e Jacopo di Poggio Bracciolini. Nesta perspectiva, compreendemos que a visão obtida pelos conspiradores daquele momento seria de que, para haver uma troca de poder sem a interferência dos partidários dos Medici, teriam que subjugar a administração da cidade-Estado. Isso porque, como vimos anteriormente, a família Medici comandava as instituições administrativas de Florença. Portanto, compreendemos que fosse uma necessidade o acontecimento em ambos os espaços. Desta maneira, doravante ao relato de Filippo Strozzi, possui o evento passado no *Pallazzo della Signoria*.

Ao mesmo tempo em que fizeram este caso, o Arcebispo de Pisa estava no Palácio, sob o pretexto de querer visitar o *Signoria*. E ouvindo o clamor na terra, ele queria tomar o Palácio; e com ele estava Iacopo seu irmão e Iacopo di messer Poggio, e os peruginos e outros; e finalmente a *signoria* com a família se defendeu, e começou a soar o martelo [da Vacca], e no *Piazza* havia uma multidão de cidadãos e armas; e pela força eles entraram e os levaram a todos. (Strozzi, 1875, p. 521)

No relato de Strozzi, ganhamos clareza sobre o desenrolar dos eventos no *Palazzo della Signoria* quando o arcebispo Salviati, acompanhado por Jacopo di Poggio e mercenários peruginos disfarçados de comitiva, chegaram ao local. Combinando este relato à bibliografia, percebemos que houve uma reunião cuidadosamente planejada com Cesare Petrucci, o *gonfaloniere* da época. Esta reunião, marcada por tensões submersas e estratégias ocultas, foi um momento crucial na tentativa de golpe, revelando as complexas interações e os disfarces utilizados pelos conspiradores para infiltrar-se nas estruturas de poder de Florença.

O arcebispo Salviati, utilizando a desculpa de transmitir uma mensagem do papa Sisto

IV, convocou o *ganfoloniere* Cesare Petrucci para uma reunião crucial na administração de Florença. Este momento é detalhadamente descrito por Martines (2003, p. 119-120) e complementado pelo relato de Strozzi e por Maquiavel (2007). Segundo essas fontes, a chancelaria do *Palazzo della Signoria* tinha portas que só podiam ser abertas com uma chave específica, estratégia que levou o arcebispo e sua comitiva a serem trancados em uma sala durante a reunião.

A condução suspeita da reunião e o discurso de Salviati acabaram por revelar suas verdadeiras intenções, alertando o *ganfoloniere*, que prontamente chamou os guardas. Estes, ao se armarem, intervieram com força, resultando na morte dos conspiradores. Em um desfecho dramático, o arcebispo Salviati, os Salviati e Jacopo di Poggio foram lançados pelas janelas do palácio e enforcados em público, conforme registra Maquiavel (2007, p. 499).

Imagem 7 – Ilustração do enforcamento de Bernardo Bandini dei Baroncelli



Fonte: DA VINCI, Leonardo. *Hanging of Bernardo Baroncelli*. Musée Bonnat-Helleu. Bayonne. 1479. Pen and brown ink over traces of black chalk 19.2 x 7.3 cm.

Imagem 8 – O cadáver de Jacopo de' Pazzi



Fonte: BORRANI, Odoardo. *Il cadavere di Jacopo de' Pazzi* Galleria d'Arte di Palazzo Pitti. Firenze. 1864. Olio su tela, 145 x 121 cm

Ao fim, a Conspiração Pazzi falhara em seu objetivo principal: a troca de governo de Florença e o assassinato dos irmãos Medici, pois Lorenzo saíra vivo da emboscada orquestrada e com a *signoria* ao seu lado. Destes apontamentos realizados, problematizações necessitam ser realizadas. Como já mencionado anteriormente, há uma discussão em torno da figura de Lorenzo de Medici e sua tirania para com a política proferida em Florença da segunda metade do século XV. Tem-se a noção da tirania executada pelos Medici perante as eleições para a administração da política florentina, porém esta tirania era compreendida pela população de Florença na segunda metade do século XV? E pelo *popolo* apoiador de Lorenzo?

Maquiavel (2007) nos responde sobre estas questões ao debater sobre as formas de represálias utilizadas pelo próprio *popolo* de Florença no imediatismo da execução da conspiração. Lauro Martines (2003) intitula sua obra como “abril sangrento” como uma referência ao banho de sangue que se seguiu após o fracasso da conspiração. Estes, que se situavam em Florença e até mesmo nas redondezas, foram mortos ou, ao menos tiveram, este

futuro postergado, como fora o caso de Montesecco, o qual fora preso e morto no dia seguinte. O medo após o fracasso fez com que os assassinos de Giuliano fugissem, e Bernardo Bandini saíra de Florença no mesmo momento. Francesco de' Pazzi, após ter se apunhalado na perna, voltara sangrando para sua residência.

Segundo o relato de Maquiavel (2003, p.500), Jacopo de' Pazzi, montado em seu cavalo, seguiu para a *Piazza della Signoria* com a finalidade de convencer a população que se encontrava nas ruas para a luta contra o governo de Florença e Lorenzo de Medici. “*Libertà! Libertà! Popolo e Libertà! Abasso i Medici! Libertà!*”. Essas foram as palavras proferida por ele e seus homens armados.

Por toda a cidade já se gritava o nome dos Medici, e por toda parte viam-se corpos esquartejados nas pontas das armas ou arrastados pela cidade; e todos perseguiam os Pazzi com palavras cheias de ira e feitos cheios de crueldade. (...) Não houve cidadão, armado ou desarmado, que deixasse de ir à casa de Lorenzo oferecer ajuda, pondo à sua disposição seus serviços pessoais ou seus bens, tão grande era a fortuna e a popularidade que aquela casa granjeava, por sua prudência e liberalidade. (Maquiavel, 2007, p. 501).

Por mais que entendamos o teor de fábula empregado por Maquiavel em sua descrição dos eventos relatados do dia 26 de abril e os desenrolares posteriores, há uma compreensão perante a situação nas ruas de Florença. O apoio do *popolo* fora essencial para a derrocada de toda a conspiração. O auxílio prestado pelos partidários dos Medici fora o instrumento de governança mais poderoso de Lorenzo.

A tirania exercida pelos Medici sobre a política de Florença durante o período de Lorenzo, embora marcante, foi suavizada pela notável habilidade de ganhar e manter o apoio popular. Utilizando os conceitos maquiavelianos de “*fortuna*” e “*virtù*”, Lorenzo de Medici soube manejar tanto as circunstâncias quanto suas próprias capacidades para garantir que sua governança fosse aceita, se não completamente aprovada, por uma significativa parcela da população florentina. Esse apoio não era superficial, visto que Lorenzo não apenas contava com muitos partidários, mas também soube evitar o surgimento de uma oposição organizada. Durante a Conspiração Pazzi, a ausência de resistência nas ruas e a manipulação eleitoral na *signoria* evidenciaram um sistema que, embora nominadamente republicano, funcionava na prática como um principado dirigido pela família Medici. Esta combinação de apoio popular e controle político foi crucial para a sobrevivência e perpetuação do seu poder.

2.3 Consequências políticas da conspiração.

Meus Mais Ilustres Senhores: Meu irmão Giuliano acaba de ser morto e meu governo está correndo o maior perigo. Agora é a hora, meus senhores, de ajudar seu servo Lorenzo. Enviem todas as tropas que puderem com toda velocidade, para que possam ser o escudo e a segurança do meu estado, como sempre foram. Vosso servo Lorenzo de' Medici. [Carta aos Senhores de Milão, 26 de abril de 1478]. (Rubinstein, 1997, p. 111)

O pedido de socorro de Lorenzo de Medici para seus aliados milaneses foi um vislumbre primário do que viria a ocorrer na Itália do período. As expectativas expressadas por Sisto IV e o próprio rei de Nápoles tiveram um papel no desenrolar dos acontecimentos, já que esperavam uma mudança no comando do governo florentino. Isso claramente não acontecera e, ainda, causara a morte de aliados. Em decorrência disto, este último tópico procura abordar os acontecimentos posteriores ao fracasso da Conspiração Pazzi, principalmente as consequências políticas geradas para o período.

De imediato, as reverberações ocorridas em Roma foram tomadas por Girolamo Riario, por aprisionar o diplomata florentino. Porém, segundo Hibbert (1993, p. 122), os diplomatas de Milão e Veneza argumentaram a seu favor, pois havia uma política de proteção diplomática. A intervenção de Sisto IV se deu no âmbito de ordenar a prisão de todos os banqueiros e mercadores florentinos encontrados em Roma, além de confiscar os bens dos Medici na cidade.

Para além, houve a excomunicação de Florença em 20 de junho de 1478, como efeito da derrota primeira em território florentino. De acordo com Maquiavel (2007, p. 503), o pontífice e rei Fernando de Aragão foram atrás daquilo que não conseguiram com a conjuração: a mudança de governo em Florença. Uma guerra fora instaurada contra a cidade. De um lado, o rei de Nápoles e a Sua Santidade, o papa Sisto IV; de outro, Lorenzo de Medici e Florença. E assim se fez. Os exércitos estavam a caminho de Florença, liderados por Federico de Montefeltro, o *condottiere* do rei de Nápoles.

Na obra de Maquiavel (2007), podemos ter acesso ao discurso realizado por Lorenzo de Medici e deste modo compreender o poder persuasivo do comandante da casa Medici.

Pode-se dizer, um menino, não teria mantido a posição ocupada pela minha casa, não fossem vossos conselhos e vossa ajuda; minha casa não poderia ter governado esta república, se vós, comela, não a tivésseis governado e ainda não a governásseis. (...) o papa e o rei [de Nápoles], abraçando a sua causa, vêm armado ao nosso encontro: afirmam que travam essa guerra contra mim e minha casa. Prouvera Deus que fosse verdade, porque os remédios estariam prontos de dar mais apreço à minha salvação do que aos vossos perigos; ao contrário, apagaria de bom grado com minha ruína o incêndio que vos atingisse. No entanto, ainda que acreditásseis o contrário, estou em vossas

mãos: deveis segurar-me ou largar-me; vós, meus pais, vós, meus defensores; e tudo aquilo de que eu for por vós incumbido, sempre farei com prazer; e, se essa for a vossa vontade, não me recusarei a terminar com o meu sangue essa guerra, que foi começada com o sangue de meu irmão. (Maquiavel, 2007, p. 506–507).

Deste trecho do discurso proferido por Lorenzo de Medici, conseguimos compreender duas vertentes da política exercida por ele. A primeira é a forma de colocar a si e sua família em sentido de importância perante uma cidade-Estado republicana, porém atribuindo esta conquista aos aportes populares de seus partidários. O que, de fato ocorreu. E a segunda questão a ser levantada em seu discurso é o fato de utilizar-se de sua oratória com a ambição de conseguir os seus fins. A persuasão em suas palavras é evidente. Fora justamente essa a sua arma de governança, utilizada para com o rei de Nápoles, que Lorenzo de Medici saíra vitorioso de mais um conflito político.

Guerra em curso. Exército florentino em desvantagem perante o aglomerado de mercenários liderados por Federico de Montefeltro, o *condottiere* a serviço de Fernando de Aragão e do papa Sisto IV. Uma provável derrota em campo para Florença (Maquiavel, 2007, p. 509). Essa foi a dimensão contextual que levou o Medici a se locomover até Nápoles, com a finalidade de colocar um fim à guerra que assolava Florença. De acordo com Hibbert (1993, p. 126), em 6 de dezembro de 1479, Lorenzo partiu em direção a Nápoles e lá se estabeleceu no território por três meses, enquanto embaixador florentino do reino de Fernando de Aragão. Como apontando anteriormente, o fato de possuir uma boa oratória e utilizá-la como instrumento de persuasão transformou o estadista da casa Medici em um aliado de Aragão. Segundo Maquiavel (2007, p. 523), com a ambição de promover uma aliança entre os dois territórios, utilizou-se dos ensinamentos humanistas clássicos para suas alusões aos períodos de uma união entre o território no qual se encontrava a Itália. Fora desta maneira que Lorenzo cativou o então rei de Nápoles.

No dia 6 de março de 1479, ocorreu o retorno do estadista à sua cidade natal. Acompanhando-o, estava um tratado de paz entre os dois territórios que promovia um acordo de defesa mútua entre as cidades-Estado. Fato este que, segundo Maquiavel (2007, p. 523), colocou fim à guerra comandada pelo *condottiere* de Urbino.

Entretanto, ao decorrer dos fatos, não podemos perder de vista as alianças firmadas por essas duas políticas distintas. De um lado, Nápoles e seu acordo com o papa Sisto IV e, de outro, Florença e sua aliança antiga com Veneza. Maquiavel (2007, p. 523–524) argumenta a indignação do pontífice pela falta de consideração do rei para com sua governança e dos

venezianos por não participarem de todo o arranjo de paz.

Lorenzo passou a ser posto nas alturas; dizia-se que, com sua prudência, soubera recuperar na paz aquilo que a má fortuna lhe roubara na guerra; que mais poder houvera em sua inteligência e em seus julgamentos do que nas armas e nas forças do inimigo. (Maquiavel, 2007, p. 529).

Segundo Rubinstein (1997, p. 230), após o retorno de Lorenzo, de Nápoles, a sua predominância em Florença passou a ser quase que absoluta. Isto devido à constituição do Conselho dos Setenta, já mencionado anteriormente, e à instauração de suas deliberações. Por mais que a autoridade executiva se mantivesse nas mãos da *signoria*, todo o papel legislativo se transportou para as mãos dos Setenta. Desta maneira, compreendemos que, após a Conspiração Pazzi, Lorenzo de Medici emergiu como um governante despótico benevolente, exercendo o poder dentro de um contexto que, oficialmente, ainda mantinha a estrutura de uma república. No entanto, na prática, seu regime assemelhava-se mais a um principado, onde ele detinha um controle considerável.

Marta Celati em seu artigo “*The conflict after the Pazzi conspiracy and Poliziano’s ‘Coniurationis commentarium’: Literatura, Law and Politics.*” de 2019, nos apresenta justamente o controle exercido pela família Medici. Isto em todos os âmbitos possíveis, como o estudado pela autora, até mesmo a literatura gerada no período imediato pós conspiração.

Neste artigo, Celati (2019) trabalha com a obra de Poliziano, *Coniurationis Commentarium*. Esta obra nos traz comentários justamente sobre a conspiração Pazzi, entretanto, o ponto importante que devemos analisar, neste momento, é o poder retórico das palavras e como esta arte fora utilizada para as pontecialidades políticas dos Medici. O texto escrito por Poliziano apresenta a primeira fonte sobre a conspiração, que foi a confissão de Montesecco²⁹, entretanto, Celati aborda que “os textos tinham por objetivo apresentar o ponto de vista dos Medicis e defender Lorenzo e sua comitiva política” (Celati, 2019, p. 329).

De modo mais geral, a dimensão política que envolve o trabalho de Poliziano é revelada pela perspectiva ideológica pró-Medici que impregna todo o texto. O enquadramento bem elaborado da mensagem política do *Commentarium* deve ser considerado em conexão com a atividade concreta de apoio à política florentina que Poliziano realizou ao lado de Lorenzo no mesmo período. Este compromisso é uma prova tangível de que o humanista estava perfeitamente consciente da delicada situação política e das complexas relações diplomáticas que Florença estava tecendo após a conspiração. (Celati, 2019, p. 331)

²⁹ Já exposta anteriormente neste capítulo.

Marta Celati, neste artigo, possui como tese de estudo sobre a obra de Polizano ,em referência a Conspiração Pazzi, é de que um dos pilares centrais da propaganda dos Medici era a literatura, apresentando todo o seu poder perante as estruturas políticas de Florença. Toda a abordagem narrativa de Polizano sustenta uma perspectiva política que impregna o seu *Commentarium*. Perspectiva essa totalmente pró-Medici. O trabalho de Polizano é orientado, em sua completude, pelo contexto político interno, seu apoio a família Medici e principalmente sobre o poder que Lorenzo possuía sobre a narrativa da história. (Celati, 2019, p. 333).

Este sistema de propaganda múltiplo, consistente e eficaz mostra mais uma vez a ramificação da estratégia política e cultural abrangente de Lorenzo e, mais importante ainda, a profunda conexão entre todos 38 os ramos desta defesa estudada: a defesa que não funcionou por meios militares, mas através de armas verbais. (Celati, 2019, p. 349)

A partir dessas resoluções efetuadas neste capítulo, desde a política italiana até o desenvolvimento das questões políticas pós Conspiração Pazzi, seremos capazes de analisar, como foco principal desta pesquisa, o verdadeiro papel de Federico de Montefeltro na conjuração, conjuntamente com a política exercida no período. Também avançaremos nas questões de caráter de influência política neste território, deste período em foco.

**Capítulo 3 - Da ilegitimidade ao ducado: Federico de Montefeltro, Duque de Urbino
(1422–1482)**

Ele começou o serviço militar ainda muito jovem. Imitando Cipião Africano, sob a disciplina de Niccolò Piccinino, um capitão muito digno em sua época. Havia muitas virtudes louváveis em Messer Federico, em sua idade não tinha nada parecido. No que diz respeito à disciplina militar, a primeira profissão, ele foi um excelente capitão, tanto quanto qualquer homem de sua idade foi; e nisso ele usou a força, combinada com o ferro. Ele usou a prudência em todas as coisas e, com isso, fez inúmeras conquistas, tanto no Reino [Urbino] quanto em toda a Itália, e nunca foi derrotado. Teve muitas vitórias e conquistou muitas terras; e teve honra, como poderão ver aqueles que lerem sua história ou vida. (Di Bisticci, 1859, p. 70-71).

A figura de Federico de Montefeltro, o duque de Urbino, sempre fora louvada tanto pelos seus feitos militares enquanto um *condottiere* italiano de renome devido a sua conduta perante sua paixão pela literatura e, em decorrência disto, todo o seu empenho sobre a famosa biblioteca em Gubbio. Contudo, apesar da vasta literatura que explora sua carreira como *condottiere* ao serviço do rei de Nápoles e seu patrocínio às artes, subsistem lacunas significativas quanto ao seu papel como estrategista político na Renascença italiana.

Neste capítulo, propomos um diálogo com diversos estudos para construir um retrato mais completo de Montefeltro. Ao investigar a fundo a vida desse personagem, buscamos compreender sua relevância histórica e analisar sua conduta política em relação aos outros reinos, ducados e repúblicas da Itália durante a segunda metade do século XV, especialmente em conexão com a Conspiração Pazzi. A promoção do diálogo entre historiadores e especialistas de outras áreas permitirá que o caráter político imbuído a Montefeltro seja ressaltado, um objetivo deste capítulo.

Portanto, no decorrer deste, com o objetivo de compreender a trajetória de Federico de Montefeltro e explorar a diversidade de sua influência, analisaremos uma ampla gama de estudos sobre o Duque de Urbino. Baseamo-nos em biografias detalhadas, investigações sobre sua carreira militar, seu patrocínio às artes em Urbino, que culminou na criação do famoso *studiolo*, e suas habilidades políticas.

Por este caminho, Cecil H. Clough, uma referência nos estudos sobre Federico de Montefeltro, nos presenteia com diversos trabalhos dedicados a analisar as várias vertentes da vida do duque de Urbino. É a partir de Clough (1992), que compreenderemos melhor o cunho militar de Federico de acordo com seu processo empregatício para com o rei de Nápoles, Fernando de Aragão. Além disso, analisa questões arquitetônicas e de arte durante seu comando em Urbino. Cecil H. Clough (1978 e 1995) torna a discussão mais dinâmica para a apreensão da construção da imagem de Montefeltro. Para além, há a presença de estudos, como de

Hofmann (2008), os quais são voltados para a análise da corte do ducado de Urbino. Desta maneira, também conseguiremos analisar o próprio meio dentro do qual Federico de Montefeltro engendrava suas ações políticas.

O foco deste segundo capítulo é, justamente, possuir um entendimento perante a figura de Federico de Montefeltro e, para tal, a utilização de biografias nos são caras. A construção do personagem do *condottiere* italiano se torna importante para conseguirmos compreender suas motivações políticas em diversos aspectos, principalmente no contexto da Conspiração Pazzi.

Com isso em vista, Jane Stevenson (2021) nos oferece uma obra contemporânea sobre a vida de Federico de Montefeltro, trazendo uma visão renovada sobre a personalidade em questão. Em contraste, as obras de Girolamo Mutio (1605), Vespasiano da Bisticci (1859) e Santi (1985) fornecem uma visão mais detalhada da vida do *condottiere*, contribuindo significativamente para o entendimento profundo do personagem, juntamente com a inclusão de bibliografia mais recente. O objetivo central deste primeiro tópico é, portanto, apresentar a história de vida de Federico de Montefeltro e explorar a construção da imagem deste influente *condottiere*.

Porém, reiteramos que o foco não é fazer uma recapitulação de todas as batalhas de vida do duque enquanto militar, ou fazer uma linha histórica de cada passo de sua vida até a morte. A proposta é explorar os principais aspectos de sua vida para entender como esses elementos moldaram seu pensamento político e consolidaram seu poder como militar e duque. Vamos examinar como a combinação de suas experiências e realizações culminou no auge de sua influência durante a Conspiração Pazzi e impactou o cenário político da época. O foco está em desvendar como sua trajetória de vida influenciou suas ações políticas e militares, proporcionando uma compreensão mais profunda de seu papel histórico.

3.1 Federico de Montefeltro: a construção de um *condottiere*

Piero della Francesca, entre 1465 e 1472, pintou importante a obra intitulada “*Doppio ritratto dei duchi di Urbino*”, retratando Federico de Montefeltro e Battista Sforza, sua segunda esposa, atualmente preservado na Galezia Uffizi, em Florença. Entendemos que obras como essa não apenas possuem valor artístico, mas também desempenham um papel simbólico importante em termos de estrutura política. De acordo com Rebecca Pauly (1988, p. 234), os elementos presentes em uma obra de arte podem revelar a estrutura de pensamento da época,

oferecendo insights sobre as crenças e valores políticos predominantes.

Houve uma evolução nos conceitos nos retratos de figuras importantes, sendo significativos para transparecer um poder aos apreciadores da arte. Especificamente, o retrato de Federico de Montefeltro, realizado por Piero della Francesca, procura encapsular o poder político e a autoridade da elite que dominava a corte de Urbino durante o Renascimento.

Para uma análise mais aprofundada, é importante considerar o conjunto de quatro obras criadas por della Francesca, que, embora possam ser apreciadas individualmente, são complementares entre si. Além do "*Doppio ritratto dei duchi di Urbino*", a série inclui os "*Trionfi dei duchi di Urbino*", também de Piero della Francesca. Os retratos de Federico o representam como uma figura poderosa e influente, destacando sua posição na hierarquia política, além de, claro, retratarem o seu patrocínio às artes. (Pauly, 1988, p. 240). É justamente com essa singela análise sobre uma obra que procura representar um certo aspecto de poder e influência que iniciamos a nossa contextualização perante o personagem principal deste capítulo, Federico de Montefeltro, *condottiere* e Duque de Urbino. (Imagem 9).

Imagem 9: Retrato de Federico de Montefeltro



Fonte: FRANCESCA, Piero della. *Ritratto di Federico da Montefeltro*. Galleria degli Uffizi, Firenze. (1465-1472 circa); óleo su tavola, 47 x 66 cm.

Federico de Montefeltro nasceu em Gubbio em 1422. A cidade medieval fica cerca de 80 quilômetros de distância da capital do território controlado pelos Montefeltro, Urbino, localizado na região da Umbria. Era filho bastardo do senhor de Montefeltro, Guidantonio (Simonetta, 2009, p. 57). Segundo Burckhardt (2009, p. 50), havia uma ilegitimidade política das dinastias do século XV, muito pela questão das indiferenças dessas mesmas com uma descendência legítima. Isto em decorrência da meritocracia do indivíduo e de seu talento, tornando-se mais valioso e poderoso do que as leis, afinal era um período em que os "filhos de papais" estavam estabelecendo principados e ocupando posições de poder por toda a Itália. Ou seja, Federico ascendeu por seus valores estimados, por mais que, nas palavras de Burckhardt (2009, p. 51): “O grande Federico de Urbino não era, talvez, Montefeltro nenhum.”.

Jane Stevenson (2021, p. 29), no início de sua obra *The Light of Italy* sobre o grandioso Federico de Montefeltro, nos apresenta justamente esta vertente sobre a origem real de Montefeltro, compactuando com a abordagem apresentada muito anteriormente por Pierantonio Paltroni (1966). Existem duas hipóteses principais sobre a origem de Federico de Montefeltro. A mais aceita é que ele foi filho bastardo de Guidantonio de Montefeltro, nascido fora do casamento. No entanto, uma segunda hipótese sugere que Federico poderia na verdade ser neto de Guidantonio, sendo filho de Aura, uma filha bastarda. Neste cenário, Guidantonio teria adotado Federico como filho para garantir que ele se tornasse seu herdeiro.³⁰

Girolamo Mutio (1529) aborda, em sua biografia *De fatti di Federico di Montefeltro*, a legitimidade concedida a Federico pelo Papa Martinho V. Após a morte de sua primeira esposa, Rengarda Malatesta, Guidantonio casou-se com Caterina Colonna, sobrinha do Papa, nascido Oddone Colonna. Esse matrimônio estreitou os laços entre a família Montefeltro e o pontificado, levando o Papa a conceder a legitimidade ao título de pai a Federico, filho bastardo de Guidantonio. No entanto, foi estabelecido que, caso Caterina Colonna tivesse filhos, a herança seria transferida a eles (Muito, 1529, p. 7). Esta informação é reforçada por Jane Stevenson (2021, p. 33-34).

Porém, em 1427, a situação mudou drasticamente quando Caterina deu à luz ao seu primeiro filho legítimo, Oddantonio³¹. Isso tornou a presença de Federico na corte de Urbino

³⁰ Segundo Jane Stevenson (2021, p. 30), esta segunda hipótese não é de toda louca. Pois, Aura e seu marido Bernardino Ubaldini della Carda, tiveram um filho, Ottaviano, a qual seria irmão de Federico; e este seria o único, em um futuro, autorizado a ver os filhos de Federico. Isto descrito por Vespasiano dei Bisticci (1859).

³¹ Além de, posteriormente, dar à luz a outras três filhas mulheres: Violante (1430); Agnesina (1431) e Sveva (1434). Cf. Jane Stevenson (2021, p. 35).

desnecessária, levando-o a viver com sua mãe adotiva, Giovanna degli Alidosi, aos quatro anos. Ele permaneceu sob seus cuidados até os onze anos, período durante o qual começou seus estudos, com foco especial na literatura em latim. Segundo os seus biógrafos, Giovanna preocupou-se grandemente com a educação de Federico. Foi justamente essa educação que deu as bases políticas e militares para o futuro duque de Urbino. (Stevenson, 2021, p. 37).

Durante esse período, ocorreram eventos que, embora não estivessem diretamente ligados a Federico, foram cruciais para o desenvolvimento de suas habilidades militares. Um desses eventos foi a morte do Papa Martinho V, que trouxe uma mudança significativa na posição de Guidantonio. A sucessão de Eugênio IV ao pontificado mudou o contexto, já que ele não via com bons olhos que o seu antecessor promovesse membros de sua própria família a cargos importantes e prestigiosos, os Colonnas. Dentre as ações tomadas pelo novo papa, a mais importante e que definiu, em certa forma, o futuro e criação de Federico foi o tratado de paz com Filippo Maria Visconti de Milão.³² Este fez com que Federico se tornasse um refém como medida de segurança para a paz em Veneza. Chegou na cidade-Estado em 28 de fevereiro de 1433, com onze anos de idade. Nesse período na cidade, teve a oportunidade de expandir sua compreensão sobre política e como uma arquitetura pode elaborar uma declaração de poder. Este último, aplicado opulentemente em sua *studiolo di Gubbio* no futuro. (Baldi, 1824, I, p. 11-13).³³

De acordo com Bernardino Baldi (1824), um dos grandes biógrafos do *condottiere* do século XV, Federico permaneceu enquanto refém em Veneza por quinze meses. Entretanto, teve que ser realocado para Mântua a pedido de seu pai, pois a cidade de Veneza estava com grandes surtos de peste. Seu pai, preocupado com sua saúde e mantendo uma conexão, embora tênue, com a corte de Mântua, solicitou que estendessem seu apoio ao seu filho.

Após ser afastado da corte de Urbino devido ao nascimento de um filho legítimo entre seu pai e Caterina Colonna, Federico encontrou em Mântua seu terceiro lar influente, que

³² A disputa em questão se trata de uma das fases das Guerras da Lombardia, a qual foi uma série de conflitos ocorridos no norte e centro da Itália. Os principais autores dessa guerra foram a República de Veneza e o Ducado de Milão, porém envolveu outras cidades-estado, como Florença, os Estados Papais e Nápoles, além de pequenas comunas, como: Siena, Pisa, Urbino, Ferrara e Lucca. As Guerras Lombardas tinham como objetivo lutar pela hegemonia no norte da Itália. A disputa em si terminou em 1454 com a Paz de Lodi, porém a fase que nos interessa é a terceira (1431-1433). O terceiro período é quando os Visconti enfrentam Florença em Lucca, Florença essa aliada dos venezianos, e Niccolò Piccinino, condottiere de Milão juntamente com Francesco Sforza, vence a batalha de Delebio. Neste momento inicia-se as negociações pela paz, a qual esta primeira é assinada em 1433 em Ferrara, pelo Papa Eugênio IV, veneziano. E comumente essa paz era selada por meio da entrega de algum refém para garantir que o tratado de paz iria ser respeitado. (Mettingly, 1955, p. 38-107).

³³ A obra de Bernardino Baldi, *Vita e Fatti di Federico di Montefeltro, Duca di Urbino: Istoria di Bernardino Baldi* de 1824, é separada em três volumes, o utilizado neste momento é referente ao primeiro volume da coleção.

desempenhou um papel crucial em sua formação humanista e militar. Primeiramente apoiado por Alidosi, que o apresentou o Latim, posteriormente, seu período em Veneza propiciou o contato com as discussões da República, estando no centro das questões políticas do período. Por fim, fora em Mântua que o futuro duque de Urbino estudou com um dos educadores renascentistas mais notáveis do período, Vittorino da Feltre. Federico foi moldado por Feltre perante uma educação humanista e militar, em conjunto com o tempo que o jovem passava sob a tutela de Gianfrancesco Gonzaga, assim absorvendo lições práticas sobre o governo e a arte da guerra.

Naquela idade, ele experimentou a doçura do conhecimento, para o qual, achando-se inclinado por natureza, tornou-se tão acostumando que nunca abandonou a companhia das letras e dos homens de letras enquanto viveu. A diligência de Vittorino desempenhou um papel importante nisso, pois, vendo-o engenhoso e, a fim de construir uma reputação como um discípulo tão nobre, não fez nada além de ensinar-lhe letras e maneiras honrosas. (...) O próprio Gianfrancesco teve como seu mestre supremo nos exercícios de cavalaria, aos quais ele já estava começando a se adaptar devido à sua idade, e depois dele, aqueles cavaleiros que, naquela corte florescente, se dedicam ao exercício das armas, como em uma escola honrada, permaneceram em grande número. (Baldi, 1824, p. 14).

Dessas informações, podemos refletir que fora esse conjunto de vivência em Mântua e suas outras experiências passadas que culminaram no grande *condottiere* que Federico viria ser. A análise da infância de Montefeltro revela como suas inclinações para ações militares e políticas foram profundamente influenciadas pelos princípios humanistas que permearam sua educação. Esses princípios, combinados com uma compreensão astuta das complexas demandas de governança na Itália do século XV, armaram Federico com as ferramentas necessárias para navegar e prosperar num período turbulento da história italiana.

Ele, pelo menos, tinha treinamento suficiente para reconhecer um verdadeiro humanista quando o via e para oferecer uma aparência justa de interesse informado. Vittorino também deve ter estimulado a piedade descomplicada que parece ter sido uma forte característica de seu caráter. E com Gianfrancesco Gonzaga e a vida da corte em geral, ele aprendeu que o sucesso como governante na Itália do século XV dependia de quatro coisas: manter uma boa reputação, uma educação completa, piedade e eficácia militar. (Stevenson, 2021, p. 45).

Pierantonio Paltroni (1966, p. 47), em sua biografia escrita sobre o personagem aqui estudado, aponta que, após esse entendimento sobre a educação que Federico recebeu em sua infância, ele inicia sua vida profissional. Bernardino della Carda morreu em 1437 e deixou seu

exército mercenário para seu filho reconhecido, Ottaviano Ubaldini della Carda, e Federico, seu outro filho segundo as teorias. Uma empresa, de mais de 800 homens, fora dividida entre os dois. Com quinze anos, Montefeltro volta para Urbino com seu exército privado. Entretanto, logo se dirige a Milão, pois inicia seu serviço sob os cuidados de Filippo Maria Visconti e evolui em sua jornada militar com o famoso *condottiere* do período, Niccolò Piccinino.

Já Michael Malletti, em seu capítulo para a obra organizada por Garin (1991), nos apresenta um amplo conhecimento sobre quem foram os *condottieri* do período em questão. Sabemos que, durante os séculos XIV e XV, as guerras, na Itália, eram travadas por meio de contratos das cidades-Estados com mercenários, ou seja, realizadas pelos *condottiere*. Essa prática bélica pode ser rastreada desde o século XIII, intensificando-se com o crescimento econômico e os conflitos territoriais. Segundo Malletti, essa situação levou as comunas a engajarem-se no que ele denomina de "guerras em pequena escala", uma dinâmica que moldou profundamente o cenário político e militar italiano da época (Malletti, 1991, p. 41).

A ascensão dos *condottieri* na Itália dos séculos XIV e XV estava intrinsecamente ligada ao fato de que esses mercenários frequentemente se tornavam líderes e até mesmo soberanos. Esse fenômeno decorria da prática comum entre os empregadores de compensar os mercenários com terras e homens, devido à escassez de dinheiro. Essa compensação permitia aos *condottieri* formar e manter exércitos próprios, os quais Jacob Burckhardt (2009) descreve como sendo alguns dos primeiros da história moderna "cuja força motriz residia unicamente no crédito pessoal de seu líder" (Burckhardt, 2009, p. 53).

De maneira geral, os *condottieri* eram percebidos como uma ameaça potencial à liberdade das cidades e contribuíam para a dependência dos principados em relação aos seus serviços, impedindo o desenvolvimento militar autônomo e até mesmo o fortalecimento das defesas naturais dos Estados. Ao longo de quase duzentos anos, os confrontos na Itália foram dominados por esses mercenários, um período marcado por confusão política. Durante esse tempo, os principais Estados italianos — Milão, Veneza, Florença, os Estados Pontifícios e Nápoles — predominaram sobre os Estados mais fracos, frequentemente recorrendo ao uso desses mercenários (Malletti, 1991, p. 42).

Concentrando-se especificamente em Federico de Montefeltro e seu papel como *condottiere*, Malletti (1991, p. 44) esclarece que quase todos os *condottieri* começavam como príncipes, e suas carreiras militares dependiam em grande parte dos recursos disponíveis de seus Estados. Federico é um exemplo emblemático disso: mesmo após a ascensão e estabilização dos mercenários, ele continuou a ser uma figura política de destaque. Governantes

de vários Estados italianos frequentemente buscavam seu conselho para solucionar diversos problemas. Isso reforça a hipótese de que Federico de Montefeltro detinha uma influência política significativa sobre os demais Estados da Itália, além de possuir uma notável habilidade para a política.

Os lucros obtidos do serviço mercenário eram fundamentais para os príncipes-*condottieri*, permitindo-lhes acumular riquezas suficientes para patrocinar as artes e a cultura através do mecenato. Federico de Montefeltro é um exemplo destacado dessa prática, utilizando seus ganhos como *condottiere* para apoiar e incentivar amplamente as artes.

Sem todos estes recursos, muitos outros insígnies mecenas das letras e das artes teriam sido impotentes para desempenharem o seu papel cultural. De uma maneira geral, durante o Renascimento, a Itália despendeu grandes somas com os seus soldados, mas as gerações posteriores viriam a receber uma grande parte desse dinheiro sob a forma de benefícios culturais duradouros. (Malletti, 1991, p. 56).

Poderíamos apresentar vários feitos militares de Federico de Montefeltro, destrinchando suas batalhas e conquistas. O foco, porém, como já dito, é a consumação do poder do *condottiere* e sua crescente no ramo da política. Embasando neste ponto, é crucial compreender a chegada ao poder em Urbino, já que teve seu posto como herdeiro tomado pelo filho legítimo de seu pai. Guidantonio de Montefeltro morreu em 20 de fevereiro de 1443, deixando a corte de Urbino a seu filho legítimo, Oddantonio. Giovanni Santi (1985, p. 100-111), em sua obra escrita como forma de poema em terceira rima, *La vita e le gesta di Federico di Montefeltro, Duca d'Urbino*, traz em seu segundo livro - capítulo sétimo – a ascensão de Federico ao comando da cidade.

Assim acontece que somente se for feito
Em má ação, nem pensa que Deus ouve
O que o povo em seu coração silencioso clama
Nem de Sismondo, cuja alma atenta
Guardou para sempre, tal coisa parecendo
Sua vida era assim, embora contente
Mas todos infelizes, e como e quando
Será visto pela leitura daqui em diante
E quando Deus foi lhe dar o perdão
Embora em seu coração ele tenha expressado
O antigo e fiel Estado foi engolido
O que não foi, entretanto, prometido pelo Céu
Mas o contrário, de fato, pode ser dito
Que ao governar tanto o fiel Estado
Deu-lhe um homem que sabia como se alegrar
Para a glória, e para transformar a luz e o pranto

Em festa e em alegria, e a grama dos outros
Em gorda miséria, - Ó glorioso orgulho! (SANTI, 1985, p. 106).

Mas o povo, sob o nome claro e antigo
De Montefeltro reinava em altiva glória
Chamado, como ele disse, de Conde Federico
Que nele, embora jovem, havia esperança
Da mais alta virtude, humana e piedosa
Feliz governo e verdadeira obediência
Que, poucos dias depois, lhe lançou
Feliz o Estado que o visitava. (Santi, 1985, p. 107).

Através da escrita poética de Santi (1985), conseguimos perceber quais foram os momentos importantes da ascensão de Federico ao poder, aclamado pelo *popolo* de Urbino. Dois pontos são de suma importância para compreender a tomada de poder: o casamento com sua primeira esposa, Gentile Brancaleoni, que não só proporcionou a Federico o território de Mercatello como também fortaleceu sua posição política; e a queda de Oddantonio, que culminou com o aclamamento de Federico pelo povo de Urbino. Estes eventos são essenciais para compreender a dinâmica de poder e a popularidade que Federico conseguiu consolidar na região.

Ao explorarmos a história dos irmãos Montefeltro, evidenciam-se os elementos fundamentais na educação que Guidantonio de Montefeltro proporcionou a seus filhos. Oddantonio, o herdeiro, estava destinado a permanecer em Urbino para governar, enquanto Federico foi desde cedo introduzido ao serviço mercenário, uma estratégia para ampliar as riquezas de Urbino. A educação rigorosa de Federico, aliada à sua imersão na política veneziana, o moldou em um comandante competente e precoce.

A união de Federico com Gentile Brancaleoni não apenas solidificou alianças políticas vitais, mas também fortaleceu sua posição no cenário renascentista italiano. Essas alianças incluíram laços com os Sforza, que se consolidaram após a morte de seu pai, quando Federico entrou para o serviço mercenário sob o comando de Francesco Sforza de Milão. Durante sua carreira militar, Federico estabeleceu uma relação frutífera com Alfonso de Nápoles, que se mostraria vantajosa em longo prazo. Essa sequência de eventos não apenas marcou a ascensão de Federico, mas também o preparou para se tornar um governante notável, demonstrando como a condução de sua vida desde a juventude foi decisiva para seu sucesso futuro.

O herdeiro legítimo de Guidantonio de Montefeltro, Oddantonio, ascendeu ao poder em Urbino aos doze anos. Segundo a historiadora Jane Stevenson (2021, p. 50), ele se dedicou profundamente à religião católica, especialmente à ordem franciscana, a ponto de fundar um

convento em Urbino em 1437, enquanto se distanciava progressivamente dos assuntos políticos. Contudo, Oddantonio demonstrava preocupação com as questões fiscais, aumentando os impostos locais, o que lhe rendeu rejeição popular. Após a morte de seu pai, Oddantonio voltou-se para o Papa Eugênio IV, que o nomeou duque de Urbino em 26 de abril de 1443.³⁴

Porém, devido à sua inexperiência política e às elevadas taxas impostas à população, Oddantonio foi vítima de um atentado fatal na noite de 22 de julho de 1444, que também ceifou a vida de seus dois principais conselheiros. Seu governo teve duração de apenas quinze meses. De acordo com Tommasoli (1978, p. 41), o assassinato foi perpetrado pela própria população de Urbino, que se revoltou contra seu governo. No entanto, não se pode descartar a hipótese levantada por Stevenson (2021), que sugere que Federico pode ter orquestrado a revolta popular. Notavelmente, Federico chegou à cidade de Urbino poucas horas após a morte de seu meio-irmão, um fato que contribui para essa teoria.

A ascensão de Federico ao comando da cidade de Urbino teve dois pontos importantes: o primeiro diz a respeito ao povo clamar por Federico. Segundo Santi (1985), o *popolo urbinates* elegera o condottiere como senhor da cidade.

Mas o povo, sob o nome claro e antigo
De Montefeltro, reinava em altiva glória,
Chamado, como ele dizia, Conde Federico,
Que nele, embora jovem, havia esperança
De mais alta virtude, humano e piedoso
De um governo feliz e de verdadeira obediência;
Que, poucos dias depois, lhe deu
Feliz seu Estado, visitando-o. (Santi, 1985, p. 107).

Por mais que os *urbinates* quisessem a presença de Federico de Montefeltro como o senhor da cidade de Urbino, eles propagaram algumas demandas ao *condottiere*. A primeira é que não houvesse nenhum tipo de represálias. Porém, a principal era restaurar os impostos, direitos e deveres dos cidadãos de Urbino ao mesmo padrão do tempo de Guidantonio, seu pai. Federico concordou de imediato. E neste primeiro momento, Federico tornou-se senhor de todas as possessões gerenciadas por seu meio-irmão e agregou as suas próprias terras obtidas através de seu casamento com Gentile Brancaloni. Ou seja, dobrou a extensão do território que

³⁴ Segundo Stevenson (2021, p. 57), Urbino era um vicariato papal, e por mais que a família Montefeltro tenha tido o controle da cidade desde o século XIII, os comandantes necessitavam de uma aprovação papal para fundamental seu poder na região. Portanto, o título concedido a Oddantonio, concluímos que mudou o status do mesmo de uma forma fundamental, lhe assegurando o poder de Urbino e a seus descendentes, que não viria a ter.

anteriormente fora governada por seus antecessores.³⁵ (Stevenson, 2021, p. 57).

Embora Federico de Montefeltro tenha estabelecido sua autoridade em Urbino após ascender ao poder, sua liderança só foi verdadeiramente consolidada através de desenvolvimentos significativos que se seguiram. Esses incluíram sua rivalidade com o então mais renomado *condottiere* da Itália, a ascensão de Nicolau V ao papado, e a superação de uma conspiração contra ele. Crucialmente, porém, foi sua relação estratégica com o rei Afonso de Aragão, seu principal empregador, que solidificou sua posição como um dos maiores líderes militares do século XV. Esse vínculo não apenas reforçou sua base de poder em Urbino, mas também ampliou sua influência e capacidade de manobra nos complexos jogos políticos da Itália renascentista.

Em primeiro lugar, para compreendermos a consolidação de Federico de Montefeltro no poder de Urbino e dos demais territórios que estavam sobre o domínio de seu meio-irmão anteriormente, há a necessidade de analisarmos sua rivalidade com o seu inimigo do período: Sigismondo Malatesta. Em seu artigo “*Federico da Montefeltro e Sigismondo Malatesta: Ritratti di due nemici implacabili*”, Marcello Simonetta (2017) expõe todo o conflito entre os dois *condottieri*, desde o seu início.

Sigismondo Malatesta fora uma das proeminentes figuras do renascimento italiano. Ele ficara conhecido por suas proezas militares, ou seja, seu trabalho enquanto um *condottiere*. Porém, também foi reconhecido por todo seu papel em patrocínio às artes. Fora governante de Rimini, comuna italiana que atualmente é situada na região da Emília-Romagna. Um dos seus maiores rivais fora Federico de Montefeltro, e esta luta caracterizou-se pela expansão territorial, influência política e de poder, por ambos os *condottieri*. O período do meio desta rivalidade, após Federico assumir o governo de Urbino, está pautado nas acusações perante a rebelião do *popolo* e a morte de Oddantonio. Ambos se acusavam de terem orquestrado todo o evento que levou Federico ser eleito o senhor da cidade. E mesmo após estar no comando, Sigismondo fizera várias tentativas de tomar posse de Urbino, essas mesmas frustradas pelo novo senhor. (Simonetta, 2017, p. 64).

Analisamos esse evento como sendo um ponto importante para Federico, justamente por ter defendido o seu território e, assim, elevado sua já alta estima com o *popolo* de Urbino, os mesmos que o colocaram no poder da comuna. De acordo com Simonetta (2017, p. 3-9), a

³⁵ Lembremos que Urbino era um vicariato papal, a qual necessitava que o papa em gestão legitimasse o senhor da comuna. Neste caso, Federico não fora legitimado e por tanto não era, ainda, duque de Urbino. Algo que viria a ser apenas com o seu envolvimento na Conspiração Pazzi, trinta anos depois desses acontecimentos citados agora.

questão de Sigismondo era que, agora, ele lidaria com um senhor legitimado pelo próprio povo, colocado no poder pelo *popolo*, e não apenas com um filho bastardo. Desta forma, teria uma dificuldade maior neste conflito. Entretanto, o que causará um desequilíbrio nas bases de poder na Itália é o fato de que Francesco Sforza contratara Federico de Montefeltro para fazer parte de sua milícia.³⁶ Justamente Francesco Sforza³⁷, sogro de Malatesta.³⁸ A primeira *condotta* do *condottiere* de Urbino fora dada pelo Sforza, aos seus vinte e dois anos, em 1444, a qual permaneceria até 1451.

Baseando-se nos eventos anteriormente destacados, Federico enfrentou várias adversidades em seus primeiros anos como senhor de Urbino. Como mencionado, sua disputa territorial com Sigismondo Malatesta não se limitou a conflitos diretos. Sigismondo também apoiou as três meias-irmãs de Federico em uma conspiração contra ele, que foi prontamente desmantelada pelo *condottiere*, resultando na expulsão das irmãs da comuna.

Além disto, houve a excomunicação de Federico pelo Papa Eugenio IV em 14 de abril de 1446, devido ao fato que Urbino era um vicariato papal e por comprar Fossombrone sem a sua permissão. Este fato só fora revertido com Nicolau V em setembro de 1447, concedendo-lhe os vicariatos de Urbino, Gubbio, Cagli e entre outros territórios que englobavam a área dos Montefeltro. (Stevenson, 2021, p. 66-74).

Conferiu-se, assim, a Federico um período que será marcado pela relativa estabilidade em sua posição enquanto governante de Urbino. Um recorte temporal de seis anos de governo, consolidando sua posição e, um ponto importante, sendo reconhecido pelo seu *popolo*. Além disso, manteve uma boa relação com o papa em regência, Nicolau V. Contudo, segundo Baldi (1824, p. 36), a preocupação do *condottiere* recaía sobre o fato de não possuir um herdeiro legítimo. Neste caso, um filho homem.

Embora houvesse estabilidade, a consolidação do poder de Federico estava intrinsecamente ligada à *condotta* com Afonso de Aragão, rei de Nápoles, a partir de 1451. Em 1450, Francesco Sforza ascende ao ducado de Milão, deslocando o seu poder político para a região do norte da Itália. Em contrapartida, Afonso já oferecera uma *condotta* a Federico em 1448, porém fora recusada, e em 2 de outubro de 1451, o contrato do *condottiere* de Urbino com Sforza e Florença expirou, assim estando livre para fechar acordo com o rei de Nápoles.

³⁶ Dentro do mercado de *condotta*, os serviços de Federico eram mais valiosos, confiáveis e prestativos que de Sigismondo, segundo Simonetta. (Simonetta, 2017, p. 5).

³⁷ Francesco Sforza foi um capitão *condottiere* a emprego do Duque de Milão, Filippo Maria Visconti. Em 1441, casou-se com a filha de seu empregador, Bianca Maria Visconti, sua única herdeira. Com a morte de seu sogro em 1447, Sforza se estabelece como duque em 1450, eleito pela Assembleia Geral de Milão. (Stevenson, 2021, p. 63).

³⁸ Sigismondo fora casado com Polissena Sforza, filha ilegítima de Francesco.

Relação esta que perdurou até sua morte em 1482, estando sob a proteção napolitana a partir de então. Conforme escreve Stevenson (2021, p. 78), “mesmo quando ele prestou serviço temporário a outro governante, como, por exemplo, quando tomou Volterra para Lorenzo de Medici em 1472, ele nunca aceitou nenhum papel que prejudicasse os interesses de Afonso.”³⁹

Entretanto, outro fator importante para a estabilidade política de Federico fora seu segundo casamento, com Battista Sforza. Como apresentado anteriormente, após a sua subida ao governo de Urbino, clamado pelo povo, Federico não possuía o aval do pontífice e havia, ainda, uma questão de não legitimação de poder no território por ser um bastardo. Fora justamente seu casamento com Battista que concedeu uma reivindicação sobre o território, pois ela era de uma linhagem legítima dos Montefeltro. Soma-se o fato de que o casamento lhe fornecera alianças poderosas com outras famílias, como os Sforza de Milão, seus conhecidos, e os Sforza de Pesaro.

Por fim, o *condottiere* possuía uma necessidade maior neste momento de consolidação de seu poder em Urbino: um herdeiro. Giovanni Sabadino degli Arienti, em seu livro *Gynevera de le clare donne di Joanne Sabadino degli Arienti* (1888) de biografias de mulheres notáveis, dedica um capítulo à Battista Sforza. É justamente neste ponto que declara a importância da segunda esposa de Federico para o seu poder em Urbino. Degli Arienti (1888, p. 296) nos apresenta ao momento a qual Battista mostrou sua capacidade enquanto uma líder, podendo assumir as defesas de Urbino na ausência de Federico. Apresenta a tentativa de Sigismondo Malatesta de tomar Uffogliano, posto este recém conquistado por Montefeltro. Entretanto, a astúcia de Battista e seus contatos com Francesco Sforza, a qual lhe enviou tropas de defesa, consolidou a vitória de Battista sobre a situação contra Sigismondo e demonstrou sua destreza para a política. “(...) ela era tão cautelosa e perspicaz que poderia ter governado o reino da França” (Degli Arienti, 1888, p. 294).⁴⁰

Federico de Montefeltro é reconhecido por uma série de realizações notáveis, cujo mérito vai além de julgamentos de caráter. Neste contexto, destacam-se dois aspectos principais de sua carreira. Primeiramente, abordaremos seus compromissos enquanto *condottiere*, explorando os impactos e os desdobramentos de seu papel como líder mercenário. Posteriormente, focaremos em suas significativas contribuições para a cultura, especialmente como um dos maiores mecenas do Renascimento italiano no século XV.

³⁹ Algo que comprovamos no último capítulo, referente a duas cartas. Uma direcionada a Lorenzo de Medici negando a ajudá-lo na situação de Città de Castello e outro a qual o próprio Federico informa o papa Sisto IV sobre a tentativa de Lorenzo de recrutá-lo.

⁴⁰ Para saber mais sobre a história de Battista Sforza, conferir: Bonvini (1993).

3.2 Os estudos realizados sobre o Duque de Urbino na historiografia

Após a apreensão geral de quem foi o duque de Urbino, partimos para a análise dos estudos realizados sobre o personagem, o foco central dessas pesquisas. Como mencionado anteriormente, as diversas facetas de Montefeltro permitiram que múltiplos estudos fossem realizados, possuindo a figura do *condottiere* como o centro da discussão. Entretanto, há de se ponderar as lacunas perante os tópicos tratados. Por mais importante que o duque de Urbino fosse na história, sua presença dentro do jogo político italiano fora negligenciada. Por isso, rastrear os estudos realizados com esta temática permitirá que consigamos localizar a importância e a própria relevância desta pesquisa no panorama geral da bibliografia que se há sobre Montefeltro.

Para tal, três tópicos necessitam de uma atenção maior. O primeiro é os estudos destinados a compreender a relação militar do duque; o seu papel enquanto um mercenário a serviço de diversos estadistas italianos. Segundo o trabalho cultural que Federico de Montefeltro promoveu em Urbino e todo o território italiano, com seu patronato e o desenvolvimento de um prazer particular: a literatura. Isto desenrola-se na construção de sua biblioteca particular. A maioria dos estudos sobre o personagem estão ligados com sua biblioteca de Gubbio. E mais, entrando no segundo ponto, sobre a arquitetura deste monumento. Clough (1995) trabalha justamente sobre esta perspectiva da decoração e arquitetura do *studiolo* de Federico, e como esta arte procura passar uma mensagem de poder. Desta maneira, perpassamos a adentrar nos estudos direcionados à apreensão do trabalho político exercido pelo duque de Urbino. É neste ponto que procuramos estender nosso trabalho.

Federico de Montefeltro tem sido objeto de estudo sob duas principais óticas: aqueles voltados para sua política e carreira militar e, ainda, aqueles que tratam de seu mecenato e patronato das artes. No primeiro caso, as biografias têm se constituído na base para grande parte desses estudos, fornecendo uma compreensão abrangente de sua vida e carreira militar, como apontado no subtítulo anterior. Mas quando falamos de pesquisas mais atuais e com uma especificidade maior, temos o estudo de Cecil H. Clough com seu artigo sobre a relação de Federico com o rei de Nápoles, Afonso Aragão. Em “*Federico da Montefeltro and the kings of Naples: a study in fifteenth-century survival*” (1992), Clough apresenta que as interações políticas e alianças estratégicas criadas pelos dois personagens desempenharam um papel crucial para a estabilidade política de Montefeltro e, até mesmo, do próprio rei durante todo o tempo de relação de ambos.

A relação entre Federico e os monarcas de Nápoles caracterizou-se por proteção mútua, fortalecimento da segurança e uma influência moderadora, estendendo-se, inclusive, ao campo cultural. No aspecto de proteção e apoio, é evidente que essa aliança foi crucial para dissuadir Sigismondo Pandolfo Malatesta de continuar suas tentativas de anexação dos territórios de Federico, temendo represálias militares significativas (Cough, 1992, p. 119).⁴¹ Esta relação de clientelismo⁴² deveria ser mútua, caso contrário não perduraria por muito tempo. A experiência militar e estratégica de Federico, aliada ao seu profundo conhecimento político, beneficiou amplamente os monarcas de Nápoles, proporcionando segurança e conselhos políticos valiosos. Essa colaboração culminou com a nomeação de Federico como conselheiro real do rei de Nápoles.

Ao mencionarmos o quesito de influência moderadora, o melhor exemplo, neste caso, é o papel desempenhado por Federico como moderador em relação ao Papa Sisto IV. Fora Montefeltro que fizera toda a relação entre Nápoles e o papado acontecer e desenvolver da melhor forma possível por um longo tempo. Este ponto de moderação será mais bem desenvolvido no próximo capítulo, no qual veremos as constantes cartas enviadas. E principalmente, fora esta moderação de relação e influência política um dos mais importantes pontos para que a Conspiração Pazzi acontecesse, segundo Simonetta (2009).

E esta relação política entre ambos os governantes se encaminhou também para o âmbito cultural, demonstrando o tamanho e importância que tivera esta parceria. Ainda segundo Clough (1992, p. 149-151), a troca cultural fora exemplificada pela construção do palácio em Urbino, iniciado por volta de 1466 e continuando inacabado em 1482 com a morte de Montefeltro, e a reconstrução do *Castel Nuovo* em Nápoles, iniciada em 1443. O castelo de Urbino teve uma clara inspiração no projeto napolitano.

Não apenas de batalhas travadas Federico tornou-se conhecido, seu trabalho enquanto mecenas rendeu-o diversos frutos, sendo o principal deles seu *studiolo di Gubbio*.

Esse homem, entre seus outros feitos louváveis, construiu um palácio na difícil e acidentada situação de Urbino. (...) E, para enfeitá-lo, colocou ali um número maravilhoso de imagens antigas de mármore e metal, pinturas muito excelentes e instrumentos musicais de todos os tipos, e nada queria ter ali além do que era mais raro e excelente. (...) Ele reuniu um grande número dos mais

⁴¹ Esta prática de buscar uma proteção de um patrono poderoso não é algo limitado a Federico, sendo uma prática comum, a qual chamamos de clientelismo e que se estendeu por toda a península italiana do Quattrocento. Segundo Clough (1992, p. 120), fora uma prática aplicada também pelos Bentivoglio de Bolonha, com os Sforza de Milão.

⁴² O clientelismo, fora um desenvolvimento da vassalagem, adotado neste período por motivos de sobrevivência em um meio político diverso, e fora altamente apoiado nas relações militares, como o caso de Federico e Afonso de Aragão, mas também por meio dos laços matrimoniais, permitindo uma fortificação do estado, principalmente de agressões externas a ele. (Clough, 1992, p. 121).

excelentes e raros livros, em grego, latim e hebraico, os quais decorou com ouro e prata, considerando-os o principal ornamento de seu grande palácio. (Castiglione, 1907, p. 4).⁴³

Baldassare Castiglione publicou, em 1528, sua obra chamada *Il cortegiano*, trabalhando as questões de etiqueta e ética cortesã, focando na construção de um “cortesão perfeito”. Dentre seus exemplos, Castiglione atribui a corte de Federico como sendo cheia de graça e reverenciando os esforços do duque para integrá-la com arte e cultura. Seria ele um grande exemplo do cortesão perfeito.

Dentro desta área de pesquisa e tema, os estudos recentes se tornam mais abrangentes. Pesquisas que derivam do estudo da contribuição as artes feita por Montefeltro, até os detalhes de seu grande projeto cultural: o *studiolo di Gubbio*. A arte e seus estudos podem falar muito mais que apenas de arte. Claramente, há uma clara paixão pelo mecenato por parte de Montefeltro, mas há em conjunto um sentido político e, principalmente, de poder empregado em cada ato realizado em direção à patronagem e dedicação à cultura. E é justamente esta vertente que pretendemos analisar e focar.⁴⁴

Em “*Federico da Montefeltro’s patronage of the arts, 1468-1482*”, Cecil H. Clough (1973) explora o mecenato artístico realizado por Federico durante o período que compreende a sua maior estabilidade e consolidação de poder até sua morte em 1482. Clough destaca a importância que houve, deste mecenato, perante o desenvolvimento das artes e da cultura renascentista no período do Quattrocento. Há uma relação muito grande no incentivo, como as obras encomendadas, os artistas que foram consagrados com seu apoio e qual fora o impacto dentro do renascimento italiano, principalmente na sua parte cultural.

O seu mecenato impactou positivamente o desenvolvimento artístico, mas também promoveu um prestígio para sua corte e para a sua região. E para além, a promoção de seu próprio ser, a fama de patrono seria eternizada, a fama de um bom príncipe, como diz os requerimentos sugeridos por Petrarca em seu “príncipe ideal”.⁴⁵ Dessa forma, há uma

⁴³ A obra de Baldassare Castiglione, “*Il cortegiano*”, utilizada é uma tradução para o inglês por Thomas Hoby, publicada em 1907, pela The National Alumni. Entretanto a primeira publicação foi feita em 1528.

⁴⁴ Focaremos sobre a questão de patronagem aos artistas por Federico de Montefeltro, porém se tiverem um interesse em aprofundar no assunto, indicamos: Chambers (1970), a qual o autor examina como os mecenas foram de extrema importância para a produção artística do Renascimento.

⁴⁵ Na coleção de cartas intitulada “*Repubblica Optime Asministranda*”, de Francesco Petrarca, em uma de suas cartas para Francesco di Carrara, apresenta as qualidades que devem ser abordadas por um bom príncipe. Esta obra não se encaixa em um espelho de príncipe, mas aborda uma carta do escritor italiano que demanda sobre os atributos de um príncipe-ideal. A qual dispõe que este deveria ter a consciência e responsabilidade sobre tudo que diz a respeito de seu reino. E uma das principais qualidades empregadas a ele, deve ser em relação aos estudiosos

construção de sua imagem enquanto um líder culto e sofisticado. Ou seja, o mecenato de Federico de Montefeltro não apenas influenciou a cultura renascentista e a sofisticação de sua corte, mas também a sua própria imagem. (Clough, 1973, p. 130).

Justus van Gent, um talentoso pintor flamengo ativo na Itália do final do século XV, destaca-se como um dos muitos artistas beneficiados pelo mecenato de Federico de Montefeltro. O *condottiere* encomendou várias de suas obras para decorar o seu *studiolo di Gubbio*. Entre elas, duas são particularmente notáveis e relacionadas às "Alegorias das Sete Artes Liberais". A primeira obra, "A Retórica" (imagem 10), apresenta uma cena em que Federico aparece ajoelhado diante da personificação da Retórica, considerada na época a mais elevada das artes. Há também debates sobre a autoria da pintura que retrata Federico e seu filho Guidobaldo.⁴⁶ Segundo Clough (1973, p. 133), o mecenato de Federico traria benefícios, além de seu *studiolo*, havia a oportunidade de se posicionar em relação ao Papa Sisto IV, com o qual Federico possuía uma ótima relação.

Seu impacto indireto na história da arte é sugerido pelo fato de que dois dos principais artistas do Renascimento em Roma, Rafael e Donato Bramante, o arquiteto de São Pedro, em Roma, foram criados e treinados em sua Urbino. Federico também trouxe uma variedade de artistas para sua cidade, como Piero della Francesca de Borgo Sansepolcro e Joos van Wassenhove de Ghent, além de arquitetos e escultores, incluindo Luciano Laurana da Dalmácia e Francesco di Giorgio Martini de Siena. (Stevenson, 2021, p. 187).

e artistas, visando que sua fama fosse transmitida em conjunto com suas obras. E é a isto que se deriva a patronagem que estamos falando neste momento. (PETRARCA, 1373).

⁴⁶ Há uma discussão enquanto quem fora o autor da obra "Retrato de Federico da Montefeltro e do filho Guidobaldo". Van Gent é um dos apontados como o autor, porém a grande parte da academia artística emprega a obra para Pedro Berruguete, outro pintor que fora apadrinhado pela patronagem de Federico.

Imagem 10: A obra de Justus van Gent



Fonte: VAN GENT, Justus. *Retorica*. The National Gallery. Londres. 1474-1480. Óleo em choupó; 157cm x 105cm.

Não apenas artistas relacionados à pintura estavam presentes na corte e sobre a tutela de mecenas de Federico. Havia uma grande gama de autores responsáveis por preencher a biblioteca do *studiolo di Gubbio*. Neste caso, há diversos estudos que nos permitem compreender este cenário, explorando a cultura literária na corte de Urbino. Heinz Hofmann, em 2008, publicou o artigo “*Literary culture at the court of Urbino during the reign of Federico da Montefeltro*”, concentrando-se na importância que esta cultura literária e intelectual teve na corte de Urbino.

Os livros foram uma vertente de extrema importância para o Renascimento. Esta cultura literária desempenhou um papel significativo para a corte de Urbino, como a legitimação do poder. O mecenas literário promovido por Federico de Montefeltro era também uma forma de legitimar o seu poder e autoridade enquanto uma figura política, além do prestígio dentro da sociedade. Isto porque, como um exemplo, Giovanni Battista Valentini, também conhecido como Cantalycius, era um poeta e erudito que dedicava sua vida a escrita de poemas em latim

sobre figuras proeminentes da época, e um desses personagens era justamente Federico. Ele também dedicou suas obras ao *condottiere*, demonstrando uma admiração e respeito pela figura do duque. De acordo com Hofmann (2008, p. 22), essas dedicatórias aos patronos eram famosas e tinham a pretensão de obter um reconhecimento e maior apoio de seus benfeitores. Portanto, ao investir na cultura literária, ela se transformava em um ponto fundamental e crucial na política de Urbino e na própria dinastia dos Montefeltro na cidade, influenciando a legitimidade do poder de Federico como um príncipe de prestígio, as relações diplomáticas geradas pela propaganda e representação do governo nas obras escritas por grandes humanistas do período, patrocinados por Federico.

Perante esta afirmação, Federico de Montefeltro se esforçou constantemente para que sua biblioteca possuísse o melhor nível possível de obras presentes ali. Em seu estudo sobre a relação de livros presentes na biblioteca de Gubbio, Marcella Peruzzi (2004, p. 34-39) nos detalha a existência de diversas obras renomadas no acervo. Ela revela uma coleção de manuscritos latinos, sendo composto por 776 obras datadas até 1500 e, em um todo, uma soma de 2063 obras. Dessa mesma coleção, há mais de um terço, segundo a autora, de obras de autores clássicos, até mesmo de traduções de obras gregas. Há obras com o intuito teológico, textos medievais e, por fim, humanistas contemporâneos. Peruzzi (2004, p. 40) argumenta que há um forte paralelismo entre as obras expostas nas paredes do *studiolo* e sua composição de obras literárias, as quais se correlacionam pois muitos dos retratos expostos são dos autores que compõem a biblioteca. Afirmação esta corroborada por Hofmann (2008).

Eles formam uma espécie de mapa do programa cultural da corte de Federico e, juntamente com os outros autores e textos na biblioteca, um manifesto da cultura humanista de Federico, que, na seção de marchetaria do estúdio, é retratado bem no canto entre livros, instrumentos musicais e outros símbolos de cultura: vestido com uma túnica de filósofo, com um gorro na cabeça, a lança virada para baixo como sinal de sua ocupação não com a guerra, mas com a literatura e a ciência como parte de sua cultivação da vida contemplativa. (Hofmann, 2008, p. 24).

A fala de Hofmann (2008) nos permite analisar a diferença situada entre o que eles pontuam como uma vida contemplativa e uma vida ativa. A segunda faz referência às ações promovidas pelo sujeito, enquanto a vida contemplativa perpassa a cultivação do conhecimento e cultura. Kristeller (1996, p. 197-213) argumenta justamente sobre essa sobreposição em relação às duas maneiras de conduzir a vida. Para o autor, Federico de Montefeltro é um indivíduo que conseguiu combinar e ter sucesso com uma vida ativa e contemplativa:

relevância em seu trabalho enquanto um *condottiere* e, ao mesmo tempo, enquanto um mecenas importante para o crescimento da cultura do período renascentista. Segundo Clough (1995, p. 19), é justamente esta dualidade que é empregada no imaginário de seu *studiolo*. Segundo a autora, o simbolismo da decoração do *studiolo* de Federico, e até mesmo o seu palácio em Urbino, estão associados com a imagem das duas vidas do *condottiere*.

Cheles (1991), ao estudar o *studiolo di Gubbio*, evidencia que o edifício fora utilizado não apenas para armazenar obras literárias e artísticas, ser um lugar de estudo e função do mecenato de Federico, mas também com a proposta de cumprir uma função propagandista do poder do *condottiere*. A arte, com isso, é utilizada como uma demonstração de poder político e intelectual. Esta afirmação é corroborada por mais um estudo de Cecil H. Clough (1995), “*Art as power in the decoration of the study of an Italian Renaissance Prince: The case of Federico da Montefeltro*”. Este aponta que o *studiolo* possuía uma primeira função que era ser apenas um *studiolo* em sua gênese, porém que, ao longo do tempo, o uso do cômodo havia sido mudado e foram justamente os elementos decorativos e obras ali expostas que evidenciaram o desenvolvimento da reconstrução imaginário do local.

Portanto, os estudos referentes à figura de Federico de Montefeltro, como fora analisado acima, perpassa por duas vertentes: a sua dimensão enquanto um *condottiere* renomado e político, e uma segunda enquanto seu trabalho de mecenato e um homem culto e sofisticado que procurou se cercar de obras clássicas e importantes para a cultura humanista do período do Renascimento. Porém, ao analisarmos os estudos realizados sobre o personagem em questão desta pesquisa, fica evidente que o desenrolar é em direção à dimensão do poder. E é justamente a dimensão na qual enquadramos o estudo realizado e exposto em sua amplitude no terceiro e último capítulo. Entretanto, para finalizarmos o tópico referente à figura de Federico, temos que nos ater em nossas fontes, sendo elas justamente cartas escritas pelo próprio Montefeltro.

3.3 As cartas políticas de um *condottiere* (1470 – 1480)

Enquanto fontes, as cartas nos apresentam possibilidades plurais de estudos e de entendimento. Tal qual o gênero de biografia ganhou seu reflorescimento na década de 1980, as cartas e suas coletâneas foram imprescindíveis para o desenvolvimento da biografia e dos estudos referentes. A cultura epistolar auxiliou para a compreensão do euhistórico. Com base no artigo da historiadora Teresa Malatian, observamos que “longe de serem espontâneas, as cartas ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentações de

si, numa imagem pessoal codificada.” (Malatian, 2009, p. 197). Ou seja, as cartas, trabalhadas enquanto fontes, permitem a quem as estuda um melhor entendimento de seus próprios autores e o contexto a qual estão inseridos. Como mencionado por Malatian:

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva. (Malatian, 2009, p. 200).

Em decorrência deste pensamento, o momento biográfico das cartas expressa as ações e os pensamentos dos indivíduos que as escrevem. Ao final, trabalham com um sistema elaborado de referenciais que, necessariamente, são relevantes aos estudos que possuem as cartas como suas fontes principais. (Malatian, 2009, p. 200).

Como mencionado anteriormente, a cultura epistolar nos proporcionou uma facilitação para encontrar os compêndios de cartas. Não diferentemente, as cartas de Federico de Montefeltro foram preservadas e, muitas delas, transformadas em obras. Na pesquisa em questão, é utilizada a obra organizada por Paolo Alatri, historiador italiano, chamada *Lettere di Stato e d'Arte (1470-1480)*, (1949). Ela compreende as cartas enviadas por Federico de Montefeltro durante o período, cujos assuntos permeiam temáticas políticas tratadas por diversas personalidades importantes da Itália Renascentista. Tratando-as como fontes, as cartas nos darão a oportunidade de compreender as relações diplomáticas exercidas pelo *condottiere* italiano Montefeltro. Porém, destacamos que o intuito do capítulo não é necessariamente expor por completo as cartas escritas por Federico, mas, sim, analisar as suas questões externas ao conteúdo apresentado. O cerne deste tópico é apresentar sua escrita, sua publicação e a utilização dessas fontes para outros estudos.

As cartas nos são caras para compreender as relações políticas que eram efetuadas na renascença italiana. Esta cultura epistolar, segundo Brigitte Diaz (2016, p. 11-12), é composta de “textos híbridos e rebeldes a quais identificações genéricas”, os quais iram fluir entre diversas categorias, como arquivos, documentos, fontes e testemunhos, por exemplo. Tornando-se, assim, inerente ao homem deste que se tornou privado e agregando características ao papel. De acordo com Maria Lúcia Andrade:

Desde a Antiguidade, a carta é talvez a tradição discursiva mais conhecida dado que se refere a uma prática social destinada ao intercâmbio, cuja função dominante é comunicar algo a outro indivíduo que está distante. A escritura de cartas é a atividade mais divulgada para materializar o desejo ou a

necessidade de interagir à distância, pois admite uma infinidade de temas e usos, diferentemente de outras tradições discursivas. (...) A carta obriga o enunciador a abrir, enquanto escreve, um espaço de diálogo com o interlocutor ausente. Ainda que haja particularidades entre os diversos tipos de cartas (...) em todas elas operam determinadas relações dinâmicas fundamentais que configuram a matriz epistolar; presença-ausência; oralidade-escrita; privado-público; envolvimento-distanciamento; fidelidade-traição; realidade-ficção.” (Andrade, 2010, p. 100-101).

Ou seja, as cartas desempenham um papel crucial como pontes de comunicação entre os interlocutores, criando um vínculo através de suas palavras. Elas se manifestam em variadas formas, cada uma refletindo a dinâmica da relação entre os comunicadores durante o processo de interação. Esse aspecto transforma a correspondência escrita em uma fonte valiosa para diversas áreas de pesquisa. Esta afirmação é apoiada por Fernando Munhós, que aponta “a carta, enquanto gênero discursivo oferecido aos pesquisadores como fonte documental de outros tempos e espaços, cumpre papel de relevo nas ciências humanas”. (2016, p. 336).⁴⁷ Segundo Diaz (2016, p. 15), originalmente, as cartas eram frequentemente utilizadas por literatos e carregavam consigo uma teoria literária elaborada. No entanto, com o avançar até o século XV, a escrita epistolar começou a adotar uma maior liberdade, marcando uma evolução significativa no seu uso e na sua forma.

Para quem a prática, constitui um dos raros espaços de experiência em que é permitido escrever —à sua maneira. À antiga retórica epistolar que requeria ao mesmo tempo o rigor da *dispositio* e a permanência da *elocutio*, opõe-se uma escrita não premeditada que toca os acordes engraçados da improvisação e da fantasia. (...) a carta deseja ser uma página de liberdade na qual se podem gravar os sulcos caprichosos de emoções efêmeras. (Diaz, 2016, p 22)

Outro ponto que nos é caro gira em torno da compreensão da valorização da carta enquanto uma comunicação escrita, a qual possui significados. Perpassando por este ponto, Geneviève Haroche-Bouzinac (2016) entende as cartas como instrumentos de transmissão de informações que se caracterizam enquanto documentos que revelam, muita das vezes, uma identidade, a relação social e cultural; podendo até mesmo ceder uma análise da prática literária do autor.

Portanto, com base em toda a informação a respeito da prática epistolar, ou seja, das

⁴⁷ Munhós ainda acrescenta referente ao gênero. “Como gênero pouco louvável, como escrita não ficcional – secundária na mentalidade editorial –, ou como portador da máxima maleabilidade que lhe é atribuível –, pode caminhar do estilo mais complexo e rebuscado ao mais simples e desleixado, sem nenhum entrave –, esse, que é dentre os dispositivos discursivos o mais comum e corriqueiro, foi também o mais subestimado. Não é como a poesia, que possui um valor —estético— em si, ou como o documento oficial, o despacho, produzido pelos poderes estatais e nacionais, de valor histórico inquestionável.” (Munhos, 2016, p 336)

cartas, entendemos que elas são testemunhos de um discurso humano e, por este motivo, ressaltam um contexto histórico e cultural em suas produções, e até mesmo nas recepções dessas cartas. Além de compreendermos que as cartas são afetadas pelas relações de poder, pela política, pela hierarquia empregada no contexto a qual ela está situada. Em síntese, o fator externo a ela também tem a sua importância e, ao utilizarmos enquanto fonte histórica, deve ser analisado.

Partindo das informações que trouxemos no decorrer desta pesquisa, destacamos que Federico de Montefeltro, como vimos anteriormente, fora um homem ilustre em diversos aspectos, seja na carreira militar, política e cultural. Uma figura proeminente do Renascimento Italiano. O *condottiere* destaca-se, em conjunto ao supracitado, como um espetacular escritor de cartas, possuindo um legado na cultura epistolar e principalmente na questão de codificação dessas correspondências. Ademais, as cartas escritas por essa figura histórica, abrange diversos tópicos, como política, organização militar, patronagem das artes, alianças políticas, estratégias de governos e até mesmo diplomacia com líderes da corte europeia. Apresentam um contexto que nos é caro para esta pesquisa.

Com isso, das cartas que serão analisadas no próximo capítulo, as principais foram escritas, ou recitadas, por Federico de Montefeltro. Podemos dividi-las em duas vertentes: as relacionadas diretamente com a Conspiração Pazzi e as cartas que possuem interesses diversos, mas que ao cerne de sua escrita expressam uma influência política e estão localizadas na base do poder. O compêndio de cartas escritas por Federico de Montefeltro, feito por Paolo Alatri com o nome *Lettere di Stato e d'Arte (1470-1480)*, transmite perfeitamente esta questão do poder, diplomacia e influência política proferida por Federico.

Capítulo 4 – As relações de poder: Montefeltro e a conspiração contra os Medici

4.1 *O papel político-militar de Federico de Montefeltro na Conspiração Pazzi*

Rémond (2003, p. 445) afirma: “estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.”. Essa perspectiva sugere que o domínio político serve como um palco onde se manifestam outras dimensões da história, como as vertentes social e cultural. Baseando-se nessa concepção, o campo político explora as dinâmicas de poder que, embora não estejam sempre vinculadas diretamente a um Estado, estão intrinsecamente ligadas à sociedade em estudo. Portanto, o estudo da história política fornece fundamentos sólidos para entender fenômenos políticos em uma escala mais ampla. Dessa maneira, torna-se possível analisar e fundamentar as relações de poder características da Itália renascentista do final do século XV.

Como discutido no primeiro capítulo, exploramos em detalhe as numerosas manobras que culminaram na Conspiração Pazzi. Agora, com essa base estabelecida, podemos aprofundar nossa compreensão do intrincado jogo de alianças e influência política que marcaram esse período, destacando especificamente o papel desempenhado por Federico de Montefeltro. Este tópico visa analisar as responsabilidades atribuídas a Federico durante a conspiração contra os Medici, enfocando sua importância como condottiere a serviço do rei de Nápoles e do Papa Sisto IV. Investigaremos, por meio das fontes disponíveis, sua participação nesse complô e como um conjunto de cartas revela as complexas intrigas políticas que moldaram o cenário da Conspiração Pazzi.

No estudo realizado por Marcello Simonetta (2009), o historiador procura evidenciar justamente a participação de Federico de Montefeltro no que viria a ser a Conspiração Pazzi. Sua tese é apontar Federico enquanto o primeiro conspirador. Mas esta afirmação abre portas para outros estudos, como este, que procuram compreender a relevância política de Montefeltro tanto na própria conspiração quanto em uma Itália renascentista diversificada. Em seu livro, o principal argumento para tal afirmação é justamente a relação do duque de Urbino com Cicco Simonetta, e as correspondências realizadas por ambos foi o indicativo para tal. Vemos que, para Simonetta, Federico orquestrou para que a Conspiração Pazzi acontecesse. O autor coloca-o como um dos primeiros conspiradores. Não entraremos nesta discussão, porém, com seu estudo, é possível progredir em relação a analisar e compreender as ações políticas que Montefeltro realizou.⁴⁸ Simonetta menciona:

⁴⁸ Algo que prosseguiremos realizando nos outros dois tópicos deste último capítulo da dissertação

Com o enfraquecimento da aliança entre Veneza, Milão e Florença diante da frente unida formada pelo rei de Nápoles e o papa Sisto IV, o duque de Urbino, servindo os dois últimos poderes como capitão mercenário, desejava estar no centro de qualquer acordo decisivo na Itália. Se ao menos ele pudesse persuadir o regente milanês a mudar de lado, o resultante isolamento de Florença permitiria que ele e seus patronos exercessem enorme pressão sobre os irmãos Medici, Lourenço e Giuliano. Eles conseguiriam expulsar de Florença – de modo violento ou não – aqueles dois jovens ricos e influentes e substituí-los por um grupo de governantes mais complacentes. O duque de Urbino estava preparando o terreno para o que viria a ser a conspiração Pazzi, muito antes de sua efetiva realização. (Simonetta, 2009, p. 61).

A primeira correspondência analisada é endereçada a Cicco Simonetta⁴⁹, fazendo referência à relação que Milão possuía com Florença. Esta primeira carta de Federico de Montefeltro a Cicco Simonetta demonstra uma clara tentativa de persuasão ao regente milanês sobre a figura de Lorenzo de Medici. Em um primeiro momento, aponta um enfraquecimento na Liga Geral⁵⁰, composta por Milão, Florença e Veneza.

Não obstante, estou apenas julgando o que é bom e honrado para ambas as partes, e acima de tudo para aquela que se encontra em grave e urgente necessidade. Embora todos os motivos pelos quais os duques de Milão não podeis vos apoiar na Signoria de Veneza mereçam ser considerados com mais prudência, e nós talvez os aceitemos como absolutamente verdadeiros e sem nenhuma contradição, eu não consigo gostar minimamente do fato de que o Estado de Milão esteja se apoiando somente em si próprio ou na aliança com Lorenzo, a qual não é segura, e é de fato extremamente perigosa, como messer Cicco sabeis melhor do que eu. Vós e vosso filho Gian Giacomo não podeis encontrar nenhum fundamento na amizade e benevolência de Lorenzo, o qual não se importa nem um pouco com a paz e o progresso do Estado milanês. (...) Quero que estejais seguro de que o rei [de Nápoles] sempre foi da opinião de que, no Estado milanês, jamais poderia ter havido uma pessoa mais adequada aos requerimentos da tarefa de que Vossa Magnificência.

– Gubbio, segundo dia de julho de 1477, Federicus dux etc.

PS: A ‘liga geral’ [Milão, Florença e Veneza] não pode obter sucesso a menos que Lorenzo seja avisado de que não se permitirá que ele governe o Estado de Florença, e que ninguém estará acima do rei de Nápoles (o rei não se submeterá à vontade de ninguém). (Montefeltro, 1477).⁵¹

O duque Urbino, por suas constantes trocas de cartas com o regente, sabia a instabilidade

⁴⁹ Segundo Marcello Simonetta (2009, p. 29), a qual é um descendente deste personagem, argumenta que a relação de Cicco com Milão inicia-se com o controle de Francesco Sforza sobre o pequeno feudo a qual Cicco nascera. Estudou direito e fora mestre em grego e latim. Mas, por volta de 1430, passara a servir os Sforza enquanto secretário e conselheiro. E é devido a isto, que Federico de Montefeltro mantivera constante contato com o personagem, que neste momento nos é tão caro.

⁵⁰ Neste caso, a Liga Geral, faz referência a parceria proferida entre as cidades-Estados citadas: Florença, Veneza e Milão.

⁵¹ Cf. Simonetta, 2009.

política que ocorria no período dentro do setor político do ducado de Milão⁵², ao mencionar: “Não obstante, estou apenas julgando o que é bom e honrado para ambas as partes, e acima de tudo para aquela que se encontra em grave e urgente necessidade”. O *condottiere* falara justamente de Milão, assim, em seguida, incitara uma união de Milão com Nápoles.

Adiante, expõe seu rancor a Lorenzo: “eu não consigo gostar minimamente do fato de que o Estado de Milão esteja se apoiando somente em si próprio ou na aliança com Lorenzo, a qual não é segura, e é de fato extremamente perigosa” e persevera ao admitir em seu *post-scriptum* a tentativa clara de tirar Lorenzo do governo florentino, alertando Cicco Simonetta de seu envolvimento com a *signoria*. A carta apresenta-se como um tipo alerta ao regente milanês para suas relações de aliança com Lorenzo, aludindo-o a se aliar ao rei de Nápoles. Mas, principalmente, demonstrando o risco em continuar ao lado do estadista florentino.

Em síntese, a carta exposta acima apresenta um julgamento e uma proposta política a qual interessaria ambas as partes no jogo política de uma Itália tão diversa. Como vimos no capítulo passado, Montefeltro era um homem culto, sofisticado e letrado. Portanto, sua abordagem demonstra uma investida retórica com o intuito de reafirmar a confiança e autoridade moral sobre Cicco. Tinha a finalidade de alcançar seus objetivos, que neste caso era que Milão não se sustentasse apenas na amizade com Lorenzo de Medici. É justamente a partir desta aliança entre o ducado de Milão e a república Florentina que Federico tece críticas a esta aliança, intitulando-a como instável. Por isso, argumenta em favor de seu maior empregador: o rei de Nápoles, Fernando de Aragão. Além disso, a carta nos desperta atenção sobre a visão de personalidade e eloquência de Federico para introduzir suas ações políticas.

Porém, a carta que comprova a participação de Federico de Montefeltro sobre a Conspiração Pazzi, caracterizando-o como um dos conspiradores, é aquela escrita para Agostino Staccoli e Piero Felici.⁵³ Os dois eram enviados de Montefeltro a Roma, ou seja, seus contatos na cidade. Assim, não precisaria enviar cartas diretamente ao Papa Sisto IV; como um mecanismo de defesa para caso de ser interceptada. A carta conspiratória se originou pelo encontro do duque de Urbino e Lorenzo Giustini em 14 de fevereiro de 1478 no *studiolo* de Montefeltro em Urbino. Giustini era um dos seguidores de Girolamo Riario, um dos principais

⁵² A instabilidade política que ocorria em Milão, é devido ao fato da morte de Galeazzo Maria Sforza (1444-1476), através de uma outra conspiração. Após a morte do duque de Milão, quem assumiria seria seu filho mais velho Gian Galeazzo Sforza, porém, possuía apenas sete anos na época, e em decorrência disto, Cicco Simonetta enquanto o principal conselheiro e secretário do duque morto, assumiu a regência momentânea de Milão, juntamente com a esposa de Galeazzo, Bona de Savoya. E por este motivo, que no contexto da Conspiração Pazzi, as tratativas políticas com Milão eram realizadas com Cicco Simonetta, até o momento a qual Gian Galeazzo Sforza assumisse o ducado. (Simonetta, 2009, p. 29-42).

⁵³ Felici participava das reuniões da Cúria e Staccoli trabalhava como embaixador do ducado de Urbino em Roma.

conspiradores.⁵⁴ Esta carta atualmente é preservada em Urbino nos arquivos da família Ubaldini.⁵⁵ A carta se inicia:

Meus queridos senhores. O messer Lorenzo Giustini esteve aqui e, tendo compreendido o que ele disse e examinando qual o melhor caminho a se tomar entre o rei e o conde, nós chegamos a esta conclusão, de que seria mais conveniente para Sua Santidade tomar o caminho do rei em vez do caminho do conde por muitas razões e, principalmente, com relação ao assunto principal [a conspiração contra os Medici], o qual está tão avançado, que vale a pena verificar se será bem-sucedida ou não. Se for bem-sucedido e acontecer de acordo com nossa intenção e objetivo, é necessário que esta [Florença] esteja sob Sua Santidade e o rei, tendo em vista que aqueles amigos [os Pazzi] não poderão confiar nos poderes aos quais são hoje aliados [a liga geral] e, sob este e qualquer outro ponto de vista e razão existente, é necessário que eles tomem o caminho oposto àquele que tomaram até agora, porque esses outros poderes aos quais estão aliados interpretarão muito mal este fato. Se o negócio não for bem-sucedido ou for descoberto, não há dúvida de que haverá grande inimizade para com nosso papa, não apenas dos florentinos, mas também dos poderes que estão aliados a eles; e neste caso sua Santidade estará absolutamente obrigada a ter o apoio do rei e, por esta razão, acredito que isso seria bom, e portanto podeis dizer ao papa em meu nome que quanto mais cedo melhor para executar qualquer coisa que deva ser feita juntamente com o rei, pois deste modo não pareceria que o papa e o conde estão obrigados a tomar o caminho do rei por necessidade. Em qualquer situação, aparentemente é melhor para o papa, e também para o já mencionado conde, tomar o caminho do rei, por cuja razão parece a me fazer o que pudermos em favor dos amigos [Pazzi], de modo que prevaleçamos e que as coisas corram bem, sem nenhuma hesitação ou reserva ou o que quer que seja, uma vez que eu possivelmente pensaria diferente se o negócio não estivesse tão avançado. Informarei a messer Lorenzo [Giustini] quanto dos meus homens de infantaria e cavalaria posso fornecer a ele daqui, tanto em palavras como em efeito, para agir mais rapidamente, e quantos eu poderia fornecer a ele um pouco mais de tempo; e, depois disso, enviarei uma pessoa de confiança a Siena; sem dizer ou fazer nada, ele ficará lá até que a coisa aconteça e, assim que acontecer, solicitarei as tropas daquela Signoria, pois estou certo de que eles não as recusarão, estando tão próximos e praticamente no lugar certo. (...) Agradecei tanto quanto possível a Sua Santidade e ao conde pela bela e rica joia que Sua Santidade foi tão bondoso em enviar como presente a Guido. Este presente é o maior obséquio e gentileza que Sua Santidade já fez por mim, pois dá-la a Guido foi como se houvesse dado todas as coisas gratificantes a mim mesmo. E certamente se poderia haver dito que Guido participou do ocorrido em Montone, uma vez que ele veio até o campo e, logo após sua chegada, nós conquistamos a cidade; portanto, agradecei a Sua Santidade enormemente e ao conde, como dissemos mil vezes. (Montefeltro, 1478).⁵⁶

Ao examinarmos o conteúdo da carta, conseguimos identificar os elementos da abordagem política empregada no documento. Ela expõe claramente que Federico sabia de todo

⁵⁴ Giustini se tornou uma ponte entre os conjuradores romanos e Federico. Ele era o agente de maior confiança da família Riario. Cf. Simonetta, op cit p. 102.

⁵⁵ Arquivo esse é dedicado ao meio-irmão de Federico, Ottaviano Ubaldini.

⁵⁶ Federico de Montefeltro a Piero Felici e Agostino Staccoli, Urbino, 14 de fevereiro de 1478 (Ubaldini)

o plano contra os irmãos Medici e, acima de tudo, influenciou a conjuração com o intuito de favorecer seu empregador: o rei de Nápoles. Montefeltro apoiou a conspiração em forma de ajuda militar, além de oferecer o apoio militar de Siena. O duque de Urbino se tornou a ponte entre os conspiradores de Roma e Fernando I de Aragão. Fora justamente o *condottiere* que auxiliara todo o esquema, além de planejar em conjunto como deveria ocorrer tais atos.

Ao aprofundarmos a análise do conteúdo da carta, fica evidente a preocupação de Federico com a estabilidade política do contexto em que estava inserido, atuando tanto como empregado de Fernando de Aragão quanto como conselheiro do Papa Sisto IV. “Se o negócio não for bem-sucedido ou for descoberto, não há dúvida de que haverá grande inimizade para com nosso papa”. Ou seja, ocasiona uma instabilidade e perda do equilíbrio de poder. Em outro momento da carta, temos a afirmação da atividade militar e organizacional da milícia para que ocorra a Conspiração. “depois disso, enviarei uma pessoa de confiança a Siena; sem dizer ou fazer nada, ele ficará lá até que a coisa aconteça e, assim que acontecer, solicitarei as tropas daquela *Signoria*, pois estou certo de que eles não as recusarão, estando tão próximos e praticamente no lugar certo.”. Para Simonetta (2009), Federico fora um idealizador da Conspiração. Porém, ao analisarmos as fontes, vemos que, além manipular as redes de relações políticas da Itália renascentista, essa figura histórica teve um grande papel como organizador militar. Ademais, outro ponto que a carta nos traz é a capacidade de Federico de manipular diversos personagens políticos e alianças formadas com a busca de seus próprios interesses políticos. Isso demonstra sua flexibilidade e adaptação política.

Perante toda a descrição relatada acima, temos ainda outra carta que faz relação com a guerra após o fracasso da conspiração. Como foi visto no primeiro capítulo, após o atentado, Lorenzo continuou no poder e houve uma guerra do Papa Sisto IV, apoiado pelo rei de Nápoles, contra Florença. Nesta carta, Federico escreve ao Papa Sisto IV, referente à ajuda que fora solicitada pelos florentinos aos perugianos, aliados da Cúria.⁵⁷

Santíssimo e beatíssimo Pai etc. Recebi com toda reverência possível o breve de Vossa Santidade, pelo qual me é ordenado o que devo fazer junto aos Peruginos, devido à adesão solicitada pelos florentinos e seus aliados. De fato, já tenho como certo que Vossa Santidade foi informada pelo Reverendo Governador de Perugia sobre a resposta dada por eles. No entanto, escrevi ao mesmo Reverendo Governador minha opinião: e para não prolongar em palavras que possam causar aborrecimento a Vossa Santidade, transmiti a ele, Senhor Agostinho, tudo o que me ocorreu sobre este assunto e que ele próprio dirá a Vossa Santidade, a quem dedico diligentemente e humildemente meus respeitos. Do fiel servo de Vossa Santidade e de Sua Beatitude, Federico,

⁵⁷ Cf. BONAZZI, Luigi. Storia di Perugia. Vol I. Perugia: Tipografia di Vincenzo Santucci. 1875, p. 691-92.

Duque de Montefeltro etc. (Montefeltro, 1478).

Após o evidente fracasso do plano para alterar o governo de Florença, Federico agiu rapidamente para distanciar-se do evento, expressando condolências a Lorenzo pela morte de Giuliano e negando qualquer envolvimento na conspiração. No entanto, uma carta datada de primeiro de maio de 1478 revela nuances interessantes. Nela, Federico expressa suas condolências a Lorenzo, mas o tom usado sugere mais uma tristeza por não ter alcançado certos objetivos do que propriamente pesar pela tragédia ocorrida. Na carta, ele escreveu:

Não obstante, tendo as coisas acontecido da forma como aconteceram, por meio da divina graça e virtude de Vossa Magnificência e do extraordinário amor e fé demonstrados por esse povo magnífico e por vossos amigos, deveis contentar-vos e agradecer a Deus! (Montefeltro, 1478).⁵⁸

A carta a Lorenzo é permeada por uma retórica que enfatiza a sorte que ele teve em escapar do atentado. Não o bastante, tentando salvar sua aliança com Cicco Simonetta, escreveu outra carta ao mesmo com a intenção de deixar explícito a sua não participação no esquema.

Esta situação em Florença, a qual conheceis, causou-me e ainda me causa um grande desgosto por diversos motivos, fato que comuniquei também ao Magnífico Lorenzo de Medici em resposta a sua carta. E certamente, por mais horrendo que tenha sido o caso, este pode ser mais bem compreendido por meio da grande intensidade de ofensas recebidas que levam outros a se colocarem em tamanho perigo, como o fizeram esses miseráveis da família Pazzi. Eles não consideraram ou temeram a morte ou a completa destruição de sua linhagem. Para ser sincero, Lorenzo de Medici, em algumas situações, deixou-se ir além da razão, e não somente contra os Pazzi, mas também contra o papa, e por isso aconteceu o que aconteceu. Entretanto, estou certo de que tudo isso ocorreu sem o conhecimento de Sua Santidade, isto é, de que ele não sabia ou não consentiu que ninguém fosse morto. Contudo, há algum tempo estou ciente de que talvez Sua Santidade não teria se importado, ou teria de fato apreciado e gostado muito de uma mudança de regime em Florença. Se eu houvesse sido informado dessa conspiração, não teria sido lícito de minha parte fazer alguma coisa a não ser mantê-la para mim em segredo, uma vez que sou primordialmente um soldado do papa e do rei de Nápoles e sou pago por seu dinheiro, o que me torna leal e obediente a eles. Tampouco deveria haver alguém que pensasse diferente, pois eu seria um homem mau se propagasse algo comunicado a mim confidencialmente por meus patronos. (...) Sinto muito pelo que aconteceu, mas agora vos digo que, se não for encontrado uma solução para que o equilíbrio seja facilmente restabelecido, não tardará muito para que as coisas fiquem tão ruins que já não terão conserto, levando toda a Itália à guerra, uma situação que não é desejável, e tampouco uma situação que eu desejaria de maneira alguma. (Montefeltro, 1478).⁵⁹

⁵⁸ Federico de Montefeltro a Lorenzo de Medici, Urbino, 1º de maio de 1478 (MAP XLV 284), publicado em Viti, *Lettere familiari*, p. 484-85.

⁵⁹ Federico de Montefeltro a Cicco Simonetta, Urbino, 8 de maio de 1478 (ASMi PE Marca 149).

Ao examinar a carta, percebe-se que o objetivo de Federico era não apenas manter sua aliança com Cicco Simonetta, mas também minimizar sua aparente participação em todo o esquema. Ele sugere a Simonetta, um aliado próximo de Lorenzo, que busque estabelecer a paz, evitando confrontos com a autoridade papal e o poder do rei de Nápoles. No entanto, uma reviravolta surge com a admissão de envolvimento por parte de um membro do círculo interno de Montefeltro. Federico Galli⁶⁰, secretário do duque de Urbino, enviou uma carta contraditória ao filho de Cicco Simonetta, Gian Giacomo, revelando nuances do envolvimento de Montefeltro que complicam a narrativa que Federico tentava apresentar.

Sua senhoria afirma que, no início, ele tentou dissuadir o rei e o papa de realizar este feito por sua natureza maléfica e escandalosa. Mas depois de ver que isso foi mal-recebido e que as águas já estavam rolando ele calou a boca e fechou os olhos, esperando e acreditando que a conclusão de seu condotta com a Liga abrandaria a ira de alguns, fazendo-os esquecer e deixar de lado sua brutalidade, principalmente porque eles pareciam estar bastante entusiasmados a respeito disso. Como sabeis, ocorreu exatamente o contrário, pois eles transformaram seu condotta em um negócio mercantil, e sob sua bandeira cometeram este delito, e o fizeram [ao duque] parecer um bruto, envergonhando-o. Ele confiou no papa a fim de se justificar ao rei com mais veemência, mas Sua Santidade conferiu a ele a bela honra de envergonhá-lo. (...) eu respondo que poderia, talvez, ser o caso de que alguém como nosso uniforme tenha sido visto por perto, pois muitos dos que o vestem não são homens de meu Senhor ou contratados por ele, como pode ser claramente notado, mas alguém do território de meu Senhor, isto é, seus soldados ou alguém mais lutando por ele. Estejais certo de que, meu Senhor, afirma que esta não é a verdade, e que nunca se descobrirá que ele esteve envolvido de forma alguma no evento acima mencionado.

– Urbino, 13 de maio de 1478.

P.S. Alguns mercadores e outros dos nossos que estiveram em Florença no mento deste evento retornaram a Urbino; eles relatam ser verdade que em Florença se disse que alguém estava usando o uniforme do duque de Urbino, mas então fez-se uma comparação e se descobriu que não era aquele do que de Urbino, e está é a verdade de fato. (Galli, 1478).⁶¹

Conseguimos entender que Federico Galli, em sua carta, aborda que Montefeltro sabia de toda conspiração contra a família Medici. Entretanto, o secretário tenta dissuadir o filho do regente milanês sobre a não participação efetiva de seu senhor, colocando-o em segundo plano dentro de todo o esquema, apenas como um *condottiere* dos personagens envolvidos, mas não

⁶⁰ Angelo Federico Galli, nasceu em Urbino em 1420, morrendo em 1496. Fora um cavaleiro e poeta petrarquista, entretanto, fora como secretário de Federico de Montefeltro que acompanhou, e obteve diversos feitos políticos. Anteriormente a Federico, participava da corte de seu pai e seu meio irmão. (Ugolini, 1859, p. 31-32).

⁶¹ Federico Galli a Gian Giacomo Simonetta, Urbino, 13 de maio de 1478 (ASMi PE Marca 149).

participativo dentro do esquema arquitetado contra os Medici. Por essa razão, a carta se torna contraditória em relação às primeiras de Federico de Montefeltro a Lorenzo e Cicco. O secretário menciona que soldados do *condottiere* não participaram da tentativa de assassinato ou ajudaram na investida, porém a carta direcionada a Staccoli e Felici comprova claramente o apoio militar oferecido pelo *condottiere* para todo o plano arquitetado.

Dessa forma, as cartas destacam vários aspectos que foram escondidos dentro da história por muito tempo. Montefeltro é inserido como um *condottiere* do papa e do rei de Nápoles. Mas as cartas apontam muito mais. Federico foi um colaborador e *condottiere* contratado para agir na guerra declarada a Florença, mas, sobretudo, era um dos idealizadores. Ou seja, por meio dessas correspondências, podemos analisar as manipulações executadas por Federico de Montefeltro, visando as dinâmicas políticas e sociais do período.

Portanto, concluímos que, como apontado por Simonetta (2009), Federico fora um dos primeiros idealizadores da Conspiração Pazzi. Porém, iremos além. Esta pesquisa demonstra, com relação à Conspiração Pazzi, que Federico fora um articulador militar e uma ponte de contato entre o Papa Sisto IV e o rei de Nápoles, encaminhando informações importante sobre o ocorrido. Em síntese, em um jogo político, com diversos times se enfrentando em numerosas batalhas, dentro de abundantes territórios, Federico de Montefeltro fora mais um grande jogador político.

4.2 Conexões políticas: os contatos governamentais de um condottiere italiano do renascimento

As cartas, ao longo da história, emergiram como ferramentas cruciais para a comunicação humana, desempenhando um papel vital tanto na gestão de relações entre Estados quanto entre indivíduos. Durante o Renascimento, essa forma de comunicação não foi exceção. Devido à sua importância, tratava-se com grande cautela, garantindo que a informação contida atravessasse com segurança grandes distâncias até alcançar seus destinatários. Simonetta (2009, p. 38) destaca essa precaução, ressaltando a relevância dos cuidados em um período marcado por intensas trocas de correspondências.

A ideia deste tópico é descrever as relações políticas gerenciadas por Federico de Montefeltro para com outras personalidades políticas da Itália, mas principalmente as realizadas fora do país, na além-fronteira. Há a consciência do relacionamento do *condotta* com diversos estadistas e, por isso, analisaremos de uma forma mais profunda as relações construídas por Federico em diversos territórios da Itália e do exterior. Pois, dessa forma, poderemos analisar a

influência política que o *condottiere* apresentou nesses mesmos espaços territoriais.

Em “*Lettere dalla Curia Diplomazia e politica nei carteggi e nei libri di lettere del Rinascimento*”, Simonetta (2023) concentra-se em examinar as correspondências que, de forma geral, foram escritas durante o período do renascimento. Obviamente, não há a intenção de ser um compêndio que entregue todas as epístolas escritas no período, mas sim dispor as correspondências enquanto uma ferramenta vital para a diplomacia e política no período do Renascimento. Elas permitiam a comunicação entre governantes, diplomatas e figuras importantes para a dimensão do poder. Concordamos com as afirmações dispostas por Simonetta no livro de análise a respeito do papel que as cartas possuem neste período renascentista. Em decorrência disto, passamos a analisar as cartas que Federico de Montelfetro escreve para as suas diversas conexões políticas para além península itálica. Alatri destaca que, dadas as circunstâncias, é incerto se estas cartas foram pessoalmente escritas por Federico, mas é mais plausível que ele ditasse ou indicasse o conteúdo a ser incluído. Ou seja, por mais que algumas delas não tenham sido escritas diretamente por ele, todas elas “não eram iniciadas sem a intervenção pessoal do duque.”. (Alatri, 1949, p.x)

A coleção de cartas organizada por Paolo Alatri revela uma série de correspondências de Federico de Montefeltro dirigidas a figuras internacionais proeminentes, incluindo o rei Eduardo IV da Inglaterra, para quem Federico enviou oito cartas, conforme detalhado no livro. A diversidade dessas epístolas, destinadas a diversos estadistas, ilustra a extensão da rede diplomática de Federico, destacando sua habilidade em manter relações com importantes figuras políticas europeias. Esse intercâmbio frequentemente envolvia uma troca de honrarias, evidenciando uma diplomacia que transcendia as fronteiras italianas. Uma carta em particular nos mostra claramente essa relação de reciprocidade entre Federico e Eduardo IV, enfatizando a complexa dinâmica de suas interações diplomáticas.⁶²

Caríssimo Senhor Rei e ilustre Senhor, singularmente distinto, após as humildes saudações. Por intermédio do magnífico cavaleiro, o senhor Bartolomeu, embaixador de Vossa Majestade, cuja recente visita tive a honra de receber, como anteriormente relatei, recebi o esplêndido presente que, em nome de Vossa Majestade, foi gentilmente oferecido a mim meses atrás. Expresso minha mais profunda gratidão por tão generoso gesto, embora seja inadequado expressar ou retribuir devidamente à Vossa Majestade, cuja dignidade é superior a qualquer rei. No entanto, a imensa alegria e a honra que isso me proporcionou são testemunhos suficientes da grandiosidade de Vossa Majestade; e a magnífica generosidade e liberalidade inata de Vossa Majestade me mostraram quão prontamente deveria aceitar tal presente. Após

⁶² Apartir desde momento, todas as cartas aqui expostas estão presentes no livro de cartas “*Lettere di Stato e D’Arte* (1470–1480)”, com organização de Paolo Alatri.

explicar isso e muito mais em detalhes ao magnífico Senhor Bartolomeu, serei mais conciso em minha comunicação com Vossa Majestade. Tive o prazer de encontrar o Senhor Bartolomeu e o recebi com todo afeto, não apenas por ser o mensageiro e embaixador de Vossa Sereníssima Majestade, cuja honra e estima devem ser minhas prioridades, mas também por ser dotado de todas as virtudes e adornado com os mais excelentes costumes; e testemunhado pelo sereníssimo Rei da Sicília, ele foi julgado digno de ser enviado por Vossa Majestade. Além disso, ele foi muito apreciado pelo Sumo Pontífice, de tal forma que é difícil expressar o quanto estou grato por seu afeto. Ele próprio relatará mais detalhadamente minhas palavras; também apresentará e expressará o respeito em meu nome à Vossa Majestade, quando minha presença pessoal não for possível, o que teria feito com ainda mais prazer; e eu teria feito isso sem restrições de qualquer espécie. Relacionei e refleti sobre essas condições várias vezes e elas permanecem firmemente gravadas em minha mente, e não deixarei de observá-las com a maior diligência; sempre me esforçarei para garantir que, se não puder corresponder devidamente à magnanimidade e à dignidade de Vossa Majestade devido às minhas limitações, pelo menos não haja arrependimento por ter concedido tal honra e favor a mim. Por Vossa Majestade, como por nosso santíssimo Senhor, a quem sou servo natural e súdito, e como pelo Sereníssimo Rei, meu Senhor, da Sicília, com seu irmão, estou prontamente disponível para oferecer todo o meu estado e pessoa sempre que necessário ou desejado; embora eu reconheça que, ao fazer isso, não consigo nem uma fração do que devo a Vossa Majestade, a quem humildemente me submeto e para quem constantemente desejo toda a segurança e felicidade, bem como para a Sereníssima Rainha, sua consorte, e seus ilustres filhos, especialmente o ilustre príncipe, seu primogênito. (Montefeltro, 1475).⁶³

Nesta carta de Federico, direcionada ao rei da Inglaterra, o *condottiere* expressa um profundo agradecimento por ter sido consagrado com uma insígnia da “*Most Noble Ordere of the Garter*” ou, em português, Nobilíssima Ordem da Jarreteira⁶⁴. Esta foi concedida a ele pelo rei Eduardo IV. O fato de Federico de Montefeltro ter sido presenteado com uma insígnia da ordem nos mostra o tamanho da influência e prestígio no exterior, além de realçar sua importância política e militar no território italiano.

Para além disso – e ainda mais importante para a nossa pesquisa –, demonstra a influência de Federico, que se estende para regiões exteriores ao território italiano, em um âmbito internacional. As palavras escolhidas por Federico refletem a linguagem polida e as convenções sociais da época, mas uma análise mais profunda revela a habilidade de Montefeltro em entrelaçar gestos pessoais com política ao lidar com líderes estrangeiros. “estou prontamente disponível para oferecer todo o meu estado e pessoa sempre que necessário ou desejado; embora eu reconheça que, ao fazer isso, não consigo nem uma fração do que devo a Vossa Majestade, a quem humildemente me submeto e para quem constantemente desejo toda a segurança e

⁶³ Carta de Federico de Montefeltro a Eduardo IV, rei da Inglaterra. 1475.

⁶⁴ É uma ordem militar de cavalaria britânica.

felicidade.”. Em resumo, a diplomacia de Montefeltro revela seu astuto jogo político internacional. Enquanto suas correspondências com governantes italianos são diretas e assertivas, suas comunicações externas adotam uma postura de submissão, mostrando-se sempre pronto a servir como um súdito leal.

Afirmção esta corroborada com as outras cartas que encontramos na coleção de Paolo Alatri, como cartas direcionadas a Fernando II de Aragão, o rei da Espanha, e a Luís XI, rei da França. Como mostraremos a seguir:

Sereníssimo. Não duvido que Vossa Majestade tenha plena ciência da extensão e natureza da minha fidelidade e serviço, que mantive e mantenho em relação à Sereníssima Família Real de Ragusa e especialmente à pessoa de Vossa Majestade, que é preeminente em todas as virtudes. Sempre esperei e desejei ver e conhecer os felizes sucessos que já foram amplamente reconhecidos e são atualmente os mais esplêndidos. Nesse sentido, quando recentemente compreendi que Vossa Majestade foi gloriosamente elevada ao domínio desse ilustre Reino, Vossa Majestade pode facilmente imaginar quanto isso me encheu de alegria e satisfação, o que certamente não poderia ter sido maior, principalmente porque para os próprios servos é suficiente desfrutar dos desejos de seus príncipes, mesmo quando não esperam nada de bom disso. Portanto, suplico sinceramente a Deus Todo-Poderoso que, pela sua imensa bondade e singular virtude, Vossa Majestade seja digna de preservar a sua pessoa incólume e todos os seus reinos e família com esses sucessos mais felizes, que ela poderia sempre desejar, ou que os mais fiéis servos de Vossa Majestade possam alcançar, a quem me dedico diligentemente e humildemente. (Montefeltro, 1479)⁶⁵

A troca de cortesias e reconhecimentos entre ambos os governantes ilustra perfeitamente a complexa rede de relações políticas e diplomáticas que circundavam os líderes europeus do renascimento. Portanto, as cartas não nos fornecem apenas o seu conteúdo em si, mas apresentam-nos a habilidade diplomática empregada por Montefeltro ao mencionar “Vossa Majestade foi gloriosamente elevada ao domínio desse ilustre Reino, (...) isso me encheu de alegria e satisfação”.

Em cada correspondência, sua influência política além da península itálica ressalta a posição central de Montefeltro na política renascentista. As afirmações anteriores destacam claramente a natureza diplomática de suas relações, principalmente com o rei Eduardo IV, em busca de benefícios próprios. No entanto, em outras cartas, observamos Federico atuando como intermediário entre o rei da Inglaterra e o pontificado de Sisto IV.

Sereníssimo Rei etc. Tendo recebido recentemente as cartas de Vossa Majestade, repletas de graça e extrema benevolência, julguei ser de suma

⁶⁵ Carta de Federico de Montefeltro a Luís XI, rei da França. 1479.

importância informar Sua Santidade sobre a graciosa disposição de Vossa Majestade e sua excelente vontade para com ele e a Santa Igreja Romana, o que prontamente fiz; e, como resultado, Sua Santidade enviou uma resposta, cujo conteúdo Vossa Majestade verá neste breve que acompanha estas letras. Por meio deste breve, Vossa Majestade poderá facilmente perceber quão agradável foi a mente de Sua Santidade e o carinhoso propósito em relação a Vossa Majestade, bem como a ótima intenção e disposição dele para com Vossa Majestade. Sinto-me imensamente obrigado a Vossa Serenidade pela graça e pela honra com que me afetou profundamente, de tal maneira que jamais poderia ser dito, nem mesmo eu seria capaz de fazer o suficiente em retribuição. No entanto, estou sempre pronto para fazer tudo o que qualquer servo poderia dever ao seu senhor em prol de Vossa Majestade, e assim suplico a Vossa Majestade que se digne de me instruir, a quem humildemente me submeto. (Montefeltro, 1476).⁶⁶

Ou seja, as tratativas diplomáticas em relação à política não apenas perpassam seu caminho, mas alcança as tratativas que viriam a ser do Papa Sisto IV para com os outros governantes externos do território italiano. E isto não se resume apenas ao governante inglês. Como já vimos, houve diálogos, por exemplo, com os reis da Espanha e da França. Além disso, no compêndio de cartas realizado por Alatri, há correspondências para Matias I, da Hungria. Desta forma, estabelecemos que Federico de Montefeltro possuía uma gama de interlocuções com políticos importantes por toda Europa.

Em síntese, notamos que o teor dessas cartas se entrelaça profundamente com práticas diplomáticas, servindo não apenas os interesses dos estadistas mencionados, mas também almejando fortalecer os laços com o Papa Sisto IV. Como tivemos o claro exemplo nesta última carta exposta: “Por meio deste breve, Vossa Majestade poderá facilmente perceber quão agradável foi a mente de Sua Santidade e o carinhoso propósito em relação a Vossa Majestade, bem como a ótima intenção e disposição dele para com Vossa Majestade.”. Assim, a diplomacia é empregada como ferramenta para assegurar a estabilidade política não só do próprio território de Montefeltro, mas também dos domínios do seu senhor, o rei de Nápoles, e do pontífice.

4.3 Itália sob influência: a política de Montefeltro

Neste tópico, por fim, discutiremos mais a fundo as fontes propostas na pesquisa. A ideia, neste ponto, é de analisar o domínio político e de persuasão proferido pelo *condottiere* perante outros componentes da política italiana.

Ao explorarmos as cartas de Federico de Montefeltro, mergulhamos em uma densa trama da vida política, intelectual e cultural que ele orquestrava durante um período marcante

⁶⁶ Carta de Federico de Montefeltro a Eduardo IV, rei da Inglaterra. 1476.

para a Europa, especialmente para a Itália: o Renascimento. Esse estudo revela não apenas os conflitos e alianças da época, mas também a extensão do impacto desses eventos. As numerosas cartas de Montefeltro, muitas das quais já discutidas, estabelecem conexões com diversas áreas, incluindo o mecenato artístico e o círculo dos escritores humanistas, e mais profundamente na esfera política.

No subtítulo anterior, vimos exatamente as cartas de Montefeltro no âmbito da política, entretanto em um sub-âmbito, que fora a prática de diplomacia com os demais estadistas da Europa. Com tudo, neste momento focaremos na política interna de Federico.

Recebi as cartas de Suas Excelências, e foi e continua sendo um grande prazer para mim o fato de terem se lembrado de mim e do meu serviço para com sua república, quando quiseram me conferir tal bem e honra, que considero semelhante ao que agora escrevem e prometem. E assim parecia realmente exigir o mesmo amor que sempre tive e sinto por Suas Excelências e sua república, à qual gostaria de não apenas satisfazer minhas necessidades e honras, mas também satisfazer gratuitamente todos os seus desejos. Mas Suas Excelências sabem bem que sou seu servo, seu vigário e súdito, dos nossos santíssimos Senhores, bem como estipendiário da Majestade do Sereníssimo Rei; daí decorre para mim uma alegria sólida, que em todos os seus eventos minha fortuna seja a mesma de todos os outros seus servos, e de forma alguma posso agir de outra maneira, pois não tenho nenhuma possibilidade de afirmar ou negar. (Montefeltro, 1474).⁶⁷

Na carta endereçada a Lorenzo de Medici e Giuliano de Medici, Federico declina a oferta de serviços à República de Florença, situação já mencionada no primeiro capítulo em relação a Città Castello.⁶⁸ Ele reitera e enfatiza sua lealdade tanto ao Rei de Nápoles quanto, principalmente, ao Papa Sisto IV. O código organizado por Alatri, que compila as correspondências de Federico, inclui dezesseis cartas destinadas ao pontífice. Embora esse compêndio não abranja a totalidade das trocas epistolares entre eles, o número significativo dessas correspondências evidencia a estreita relação e a importância dos laços entre essas duas figuras proeminentes.

Santíssimo e beatíssimo Pai, etc. Recebi com toda reverência possível as três cartas de Vossa Santidade, nas quais, primeiramente, se menciona a partida do Reverendíssimo Senhor Legado para a cidade de Castelli, expondo a muito honrosa razão dessa partida. Embora tudo o que Vossa Santidade fizesse só

⁶⁷ Carta de Federico de Montefeltro a Lorenzo de Medici e seu irmão, Giuliano de Medici. 1474.

⁶⁸ Com o intuito de recordar, o território de Città Castello pertencia a Niccolò Viterbo, amigo de Lorenzo de Medici. Entretanto, o papa Sisto IV possuía a pretensão de subjugar o território a Cúria. A qual esta situação ocasionou uma das primeiras desavenças na relação entre Lorenzo de Medici e o papa Sisto IV, o que viria ser um dos pontos a gerar a Conspiração Pazzi.

pudesse ser feito com a mais alta sabedoria, ainda assim foi muito gratificante e alegre para mim perceber o seu excelente ânimo, dotado de paternal clemência e indulgência. Com sua habitual singular prudência e bondade age Sua Beatitude, que nunca poderia ser suficientemente elogiada por seus méritos. Em segundo lugar, menciona-se a suspeita surgida entre os nobres senhores florentinos sobre essas tropas armadas dirigindo-se à cidade de Castelli. Em terceiro lugar, demonstra ter recebido de fontes confiáveis a informação de que os mencionados senhores florentinos estão providenciando ajuda àquela cidade de Castelli, enquanto as tropas enviadas pelo Sereníssimo Rei e pelo Ilustríssimo Duque de Milão estão sendo retiradas. Sabendo disso, embora o próprio ânimo real parecesse não necessitar nem do meu nem de qualquer outro estímulo, ainda assim Vossa Santidade será informada de forma mais ampla e detalhada sobre o que foi feito com isso pelo magnífico Senhor Anello, o seu orador. Vossa Santidade deve saber, portanto, que o Sereníssimo Rei não poderia ter um coração mais generoso, devoto e pronto para obedecer a Vossa Beatitude em todas as coisas, na medida do possível. Expresso também as minhas maiores gratidões pela sua tão amável e humanitária carta, assim como pelos exemplos dos dois breves incluídos, os quais, como os demais, foram feitos com grande discernimento e probidade por Vossa Santidade, a quem humildemente me entrego aos pés. (Montefeltro, julho de 1474).⁶⁹

Como em todas as correspondências escritas ou ditadas por Federico, o tom é sempre cortês e respeitoso, adequado ao destinatário. No entanto, o conteúdo revela detalhes sobre a disputa em Città di Castello, já mencionada na carta em que o *condottiere* recusa assistência a Lorenzo e seu irmão. Nesta ocasião, Federico, ao perceber as intenções dos florentinos, alertou prontamente o pontífice, reforçando assim sua fidelidade. Ele afirma que “o Sereníssimo Rei não poderia ter um coração mais generoso, devoto e pronto para obedecer a Vossa Beatitude em todas as coisas”, indicando que o rei de Nápoles estaria disponível para socorrer o Papa em questões relacionadas a Città di Castello.

É interessante notar que, em todas as cartas ao pontífice, Federico tenta constantemente estabelecer e reforçar os laços entre seus mais poderosos patronos: o rei de Nápoles, seu principal empregador e com quem tem uma relação profunda por meio da *condotta*, e Sisto IV, o pontífice que legitimou seu ducado e a hereditariedade de seu filho Guibaldo de Montefeltro.

É justamente através da dissuasão diplomática que Federico de Montefeltro alcança benefícios. Seria o *condottiere* a estabelecer influência no território toscano durante a guerra contra Florença. Como um soldado, Montefeltro ganhava mais soldos durante os períodos que não havia paz na Itália. E a carta conspiratória direcionada aos seus representantes em Roma,

⁶⁹ Carta de Federico de Montefeltro ao Papa Sisto IV, de julho de 1474.

apresentada no subtítulo anterior, traz à tona justamente como o soldo do *condottiere* foi pago para seu apoio à conspiração. A corrente de ouro enviada pelo pontífice ao filho do duque de Urbino era o pagamento por todo o apoio militar.

Agradecei tanto quanto possível a Sua Santidade e ao conde pela bela e rica joia que Sua Santidade foi tão bondoso em enviar como presente a Guido. Este presente é o maior obséquio e gentileza que Sua Santidade já fez por mim, pois dá-la a Guido foi como se houvesse dado todas as coisas gratificantes a mim mesmo. (Montefeltro, 1478).⁷⁰

No entanto, a corrente de ouro não representava apenas o pagamento pela *condotta*; era também um meio pelo qual o Papa Sisto IV reforçava a legitimidade do ducado de Montefeltro. Além de reconhecer oficialmente a posição de Guidobaldo, o filho de Federico, essa dádiva simbolizava a aprovação papal da linhagem hereditária do ducado. Assim, como um participante ativo nas conspirações, Federico não só viu um aumento em seu soldo durante o conflito do rei de Nápoles e do Papa Sisto IV contra Florença, mas também solidificou a legitimidade de seu ducado através do reconhecimento direto do pontífice.

Imagem 11: Retrato de Federico de Montefeltro e seu filho Guidobaldo



Fonte: BERRUGUETE, Pedro. *Ritratto di Federico da Montefeltro e su figlio Guidobaldo*. Urbino, Itália: Conservato alla Galleria Nazionale delle Marche – Palazzo Ducale di Urbino, 1476-1477. Ólio su tavola, 138,5 x 82,5 cm.

⁷⁰ Federico de Montefeltro a Piero Felici e Agostino Staccoli, Urbino, 14 de fevereiro de 1478 (Ubal dini).

Ao analisar a trajetória política de Federico de Montefeltro, especialmente em relação ao rei de Nápoles e ao Papa Sisto IV, é evidente que suas manobras diplomáticas trouxeram uma série de ganhos significativos. Federico não apenas solidificou sua influência sobre seus principais empregadores e, por extensão, sobre os territórios sob seu comando, mas também acumulou benefícios tangíveis. Esses incluíam honrarias, como a distinção inglesa mencionada anteriormente, e a legitimidade do seu próprio ducado.

Através de suas habilidades diplomáticas, Federico consolidou sua posição como Duque de Urbino, garantindo também a sucessão hereditária para seu filho Guidobaldo. Esses desenvolvimentos indicam que a atuação de Montefeltro transcendia as funções típicas associadas à *condotta* militar. Ele se transformou em um ator político crucial, assumindo papéis como conselheiro do pontífice e articulador de alianças estratégicas, o que reforça a amplitude e o impacto de sua influência além dos campos de batalha.

De filho bastardo e expulso de Urbino, Federico de Montefeltro ascendeu à grandiosidade do ducado de Urbino, legitimado pelo Papa e servindo não apenas a uma, mas a duas linhagens de reis de Nápoles. Sua trajetória não se limita à de um simples *condottiere*; ela se destaca pela estima e pelos feitos acumulados ao longo de sua vida. Sua jornada, marcada por uma habilidade excepcional na diplomacia e na guerra, culminou com sua morte em 10 de setembro de 1482, em Ferrara. A vida de Federico exemplifica a ascensão através da habilidade, astúcia e as alianças estratégicas que formou, consolidando não só seu poder, mas também seu legado na história italiana.

Considerações Finais

Nas considerações finais desta pesquisa, é essencial abordar dois aspectos cruciais que se encontram profundamente interligados com Federico de Montefeltro. O primeiro diz respeito ao seu envolvimento na Conspiração Pazzi; o segundo, à sua influência política, tanto externamente quanto dentro do território italiano. Estes temas constituem os principais objetivos deste estudo: explorar a relação de Federico com a Conspiração Pazzi e compreender o impacto deste notável personagem na política italiana. Este trabalho visa, portanto, responder a perguntas fundamentais sobre o papel de Federico nas dinâmicas de poder da Itália renascentista, sua participação na Conspiração Pazzi, e os alcances de sua influência política, que, como demonstramos, se estendem além de Florença e permeiam a Itália como um todo.

No contexto da segunda metade do século XV, a política externa conduzida por Federico de Montefeltro revelou-se uma tapeçaria complexa de manobras e estratégias diplomáticas, visando estabelecer alianças com lideranças políticas significativas em toda a Europa. Nossa investigação explorou a interação de Montefeltro com figuras como o rei Eduardo IV da Inglaterra, Mattia Corvino da Hungria, Luís XI da França e Fernando II de Aragão, o rei Católico. O intuito inicial deste estudo era compreender a extensão da influência política de Federico na Itália; contudo, as fontes nos conduziram além das fronteiras italianas, evidenciando uma busca do *condottiere* por ampliar seu poder político e militar.

A diplomacia praticada por Federico não era meramente reativa ou subserviente; ao contrário, ele habilmente se posicionava como um aliado indispensável, cultivando o suporte de poderosos monarcas para assegurar assistência em conflitos tanto internos quanto externos. Essa abordagem diplomática foi essencialmente utilizada como uma ferramenta para assegurar a estabilidade política de seus territórios sob controle e promover seus interesses pessoais, incluindo a legitimação de seu ducado.

Assim, chegamos à conclusão de que o *condottiere* buscava expandir sua influência política e militar, utilizando da diplomacia, com o intuito de fortalecer sua posição política no território italiano, mas respaldando-se em alianças estrangeiras. As alianças estratégicas que Federico formou com seus principais empregadores — o rei de Nápoles e o Papa Sisto IV — não apenas solidificaram sua influência política, mas também o posicionaram como uma figura chave nas negociações e conflitos que marcaram o período, particularmente na Toscana durante o tumulto gerado pelo fracasso da Conspiração Pazzi. Assim, a diplomacia de Montefeltro emerge como uma força motriz por trás de sua capacidade de manipular e influenciar as dinâmicas de poder dentro e fora da Itália, contribuindo significativamente para a compreensão da política renascentista e da sua própria ascensão e manutenção do poder.

A análise da Conspiração Pazzi, como detalhada no terceiro capítulo desta dissertação,

revela profundidades que transcendem a simples remoção de Lorenzo de Medici do poder em Florença, conforme sugerido por Simonetta (2009). Nossas fontes permitem uma compreensão mais ampla, destacando a contribuição decisiva de Federico de Montefeltro no planejamento e execução tática e militar do golpe. Apesar de suas negações em correspondências posteriores, evidências documentais, como as cartas discutidas, confirmam seu envolvimento na tentativa de assassinato dos irmãos Medici.

Além disso, algo de importância para o estilo de vida de um *condottiere* eram os tempos de guerra. Como um soldado, Montefeltro ganhava mais soldos durante os períodos que havia conflitos na Itália, idealmente fora de seus domínios. A carta conspiratória direcionada aos seus representantes em Roma traz à tona justamente como o soldo do *condottiere* foi pago para seu apoio à conspiração. A corrente de ouro enviada pelo pontífice ao filho do duque de Urbino era o pagamento por todo o apoio militar. Mas não o bastante, a corrente não era simplesmente um pagamento da *condotta*, mas sim uma forma do Papa Sisto IV autenticar todo o ducado e a linhagem de Montefeltro, permitindo assim a legitimidade de Guidobaldo, seu filho.

Ao fim, podemos destacar que a análise de fontes realizadas no último subtítulo do último capítulo nos revela o domínio e persuasão exército pelo *condottiere* sobre alguns governantes do complexo jogo político que a Itália se enquadrava. E o melhor exemplo a ser exposto neste momento para confirmar as afirmações é o fato de que Federico recusou ajudar Florença em detrimento de seus outros dois empregadores na situação de Città di Castello.

Em síntese, suas relações diplomáticas e alianças foram fundamentais para moldar o cenário político da época e influenciaram significativamente os eventos que ocorreram na Itália e na Europa renascentista. Federico de Montefeltro transcendeu sua origem como *condottiere*, elevando-se por meio de astutas manobras diplomáticas e estratégias políticas sagazes. Seu legado vai além do de um mero mercenário italiano; ele se estabeleceu como uma figura política influente, cujas ações moldaram o cenário político não só da Itália, mas de toda a Europa renascentista.

Esta pesquisa, portanto, abordou as questões inicialmente propostas, elucidando as respostas. O papel de Federico de Montefeltro nas dinâmicas de poder da Itália Renascentista esteve principalmente associado a questões militares, em decorrência de sua atuação como *condottiere*. No entanto, sua influência estendeu-se para além do campo de batalha; como duque de Urbino, ele comandou seus territórios de maneira eficaz, garantindo o respeito tanto de sua corte quanto de seu *popolo*.

Além disso, Federico emergiu como uma figura política de destaque na península italiana, atuando como conselheiro do rei de Nápoles e aliado próximo do Papa Sisto IV, duas

das figuras mais poderosas da época. Por mais, vimos que os limites de sua influência ultrapassaram a territorialidade prevista previamente, já que a pesquisa nos mostrou uma constante troca de correspondência de Montefeltro para com outros governantes de reinos importantes além Itália, como o rei da Inglaterra, Hungria e França. Por fim, a pesquisa confirmou a hipótese inicial de que Federico não apenas participou da Conspiração Pazzi, mas também desempenhou um papel crucial no gerenciamento das estratégias militares, apoiando o Papa Sisto IV nesse aspecto. Dessa forma, suas ações tiveram um impacto direto no conflito político de Florença em 1478.

BIBLIOGRAFIA

FONTES:

GALLI, Federico. *Carta a Gian Giacomo Simonetta*. Destinatário: Gian Giacomo Simonetta. Urbino, 1478. Carta.

MEDICI, Lorenzo de. Discurso a população de Florença sobre entrar em uma guerra contra o Papa Sisto IV e o rei de Nápoles. Junho de 1478. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. P. 504-507.

MONTEFELTRO, Federico de. *Carta a Lorenzo de Medici*. Destinatário: Lorenzo de Medici. Fossombrone, 25 jan. 1477. Carta.

_____. *Carta a Matteo Benedetti em Milão*. Destinatário: Matteo Benedetti. Gubbio, 2 jul. 1477. Carta.

_____. *Carta a Piero Felici e Agostino Staccoli*. Destinatário: Piero Felici e Agostino Staccoli. Urbino, 14 fev. 1478. Carta.

_____. *Carta a Lorenzo de Medici*. Destinatário: Lorenzo de Medici. Urbino, 1 mai. 1478. Carta.

_____. *Carta a Cicco Simonetta*. Destinatário: Cicco Simonetta. Urbino, 8 mai. 1478. Carta.

_____. *Lettere di Stato e d'Arte (1470 – 1480)*. A cura di Paolo Alatri. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura. 1949.

MONTESECCO, Gian Battista. Confissione. In: CAPPONI, Gino. *Storia della Repubblica di Firenze*. Tomo II. Florença: G. Barbèra Editore. 1875. p. 509-520.

STROZZI, Filippo di Matteo. Congiura de' Pazzi notata de propria mano da Filippo di Matteo Strozzi, quale si trovò presente. In: CAPPONI, Gino. *Storia della Repubblica di Firenze*. Tomo II. Florença: G. Barbèra Editore. 1875. p. 520-523.

VITI, Paolo. Lettere familiari di Federico da Montefeltro ai Medici. In: Baiardi, P., Cerboni, G., Chittolini, G., & Floriani. *Federico Di Montefeltro. Lo Stato, Le Arti, La Cultura: Le Arti*. Roma: Bulzoni Editore. 1986. p. 471-488.

ESTUDOS:

Elencam-se abaixo as obras utilizadas para direcionar o trabalho de pesquisa e a temática apresentada:

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. A arte de escrever cartas e sua aplicação nas práticas escolares. *Linhas D'Água*, n. spe, p. 97-117, 2010. Disponível em: <https://revista.usp.br/linhadagua/article/view/62345>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ARMSTRONG, Edward M. A. *Lorenzo de' Medici and Florence in the Fifteenth century*. New York and London: The Knickerbocker Press, 1914.

BEZARES, Luis E. Rodríguez-San Pedro. Humanismo y renacimiento cultural. In: FLOREISTÁN, Alfredo (coord.). *Historia Moderna Universal*. Ariel Editora, 2002. p. 55-80.

BISTICCI, Vespasiano da. *Vite di Uomini Illustri del Secolo XV*. Firenze: Barbera, Bianchi e Comp. 1859.

BONAZZI, Luigi. *Storia di Perugia*. Vol I. Perugia: Tipografia di Vincenzo Santucci. 1875.

BONVINI, Marinella Mazzanti. *Battista Sforza Montefeltro: una 'principessa' nel Rinascimento italiano*. Urbino: QuattroVenti, 1993.

BURCKHARDT, Jacob. *A civilização do Renascimento italiano*. Lisboa: Presença, 1983.

BURKE, Peter. *O Renascimento*; tradução Rita Canas Mendes. Lisboa: Edições Texto&Grafia, 2008.

_____. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CAPPONI, Gino. *Storia della Repubblica di Firenze*. Tomo II. Florença: G. Barbèra Editore. 1875.

CARDINI, Franco. *Breve storia di Firenze*. Pisa: Pacini, 1990.

CASTIGLIONE, Baldassare. *The Courtier* (Il Cortegiano). Traduzido por Thomas Hoby. New York: The National Alumni, 1907.

CHAMBERS, D.S. *Patrons and Artists in the Italian Renaissance*. Basingstoke: Macmillan,

1970.

CELATI, Marta. The conflict after the Pazzi conspiracy and Poliziano's 'Coniurationis commentarium': Literature, law and politics. *Forum Italicum*, vol. 53(2), p. 327-349. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0014585819831649>. Acessado em: 19 de jan de 2024

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHELES, Luciano. *Lo studiolo di Urbino*: Iconografia di un microcosmo principesco. Modena: Franco Cosimo Panini, 1991.

CLOUGH, Cecil H. "Federico Da Montefeltro and the Kings of Naples: a Study in Fifteenth-Century Survival." *Renaissance Studies*, vol. 6, no. 2, 1992, pp. 113–172. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/24412491. Acessado em 20 jan. 2022.

CLOUGH, Cecil H. Federico da Montefeltro: the good Christian prince. *Bulletin of the John Rylands Library*, Manchester, UK, v. 67, p. 293-348, 1984. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/uk-ac-man-scw:1m1637> . Acesso em: 5 fev. 2024.

_____. Art as Power in the decoration of the study of an Italian Renaissance Prince: The case of Federico da Montefeltro. *Artibus et Historiae*, Vol. 16, No. 31, pp. 19 – 50. 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1483497>. Acessado em 2 Jun. 2022.

_____. "Federico da Montefeltro's artistic patronage". *Journal of the Royal Society of Arts*, vol. 126, no. 5268, 1978, pp. 718–34. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/41372849>. Accessed 2 Jun. 2022.

_____. "Federigo Da Montefeltro's Patronage of the Arts, 1468-1482." *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 36, 1973, pp. 129–44. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/751161>. Acessado em 1 Ago. 2022.

CRONIN, Vicent. *Florentine Renaissance*. Nova York: Dutton. 1967.

DEGLI ARIENTI, Giovanni Sabadino. *Gynevera de le clare donne di Joanne Sabadino degli Arienti*, a cura di C. Ricci and R. Bacchi della Lega. Bologna: Romagnoli-Dall'Acqua, 1888.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do renascimento*; tradução Manuel Ruas. - Lisboa v.1 Editora Estampa, 1984.

_____. *A civilização do renascimento*; tradução Manuel Ruas. - Lisboa v. 2. Editora Estampa, 1984.

DENNISTOUN, James. *Memoirs of the Dukes of Urbino Illustrating the Arms, Arts and Literature of Italy, 1440-1630*, London: Longman, Brown, Green and Longmans, 1851

DIAS BARROSO, R. H. A cultura epistolar entre antigos e modernos. Normas e práticas de escrita em manuais epistolares em princípios do século XVI. *Revista Cantareira*, n. 30, 13 ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/30790>. Acessado em: 25 ago. 2023.

DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*. São Paulo: Efuso, 2016.

FUBINI, R. Federico di Montefeltro. In: Baiardi, P., Cerboni, G., Chittolini, G., & Floriani. *Federico Di Montefeltro – Lo Stato, Le Arti, La Cultura: Le Arti*. Roma: Bulzoni Editore. 1986.

GARIN, Eugenio (org.). *O Homem Renascentista*; tradução Maria Jorge Vila de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GERI, L; SIMONETTA, Marcello (ed.). *Lettere dalla Curia Diploazia e politica nei carteggi e nei libri di lettere del Rinascimento*. Padova: Morcelliana, 2023.

GUASTI, C., ODORICI, Federico. “Inventario della libreria urbinata compilato nel secolo XV da Federigo vetereno bibliotecário di Federigo I da Montefeltro Duca D’Urbino”. *Archivio Storico Italiano*, vol. 15, no. 2 (30), 1862, pp. 127–47. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/44452939>. Accessed 1 Aug. 2022.

GOODNIGHT, Thomas; POULAKOS, John. Conspiracy Rhetoric: From pragmatism to fantasy in public discourse. *The Western Journal of Speech Communication*. No. 45: p. 299-316. 1981. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/1981-goodnight-conspiracy-rhetoric-pdf-free.html>. Acessado em: 08 jul. 2022.

GUICCIARDINI, Francesco. *Storie fiorentine dal 1378 al 1509*. A cura di Roberto Palmorocchi. Barti: Laterza, 1931.

HALE, John R. *Maquiavel e a Itália da Renascença*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. *Renascença*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1970.

_____. *Dicionário do Renascimento Italiano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1981.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. São Paulo: Edusp, 2016.

HIBBERT, Christopher. *Ascensão e queda da Casa dos Medici*; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOFMANN, Heinz. Literary culture at the court of Urbino during the reign of Federicoda Montefeltro. *Humanistica Lovaniensia*, Vol. 57; pp. 5 – 59. 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23974069>. Acessado: 2 Jun. 2023.

KENT, Francis W. *Princely Citizen: Lorenzo de' Medici and Renaissance Florence*; edited by Carolyn James Turnhout, Belgium: Brepols Publishers, 2013.

_____. *Lorenzo de' Medici ad the art of magnificence*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 2004.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel* (Florença e Roma); tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAVIN, Marilyn Aronberg. Computers and Art History: Piero Della Francesca and the Problem of Visual Order. *New Literary History*, [s. l.], p. 483–504, 1989. DOI <https://doi.org/10.2307/469112>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/469112>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LEFORT, Claude. *O trabalho da obra Maquiavel*. Tradução de Liane Castello Branco. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org). *Por uma*

história política. Tradução Dora Rocha. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LOMBARDI, G. *Sisto IV*. In: *Enciclopedia dei Papi II*. Roma, 2000. Disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/sisto-iv_\(Enciclopedia-dei-Papi\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/sisto-iv_(Enciclopedia-dei-Papi)/). Acessado em: 26 jan. 2022

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia a história*; tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MALLET, Michael; MANN, Nicholas. *Lorenzo the Magnificent: Culture and Politics*. London: Warburg Institute, 1996, p. 1–22.

MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias; prefácio de Fernando Henrique Cardoso; tradução dos apêndices de Luiz A. de Araújo. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARTINES, Lauro. *April Blood: Florence and the plot against the Medici*. Oxford: University Press. 2003.

METTINGLY, G. *Renaissance Diplomacy*. Boston: Houghton Mifflin, Cambridge. 1955.

MUNHÓS, F. As cartas também constroem a história: potencialidades em uma conversa vinda do passado. *Revista do Instituto Brasileiro*, n. 64, p. 336-342, mai. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/m678KVdW6zmnBmksv4sBnwQ/>. Acessado em: 18 jan. 2024.

MUTIO, Girolamo. *Historia de Fatti di Federico di Montefeltro, duca d'Urbino*. Venezia: Giotti, 1605.

NAJEMY, John M. (org.). *Italy in the Age of the Renaissance 1300 – 1550*. New York: Oxford University Press, 2005.

PALTRONI, Pierantonio. *Commentarii della vita et gesti dell'illustrissimo Federico Duca*

d'Urbino. In: W. Tommasoli (org.). *Collana di studi e testi*. Urbino: Accademia Raffaello, 1966.

KRISTELLER, Paul Oskar. The Active and the Contemplative Life in Renaissance Humanism. In: *Studies in Renaissance Thought and Letters*, IV, Edizioni di Storia e Letteratura, Roma, 1996.

PAULY, Rebecca M. Studio dei ritratti del Duca di Urbino. *Italica*, v. 65, n. 3, p. 234-250, Autono de 1988. Publicado por: American Association of Teachers of Italian.

PETRARCA, Francesco. *De Republica Optime Administrada Liber* : Ejusdem De Officio Et Virtutibus Imperatoriis Liber. Jean Bern: excudebat Iohannes le Preux. 1602. Acesso em: <https://www.digitale-sammlungen.de/view/bsb10770241>.

PERUZZI, Marcella. *Cultura, potere, immagine: la biblioteca di Federico di Montefeltro*. Urbino: Accademia Raffaello, 2004.

PIGDEN, Charles R. Complots of Mischief. In: COADY, David (org.). *Conspiracy Theories: the Philosophical Debate*. Londres: Ashgate. 2006.

POLIZANO, Angelo. *Della congiura de' Pazzi dell'anno 1478. Comentario di Angelo Poliziano voltato dallatino in toscano da Alessandro De Mandato*. Napoli: Stamperia del Vaglio, 2002.

REBELLO, Lucia Sá. A literatura epistolar a partir de Horácio. *Revista ECOS*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/1003>. Acesso em: 12 mar. 2024.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Riode Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSCOE, William. *The Life of Lorenzo de Medici, called The Magnificent*. London: Henry G. Bohn, YorkStreet, Covent Garden. 1845.

ROWDON, Maurice. *Lorenzo, The Magnificent*. Chicago: Henry Regnery Company. 1974.

RUBINSTEIN, Nicolai. *The Government of Florence Under the Medici (1434-1494)*. 2º Ed. Oxford: Clarendon Press Oxford. 1972.

_____. *Florentine Studies: Politics and Society in Renaissance*

Florence. London: Faber and Faber. 1968.

_____. Florence and the Despots Some Aspects of Florentine Diplomacy in the Fourteenth Century. *Transactions of the Royal Historical Society*, Vol.2, pp. 21 – 45. 1952. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3678782>. Acessado em: 13 jun. 2022.

RUSSO, Luigi. Lorenzo Il Magnifico. *Belfagor*, vol. 10, no. 1, 1955, pp. 1–24. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/26068347>. Acesso: 18 jul. 2022.

SANTI, G. *La vita e le geste di Federico di Montefeltro Duca d'Urbino*, a cura di L. Michelini Tocci, Città del Vaticano, 1985, vol I.

SCAIFE, Walter B. *Florentine Life During the Renaissance*. Baltimore: The JohnsHopkins Press. 1893.

SCHIERA, Pierangelo. Legitimacy, Discipline, and Institutions: Three necessary conditions for the birth of the Modern State. In: KIRSHNER, Julius (org). *The origins of the State in Italy, 1300-1600*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *O renascimento*. São Paulo: Atual, 1994.

SIMONETTA, Marcello. *A conspiração contra os Médici*; tradução de Janaína Marcoantonio. - Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. Federico Da Montefeltro Contro Firenze: Retroscena Inediti Della Congiura Dei Pazzi. *Archivio Storico Italiano*, JSTOR, ano 2, v. 161, ed. 596, p. 261–284, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26229439>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Federico da Montefeltro e Sigismondo Malatesta: Ritratti di due nemici implacabili. In: COLOSIMO, Carlo. *San Marino 1462-1463: I patti di Fossombrone e la Bolla di Pio II*. Atti del convegno. Villa Verucchio: Tipografia "La Pieve", 2017. p. 63-96. Disponível em: http://www.academia.edu/31614914/Federico_da_Montefeltro_e_Sigismondo_Malatesta_Ritratti_di_due_nemici_implacabili_in_San_Marino_1462_1463_I_patti_di_Fossombrone_e_la_Bolla_di_Pio_II_Atti_del_convegno_San_Marino_30_novembre_2013_a_cura_di_Carlo_Colosimo_Tipografia_La_Pieve_Villa_Verucchio_marzo_2017_pp_63_96. Acesso em: 8 fev. 2023.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Revisão técnica Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Maquiavel*; tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

STEVENSON, Jane. *The Light of Italy: The life and times of Federico da Montefeltro, Duke of Urbino*. London: Apollo, 2021.

TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Medici: da cidade ao Estado*; tradução Sinval Freitas Medina; revisão Lúcio Gomes Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973.

TOMMASOLI, W. *La vita di Federico da Montefeltro (1422-82)*. Urbino: Argalia Editore Urbino, 1978.

UGOLINI, Filippo. *Storia dei Conti e Duchi d'Urbino*, Firenze: Grazzini, Giannini e C. vol. II, 1859.

UNGER, Miles J. *Magnifico. The brilliant life and violent times of Lorenzo de' Medici*. New York: Simon&Schuster. 2008.